



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

André Filipe Castro Pereira

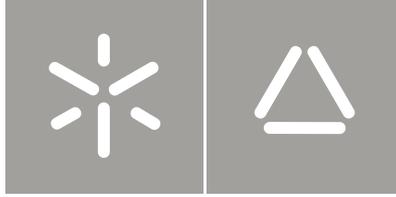
O Turismo Fluvial no Rio Tâmega

André Filipe Castro Pereira O Turismo Fluvial no Rio Tâmega

UMinho | 2014

Abril de 2014





Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

André Filipe Castro Pereira

O Turismo Fluvial no Rio Tâmega

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Geografia  
Especialização em Planeamento e Gestão do Território

Trabalho efetuado sob a orientação do  
Professor Doutor João Carlos Vicente Sarmento

Abril de 2014

## **Declaração**

Nome: **André Filipe Castro Pereira**

Endereço Eletrónico: apereira.cab@gmail.com

Título da tese: **O Turismo Fluvial no Rio Tâmega**

Orientador: Professor Doutor João Carlos Vicente Sarmento

Ano de Conclusão: 2014

Ramo do Conhecimento: Mestrado em Geografia

Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território

**É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.**

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura:

---

*Dedico este Trabalho aos meus Pais*

## **Agradecimentos**

Esta dissertação de Mestrado representa para mim, o final de uma importante fase que começou em 1995, ano em que comecei a minha formação escolar. A todos os professores, colegas e amigos com quem me relacionei desde então, e que tiveram influência na construção da minha pessoa, deixo aqui o meu profundo agradecimento.

Aos meus pais agradeço todo o esforço, dedicação e sacrifício. Agradeço a estabilidade familiar que eles sempre me proporcionaram e acima de tudo, a oportunidade que eles não tiveram. Agradeço também o apoio dos meus irmãos, sempre preocupados e disponíveis para ajudar.

Aos meus avós, aos meus tios, padrinhos e primos, que sempre me prestaram um grande apoio, quero dizer que este trabalho é também fruto do esforço de todos vocês. Aos meus amigos Luís, Pedro, José, Adriano, Eurico, Sérgio, Jorge, Rita e Carolina deixo o meu agradecimento especial pelos tempos de boa disposição.

Agradeço ao meu orientador, o professor João Sarmento, pelo apoio e dedicação, paciência e compreensão que demonstrou ao longo deste trajeto.

Por fim, deixo o meu “obrigado” a todos os canoístas entrevistados, às associações e todas as entidades que contribuíram para a elaboração desta dissertação.

## Resumo

Os rios são elementos biofísicos e paisagísticos fundamentais no território, e sempre tiveram um papel relevante na ciência geográfica. Delimitam territórios, determinam localizações, movimentos e distribuições, têm impacto no clima, no cultivo, na urbanização, nos usos e atividades económicas. Ao longo dos tempos o uso do rio foi sendo modificado, e se inicialmente era caracterizado pelas necessidades humanas de sobrevivência e transporte, assistindo-se à instalação de muitos povos nas margens dos rios, mais tarde, na era industrial foram fortemente usados com consequências negativas para os ecossistemas fluviais, fruto do uso da sua água e energia, e das descargas de resíduos. Atualmente, os rios têm um papel importante na indústria e na urbanização, mas são também alvo de consumo, com especial relevo para o turismo e lazer, trazendo em muitos casos benefícios para as economias locais.

O turismo fluvial deve assentar numa exploração sustentável dos recursos naturais, visando a proteção de um ambiente frágil e o equilíbrio do ecossistema aquático. As entidades responsáveis pelas questões da água, tentam assegurar a sustentabilidade de um recurso (água potável), que cada vez mais escasso, é sinónimo de vida.

Nesta dissertação propõe-se estudar o turismo fluvial no rio Tâmega e a sua importância no desenvolvimento territorial, avaliando as potencialidades turísticas dos rios da sua bacia hidrográfica e dos municípios por eles banhados. A metodologia usada consistiu em visitas a vários pontos dos rios, na participação no evento anual “Tamecanos 2013” e na realização de entrevistas com os utilizadores do rio.

Desta forma, pretende-se conhecer qual a atual dinâmica turística ligada ao rio Tâmega assim como entender as razões que levam os turistas a optarem pelos rios da região. Este estudo visa assim contribuir para o panorama nacional do Turismo Fluvial, caracterizando as potencialidades turísticas de uma área específica (Rio Tâmega), para o desenvolvimento de uma atividade turística que pode ser sustentável.

**Palavras-chave:** Rio; Águas Bravas; Turismo Fluvial; Tâmega (rio)

## **Abstract**

Rivers are fundamental biophysical and landscaped elements in the territory, and always had a relevant role in geographic science. They delimit territories, determine locations, movements and distributions, have influence on the weather, in farming, urbanization and economic activities. Over time, the use of the river has been modified, and if initially it was characterized by human necessities for survival and transport, with the accommodation of people in riverbanks, later, in industrial era, they were significantly exploited with negatives consequences for river ecosystems, result of the use of their water and energy, and waste discharges. Currently, rivers have an important role in industry and urbanization, but they are also a consumer's product, particularly in tourism and leisure, bringing in many situations benefits to local economies.

River tourism should be based on a sustainable exploitation of natural resources, aiming the protection of a fragile environment and the balance of the aquatic ecosystem. The entities responsible for water issues strive to ensure the water (clean water) sustainability, increasingly scarce and synonymous of life.

This thesis aims to study the river tourism in river Tâmega and its importance in the territorial development, evaluating the tourism potential of rivers of its watershed and adjacent territories. The methodology consists in visits to various places of rivers, participation in the annual event "Tamecanos 2013" and interviews with users of the rivers.

The aim of this work is to perceive the current tourist dynamics in river Tâmega as well as to understand the reasons why the tourists opt for the rivers in that region. This work ambitions to contribute for the national panorama of river tourism, evaluating the touristic potential of a specific area (river Tâmega) for the development of a touristic activity that can be sustainable.

**Keywords:** River; White-water; River Tourism; Tâmega (river)

# Índice

|                                                                              |           |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Resumo .....</b>                                                          | <b>iv</b> |
| <b>Abstract .....</b>                                                        | <b>v</b>  |
| <b>Siglas e Abreviaturas.....</b>                                            | <b>x</b>  |
| <b>1-Introdução.....</b>                                                     | <b>1</b>  |
| <b>2-Lei da Água.....</b>                                                    | <b>6</b>  |
| 2.1 – Domínio Público Hídrico .....                                          | 8         |
| 2.1.1 – Domínio Fluvial .....                                                | 8         |
| 2.1.2 – Domínio Lacustre .....                                               | 9         |
| 2.2 – Gestão da Água .....                                                   | 10        |
| 2.2.1 – Instituto da Água (INAG).....                                        | 11        |
| 2.2.2 – Administração das Regiões Hidrográficas (ARH).....                   | 13        |
| 2.2.3 – Autoridade Nacional Florestal (AFN) .....                            | 15        |
| 2.2.4 – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos<br>(ERSAR)..... | 16        |
| 2.2.5 – Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) .....             | 17        |
| <b>3. Lazer e Turismo.....</b>                                               | <b>20</b> |
| 3.1 – Lazer e Turismo em Portugal .....                                      | 24        |
| <b>4. A Navegação e o Turismo Fluvial .....</b>                              | <b>29</b> |
| 4.1 – História da Canoagem .....                                             | 30        |
| 4.2 – Navegação Fluvial Em Portugal .....                                    | 34        |
| 4.3 – Embarcações Fluviaes Portuguesas .....                                 | 38        |
| 4.4 – Navegação Fluvial em Portugal – Que Futuro?.....                       | 41        |
| 4.5 – Turismo Fluvial .....                                                  | 42        |
| 4.6 – Canoagem em Portugal.....                                              | 45        |
| 4.7 – Águas Bravas .....                                                     | 49        |
| 4.7.1 – <i>Rafting</i> .....                                                 | 52        |
| 4.8 – Escala Internacional de Navegação Fluvial.....                         | 53        |
| <b>5. O Rio Tâmega e o Turismo Fluvial.....</b>                              | <b>58</b> |
| 5.1 – Introdução Geográfica.....                                             | 58        |
| 5.2 – Principais Pontos Turísticos .....                                     | 66        |
| 5.3 – Navegação Fluvial no Rio Tâmega.....                                   | 80        |

|                                                                        |            |
|------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.4 – Caracterização dos Trechos/Percursos de Canoagem do Rio Tâmega.. | 82         |
| .....                                                                  | 82         |
| <b>6 - Caso de Estudo .....</b>                                        | <b>85</b>  |
| 6.1 – Metodologia.....                                                 | 85         |
| 6.2 - Análise e Discussão dos Dados Obtidos .....                      | 87         |
| 6.2.1 - Evento “Tamecanos .....                                        | 95         |
| 6.2.2 - Outras deslocações para a prática de Águas Bravas .....        | 98         |
| 6.2.3 - Comportamento Turístico dos Entrevistados na Área de Estudo.   |            |
| .....                                                                  | 105        |
| 6.2.4 – Desafios e Aspetos a Melhorar.....                             | 112        |
| <b>7 – Conclusão .....</b>                                             | <b>117</b> |
| <b>Bibliografia.....</b>                                               | <b>122</b> |
| <b>Anexos.....</b>                                                     | <b>132</b> |

## Índice de Figuras

|                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. Nomenclatura de Águas Fluviais e Adjacentes.....                                                      | 9   |
| Figura 2. Perspetiva histórica da gestão de recursos hídricos em Portugal.....                                  | 10  |
| Figura 3. As Administrações das Regiões Hidrográficas em Portugal.....                                          | 13  |
| Figura 4. Organograma das Entidades Gestoras e Promotoras da Água em Portugal..<br>.....                        | 17  |
| Figura 5. Praia Artificial de Mangualde .....                                                                   | 45  |
| Figura 6. Principais Perfis dos Cascos e Conveses de kayak para Rápidos .....                                   | 50  |
| Figura 7. Cortes Transversais dos cascos e conveses de Kayaks para Rápidos .....                                | 51  |
| Figura 8. Enquadramento Geográfico do Rio Tâmega.....                                                           | 58  |
| Figura 9. População Residente em 2011 nos concelhos abrangidos pela Bacia<br>Hidrográfica do Rio Tâmega.....    | 60  |
| Figura 10. Zona Ribeirinha da cidade de Chaves após a intervenção no âmbito do<br>programa Polis, em 2002 ..... | 61  |
| Figura 11. Principais Pontos de Atração Turística da Área de Estudo.....                                        | 66  |
| Figura 12. Snake Tree Houses, Pedras Salgadas & Nature Park.....                                                | 80  |
| Figura 13. Local de embarque no Rio Cabril, Mondim de Basto.....                                                | 85  |
| Figura 14. Motivos que levam os entrevistados a optar pelo rio Tâmega.....                                      | 88  |
| Figura 15. Cinco divisões do Rio Tâmega para a prática de Kayak apresentadas<br>por Rui Calado .....            | 91  |
| Figura 16. Equipa de Rafting a embarcar no trecho Tâmega 3, Tamecanos 2013...91                                 |     |
| Figura 17. Número de dias por mês de utilização do Rio Tâmega para a prática<br>de Águas Bravas .....           | 93  |
| Figura 18. Monte Farinha, Mondim de Basto .....                                                                 | 96  |
| Figura 19. Tamecanos 2012, atividade <i>Fantasticable</i> no Pena Aventura Park,<br>Ribeira de Pena .....       | 98  |
| Figura 20. Rios do Norte de Portugal utilizados pelos entrevistados para a<br>prática de canoagem.....          | 99  |
| Figura 21. Vale do Tua, Trás-os-Montes.....                                                                     | 102 |
| Figura 22. Rio Minho, área a montante de Monção .....                                                           | 104 |

## Índice de Quadros

|                                                                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1. Exemplo de Embarcações Fluviais Portuguesas .....                                                                    | 40  |
| Quadro 2. Dados demográficos nos concelhos abrangidos pela Bacia Hidrográfica do Rio Tâmega .....                              | 59  |
| Quadro 3. Nº de inscrições em Termalismo Clássico nos Estabelecimentos de Chaves, Vidago e Pedras Salgadas (2010 e 2011) ..... | 68  |
| Quadro 4. Lista de Praias Fluviais da Região.....                                                                              | 70  |
| Quadro 5. Lista de Museus da Região .....                                                                                      | 76  |
| Quadro 6. Concelho de Residência dos entrevistados .....                                                                       | 87  |
| Quadro 7. Rios afluentes ao Rio Tâmega utilizados pelos entrevistados .....                                                    | 89  |
| Quadro 8. Situação dos Municípios da área de estudo nos estudos realizados pelo ODES da Universidade da Beira Interior .....   | 106 |
| Quadro 9. Situação dos Municípios da área de estudo no ranking <i>Portugal City Brand 2014</i> .....                           | 107 |
| Quadro 10. Tipo de Unidade Hoteleiras e Número de Camas disponíveis nos Municípios das Terras de Basto .....                   | 110 |

## **Siglas e Abreviaturas**

A7 – Autoestrada 7

AC – Antes de Cristo

AFN – Autoridade Florestal Nacional

ARH – Administração das Regiões Hidrográficas

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APRH – Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos

BTT – Bicicleta Todo-Terreno

CAC – Comissão para as Alterações Climáticas

CAGER – Comissão de Acompanhamento de Gestão de Resíduos

CCABP – Clube de Canoagem e Águas Bravas de Portugal

CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CCFAFE – Clube de Canoagem de Fafe

CDUP – Centro Desportivo da Universidade do Porto

CEE – Comunidade Económica Europeia

COAGRET – Coordenadora de Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases

COET – Comissão de Orientação Estratégica para o Turismo

CRH – Concelho da Região Hidrográfica

DC – Depois de Cristo

DGRF – Direção – Geral dos Recursos Florestais

DPP – Departamento de Planeamento e Prospetiva

EDP – Energias de Portugal

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

EUA – Estados Unidos da América

FPC – Federação Portuguesa de Canoagem

GTM – Grupo Tamecanos de Mondim

GWH – Gigawatt

ICF – International Canoe Federation

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

IFREMER – Institut Français de Recherche pour l’exploitation de la mer

IFT – Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo

INAG I.P. – Instituto da Água

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP4 – Itinerário Principal 4

IPDT – Instituto de Turismo

MAOTDR – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

MW – Megawatt

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais

ODES – Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDM – Plano Diretor Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional para o Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PNA – Plano Nacional da Água

PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

PVC – Policloreto de Vinil

REFER – Rede Ferroviária Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RH – Região Hidrográfica

SNIRH – Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos

TIC – Tecnologias Informação e Comunicação

UE – União Europeia

## 1- Introdução

A água potável assume-se cada vez mais como um recurso escasso. A procura de água nos últimos séculos aumentou consideravelmente nos últimos séculos devido ao desenvolvimento industrial, urbano, agrícola e ao crescimento da população mundial (Prideaux e Cooper, 2009). Os problemas ambientais do mundo moderno, resultantes da industrialização e da massificação do consumo, têm um forte reflexo na água, depositária final dos resíduos gerados por atividades antrópicas (Júnior, 2004). Perante este cenário, a água e toda a sua problemática passa a ser alvo de publicações e intensamente discutida (Barbosa, 2008), porém como refere Júnior (2004:13) “...apesar de certo consenso sobre a existência de um passivo ambiental, ainda há divergências sobre o diagnóstico e, mais ainda, sobre a abordagem para a solução desses problemas.”

O ciclo hidrológico (que envolve, sob ação da energia solar, o movimento contínuo das águas através da evaporação, transpiração, condensação, precipitação e infiltração) assegura a renovação dos recursos hídricos consumíveis, e a sua alteração pode trazer mudanças no quotidiano das sociedades. A ação antrópica ao longo dos últimos séculos é a principal responsável pela alteração do ciclo hidrológico. Para Falkenmark (1992), à agricultura é dedicada cerca de 73% da água doce; 21% à indústria; e 6% para as necessidades de água potável das populações. Por exemplo, Vorosmarty e Sahagian (2000) referem que a engenharia hidráulica trouxe mudanças no funcionamento do ciclo hidrológico, alterando o regime dos rios e retendo um maior volume de água no continente. Para além disso, grandes albufeiras têm também a capacidade de criar microclimas e afetar a vegetação de uma região. A poluição tem, segundo Falkenmark (1992), um forte impacto no ciclo da água. As descargas de detritos por parte das indústrias para a água contaminam não apenas rios e lençóis subterrâneos, mas também os oceanos e a atmosfera. O autor afirma que é a segunda grande guerra que marca o aceleramento dos níveis de poluição, apoiado num “infindável” e diversificado número de fontes e fatores. A exploração exagerada da capacidade de diluição e autodepuração dos rios resulta no acúmulo de detritos que acarretam a perda de qualidade da água. A eutrofização (desenvolvimento excessivo de algas que absorvem o oxigénio dissolvido na água) é uma das causas da asfixia dos rios e atinge os países mais industrializados. A origem deste fenómeno está nos aportes de fosfatos provenientes da atividade industrial e agrícola e sobretudo nos detergentes usados nas águas domésticas. Outra forma de

poluição hídrica, ocorre através dos nitratos, elementos muito móveis no solo e com elevada capacidade de infiltração contaminando lençóis freáticos. Outras formas de poluição das águas são o despejo de águas com componentes tóxicos e nada biodegradáveis pela indústria e agricultura moderna; os aterros sanitários, cujo risco de contaminação dos lençóis freáticos está sempre presente; os pesticidas, tóxicos mesmo em fracas concentrações; os gases de escapamento, que poluem a água transportados pelo fluxo atmosférico e podem causar chuvas ácidas. Muitos outros problemas surgem ligados à água como a sua distribuição desproporcional no planeta, a sua repartição desigual no seio das sociedades, a sua escassez em grandes populações, o desperdício e o exagero em algumas atividades.

Os ecossistemas de água doce englobam rios, lagoas, lagos e pantanais e as suas estruturas são determinadas pelo gradiente e pela velocidade das respetivas águas (Prideaux e Cooper, 2009). Uma corrente de água turbulenta é caracterizada por grandes concentrações de oxigénio dissolvido e por ecossistemas mais complexos enquanto que em zonas de “águas paradas” ou de correntes lentas os níveis de oxigénio são baixos e consequentemente a biodiversidade menor. Independentemente das características do ecossistema, o desenvolvimento da fauna e flora no leito e nas margens, está ligado às suas capacidades de adaptação. Por exemplo, o rio Mekong tem as suas cabeceiras a altas altitudes onde predomina uma vegetação alpina. Mais a jusante, em áreas de altitude inferior imperam as florestas tropicais e na confluência com o mar os pântanos.

Os rios para além de providenciar água, têm um papel importante na fertilização de terrenos agrícolas, na pesca (os ecossistemas de água doce contêm 41% das espécies de peixe conhecidas (Postel e Carpenter, 1997 citado em Prideaux e Cooper, 2009:10)) e na indústria, cujas emissões de produtos tóxicos para a água constituem uma ameaça à integridade dos ecossistemas e à vida humana.

A atividade turística, embora importante para as economias locais e regionais, é caracterizada pela densificação humana num determinado local, com frequentes prejuízos para a natureza. Ruschmann (1997) refere que ecologicamente o turismo implica ocupação e destruição de áreas naturais, urbanização e poluição pelo tráfego de turistas. Em Portugal, o litoral, principalmente nas praias, a pressão humana e a concentração sazonal resultam na poluição das águas e em grandes quantidades de detritos. Para além disso, a construção em zonas de costa alteram a passagem dos ventos, a paisagem e está sujeita a graves consequências com subidas de marés.

Ao turismo de sol, praia e mar, altamente massificado, surge como alternativa o turismo fluvial. Os rios sugerem ao turista condições idênticas às que o mar proporciona, onde o elemento aquático surge como central, mas em que a densidade humana é mais baixa. Do ponto de vista ambiental, este panorama é importante pois significaria uma menor afluência de turistas às praias do litoral e conseqüentemente uma menor pressão ambiental naquelas áreas. Para o interior, o turismo fluvial pode significar uma vantagem num contexto de competitividade territorial. Levando em conta as questões ambientais a que estes territórios estarão sujeitos, o turismo fluvial deve incluir uma série de elementos agregados como o rio, a cultura, património e capacidade hoteleira. Esta relação, antecedida pela promoção do lugar, resultará numa dinâmica turística importante para as economias locais.

Tomando como território central deste estudo os municípios banhados pela bacia hidrográfica do rio Tâmega, este trabalho pretende compreender o valor e potencialidades que os rios detêm para a consolidação de uma atividade turística.

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Planeamento e Gestão do Território, tem como objetivos principais: aprofundar o conhecimento acerca do turismo fluvial no rio Tâmega com especial foco na modalidade de águas bravas, desporto que mostra sinais de crescimento na região; identificar e examinar padrões espaciais de turismo fluvial na área de estudo. Neste ponto para além de identificar os rios e trechos com maior afluência e as atividades mais praticadas dentro da modalidade das águas bravas nos rios da bacia do rio Tâmega, tentou-se também, através de entrevistas conhecer o comportamento de turistas na região como seja por exemplo na participação em atividades culturais e desportivas. Procurou-se também identificar padrões espaciais no que à área de origem do turista diz respeito e perceber os motivos de escolha do rio Tâmega para a prática de canoagem. Finalmente tentou-se entender e identificar as estratégias usadas pelos clubes e associações de canoagem da área de estudo na promoção da modalidade de águas bravas na região.

Os objetivos secundários, com forte ligação à parte teórica da dissertação, prendem-se com conhecer a legislação dos recursos hídricos em Portugal (Lei nº58/2005) examinando as entidades responsáveis pela sua gestão; conhecer a área de estudo, através de uma descrição geográfica do rio Tâmega e dos municípios por ele banhados; e contribuir para o conhecimento da história da canoagem e da navegabilidade fluvial em Portugal.

Para a construção da presente dissertação foram necessárias várias deslocações a diversos pontos do rio Tâmega e seus afluentes. O sistema de escolha dos pontos de visita assentou na tentativa de cobrir o máximo de território da bacia hidrográfica, estando condicionado por fatores como o estado do tempo e o tempo disponível. As deslocações permitiram conhecer praticantes de canoagem no rio Tâmega e conseguir informações sobre a respetiva atividade turística da região e a modalidade das águas bravas. Foram também efetuadas vinte e duas entrevistas a praticantes de canoagem no rio Tâmega e afluentes, sendo que doze foram feitas no terreno, seis por telemóvel e quatro por correio eletrónico. As entrevistas visaram identificar padrões ao nível das práticas dos utilizadores do rio Tâmega; compreender os motivos que os levam a optar pelo rio Tâmega e região envolvente; discutir as potencialidades e problemas da região na vertente da canoagem e do turismo fluvial; conhecer as suas perspetivas relativamente ao futuro destes aspetos. Para além disso, sou habitante da região-alvo e tenho um conhecimento relativamente abrangente da área, os seus aspetos culturais, patrimoniais e geográficos.

A participação no evento anual “Tamecanos 2013” nos dias 23 e 24 de Março de 2013 foi também uma importante etapa na construção da dissertação. Sendo o único evento de canoagem da região, o “Tamecanos 2013” reuniu praticantes de todo o país e do estrangeiro. Foi por isso importante participar e entender por meio de conversas informais os motivos que os levaram às Terras de Basto para praticar canoagem e o comportamento turístico que teriam na região nesse período de tempo.

Para além das pesquisas normais associadas a este tipo de investigação foi importante estar atento a *blogs* de grupos e clubes de canoagem, onde as informações sobre a modalidade das águas bravas estão constantemente em atualização, mas também à imprensa local e regional, cujo conteúdo informativo tem um útil foco territorial e turístico.

Este trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos (incluindo introdução e conclusão). O segundo capítulo aborda a temática da gestão da água em Portugal, com especial foco no domínio fluvial, e a análise das competências das entidades gestoras dos recursos hídricos. O terceiro capítulo centra-se nos conceitos de lazer e turismo, na sua evolução ao longo dos tempos e da importância para a sociedade. No quarto capítulo, faz-se uma contextualização global e nacional da canoagem e da navegação fluvial. É também introduzido o tema das águas bravas, onde se explicam importantes conceitos e especificidades da modalidade. O quinto capítulo comporta uma caracterização geográfica da área de estudo, onde se incluem os aspetos humanos, físicos e paisagísticos,

e uma análise e descrição das principais atrações turísticas da região. Ao sexto capítulo está reservada a análise dos dados recolhidos no trabalho de campo, que incluem as entrevistas e conversas com os utilizadores/praticantes de águas bravas nos rios da bacia hidrográfica do rio Tâmega; o evento anual de águas bravas “Tamecanos” e a sua importância na atração turística e promoção dos rios da região; e uma abordagem aos problemas e desafios que a região enfrenta para potenciar o turismo fluvial. O sétimo e último capítulo apresenta as conclusões da dissertação.

## 2- Lei da Água

A crescente urbanização e desenvolvimento tecnológico e industrial, verificados principalmente na segunda metade do século XX, determinaram alterações significativas nos padrões de vida da sociedade moderna. O reflexo desta situação é o constante aumento do consumo de água e lançamento de quantidades cada vez maiores de resíduos provenientes das suas atividades nas águas superficiais e subterrâneas (Vieira, 2003), apesar do grande investimento em tratamento de águas que se regista sobretudo nos países mais desenvolvidos. A água, assumindo um carácter determinante para o Homem e para a vida das comunidades, deve ser valorizada, concentrando as atenções de entidades públicas e privadas visando sempre uma gestão cuidada e coerente.

Durante a elaboração da presente dissertação, a vertente normativa/legislativa da água foi sofrendo alterações, resultado também das mudanças ao nível das entidades estatais com responsabilidade na gestão da água. Com os constantes avanços e recuos e as incertezas quanto à definição de responsabilidades centrar-me-ei neste capítulo na estrutura que entrou em vigor em 2005 e que antecedeu esta fase de mudança.

A lei da água (Lei nº 58/2005) assegura a transposição da diretiva nº 2000/60/CE, do Parlamento Europeu, e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000. Esta diretiva estabelece as bases para a gestão sustentável dos recursos hídricos, que define todo um quadro institucional para o sector. A presente lei estabelece o enquadramento para a gestão das águas superficiais, ou seja, as águas interiores, de transição e costeiras e das águas subterrâneas de forma a promover uma utilização sustentável de água, obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição. Outros objetivos que estão transcritos para esta lei são assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais e assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes.

No que concerne a princípios, para além dos que estão consagrados na Lei de Bases Do Ambiente, a gestão da água deve observar os seguintes princípios:

- Princípio do valor social da água;
- Princípio da dimensão ambiental da água;
- Princípio do valor económico da água;

- Princípio de gestão integrada das águas e dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

No artigo 4º da lei da água podemos retirar algumas definições relevantes, que importam para a percepção de alguns pontos deste capítulo. Desde logo, é aqui que estão contempladas as principais definições ligadas aos recursos hídricos:

- Autoridade Nacional da Água - o órgão da Administração Pública responsável pela aplicação da presente lei e pelo cumprimento da Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, em todo o território nacional;
- Bacia hidrográfica - a área terrestre a partir da qual todas as águas fluem para o mar, através de uma sequência de rios, ribeiros ou eventualmente lagos, desaguando numa única foz, estuário ou delta.

Na secção 3 do terceiro capítulo da lei da água, relativo ao planeamento das águas, segundo o artigo 23º, cabe ao Estado, através da autoridade nacional da água, instituir um sistema de planeamento integrado das águas adaptado às características próprias das bacias e das regiões hidrográficas.

O planeamento das águas visa fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as suas disponibilidades de forma a garantir a sua utilização sustentável, assegurando a satisfação de necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, proporcionar critérios de afetação aos vários tipos de usos pretendidos (onde, por exemplo, se podem incluir uma exploração de um negócio na área da canoagem ou uma instalação de uma praia fluvial) tendo em conta o valor económico de cada um deles. Assegurar a harmonização da gestão das águas com o desenvolvimento regional e as políticas sectoriais, os direitos individuais e os interesses locais e fixar as normas de qualidade ambiental e os critérios relativos ao estado das águas.

O planeamento das águas é concretizado conforme vários instrumentos, como por exemplo, o Plano Nacional da Água (PNA), de âmbito territorial, que abrange todo o território nacional; os planos de gestão de bacia hidrográfica, de âmbito territorial, que abrangem as bacias hidrográficas integradas numa região hidrográfica e incluem os respetivos programas de medidas e os planos específicos de gestão de águas, que são complementares dos planos de gestão de bacia hidrográfica e que podem ser de âmbito territorial, abrangendo uma sub-bacia ou uma área geográfica específica, ou de âmbito

sectorial, abrangendo um problema, tipo de água, aspeto específico ou sector de atividade económica com interação significativa com as águas.

## **2.1 – Domínio Público Hídrico**

O Domínio Público Hídrico diz respeito às águas Públicas, onde no domínio público do Estado, os bens naturais ou artificiais que os constituem estão, nos termos da Lei, submetidos a um regime especial de proteção de forma a garantir que desempenhem o fim de utilidade pública a que se destinam, regime que os subtrai é disciplina jurídica dos bens do domínio privado tornando-os inalteráveis, impenhoráveis e imprescritíveis. Podemos fazer uma divisão deste domínio Público Hídrico em domínio Marítimo e Fluvial.

### **2.1.1 – Domínio Fluvial**

Refere-se aos rios e lagos e cursos de água que cortam o território, nos trechos situados nos seus limites. Podem ser nacionais ou internacionais. Os rios nacionais pertencem ao País onde está o curso de água. Os rios internacionais podem ser contíguos caso a soberania de um País vá até a linha divisória ou sucessivos caso cada País tenha uma soberania na parte do rio que corre no seu território.

No Domínio fluvial estão integrados:

- a) Os cursos de água navegáveis ou flutuáveis, com seus leitos e margens, para montante dos limites interiores fixados pelo quadro n.º 1 do Decreto-Lei n.º 265/72 (Dec. n.º 5787-4 I, art. 2º, 3º e 5º);
- b) Os cursos de água não navegáveis nem flutuáveis que, por decreto especial, forem reconhecidos de utilidade pública como aproveitáveis para a produção de energia elétrica, nacional ou regional, ou para irrigação (Constituição de 1933, art. 49º n.º 3);
- c) Os leitos e margens dos cursos de água não navegáveis nem flutuáveis nos troços em que atravessarem terrenos públicos (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 3 e Dec. -Lei n.º 468/71, art. 5º).

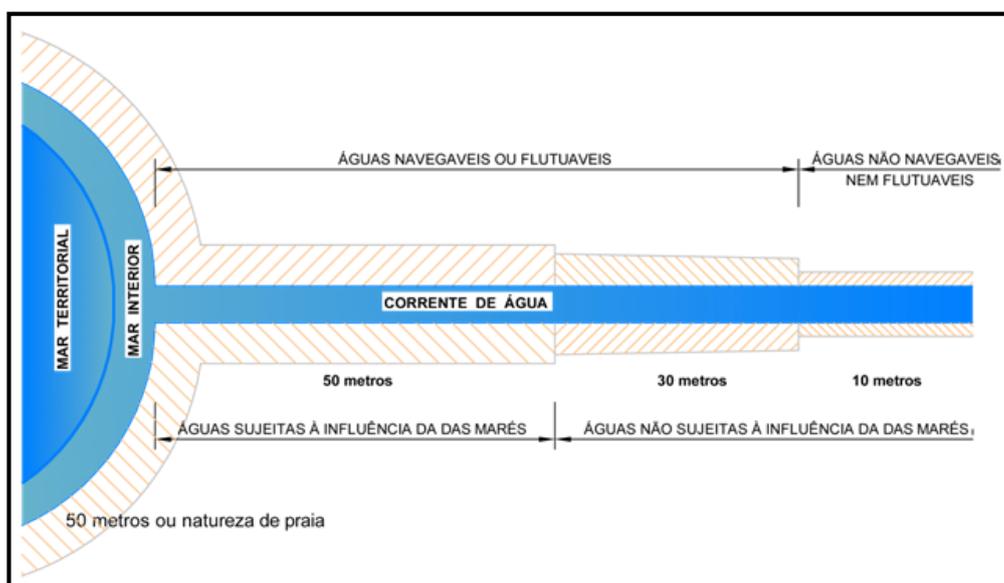
### 2.1.2 – Domínio Lacustre

Embora este trabalho se centre no domínio fluvial, o domínio lacustre, constituinte do Domínio Público Hídrico, é importante mas num contexto nacional. A este ponto surgem relacionados os lagos que situando-se no interior do território de um só país, pertence apenas a ele. Caso se situe na divisão de dois ou mais países, será aplicada a linha divisória, como limite da soberania.

No Domínio lacustre estão integrados:

- a) Os lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis que não se situem dentro de um prédio particular, com seus leitos e margens (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 4);
- b) Os lagos e lagoas navegáveis que situando-se dentro de um prédio particular sejam alimentados por corrente pública, com seus leitos e margens (Dec. n.º 5787-4 I, art. 2º n.º 2 *a contrario*);
- c) Os lagos e lagoas não navegáveis nem fluviáveis que, por decreto especial, forem reconhecidos de utilidade pública como aproveitáveis para a produção de energia elétrica nacional ou regional, ou para irrigação (Constituição de 1933, art. 49º n.º 3);
- d) Os lagos e lagoas não navegáveis nem fluviáveis formados pela natureza em terrenos públicos (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 4);
- e) Os lagos e lagoas não navegáveis nem fluviáveis circundados por diversos prédios particulares (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 4).

**Figura 1 – Nomenclatura de Águas Fluviais e Adjacentes**



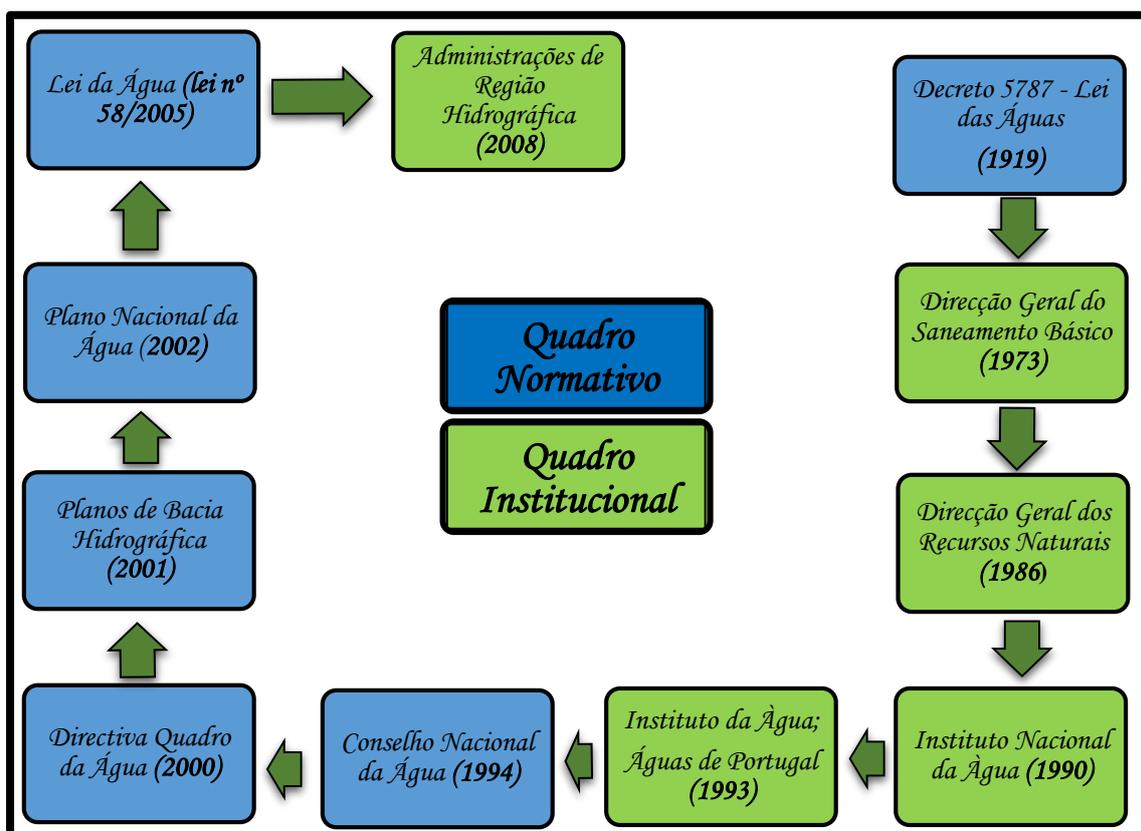
Fonte: [www.inag.pt](http://www.inag.pt) (accedido em 06/04/2012)

## 2.2 – Gestão da Água

A gestão da água é um processo integrador das diversas competências da administração e engloba as componentes de qualidade e quantidade subjacente à conectividade dos ciclos naturais e construídos da água.

A gestão dos recursos hídricos compreende a administração da água com potencial valor económico, resultante de um aproveitamento do domínio hídrico e, em Portugal, tem um percurso cuja origem remonta aos finais do século XIX. A figura 1 mostra-nos alguns dos elementos com mais importância do percurso histórico no domínio das instituições e políticas de recursos hídricos levados a cabo em Portugal, onde é possível observar que, inicialmente, eram centrados nos aproveitamentos hidroelétricos, e que foi integrando depois, um outro conjunto de preocupações ambientais, económicas e sociais da água.

**Figura 2 – Perspetiva histórica da gestão de recursos hídricos em Portugal**



**Fonte:** Adaptado de Administração das Regiões Hidrográficas e do Instituto Nacional da Água.

Como podemos observar na figura 2, antes da formação das ARH em 2008, o modelo de gestão assentava instrumentalmente no Instituto da Água (INAG), com competências nos domínios do planeamento, monitorização e gestão de infra – estruturas, e nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) que aglutinaram as Direções Regionais do Ambiente e Recursos Naturais, entidades de índole regional com competências de licenciamento, fiscalização e, em parte, da monitorização operacional físico-química. Este modelo, suportado por um conjunto de diplomas legais promulgados em 1994, teve o seu mérito e valor, conseguindo resultados assinaláveis. Contudo, não conseguiu fazer face ao desenvolvimento de um número de constrangimentos.

### **2.2.1 – Instituto da Água (INAG)**

O Instituto da Água, I. P., (INAG, I.P.), organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional, é um instituto público integrado na administração indireta do Estado que está dotado de autonomia administrativa e património próprio

O INAG I.P. prossegue as atribuições do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, sob superintendência e tutela do respetivo ministro.

O Instituto da Água (INAG) foi criado pelo Decreto-Lei nº 187/93, de 24 de Maio, tendo a sua orgânica sido aprovada pelo Decreto-Lei nº 191/93, de 24 de Maio. Nos termos dos mencionados diplomas, o INAG é o instituto responsável pela prossecução das políticas nacionais no domínio dos recursos hídricos e do saneamento básico.

Este instituto surge como uma necessidade de garantir o cumprimento de várias obrigações impostas pelos ordenamentos jurídicos nacional e comunitário, bem como a aplicação de um regime jurídico unitário à gestão de todas as águas, marítimas ou outras, implica a existência de um organismo com funções essencialmente reguladoras e coordenadoras. Em conformidade com a alínea a) do artigo 7º e do artigo 8º da Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, tal tarefa é cometida ao INAG que, na qualidade de Autoridade Nacional da Água, além de representar o Estado como garante da política nacional das águas, é também responsável externamente pelo cumprimento das várias obrigações impostas pela Diretiva Quadro da Água. Paralelamente, o INAG mantém as suas funções de autoridade de segurança de barragens.

As principais atribuições do INAG são assistir o Governo na definição da política de gestão dos recursos hídricos e exercer as funções de Autoridade Nacional da Água; assegurar a proteção, o planeamento e o ordenamento dos recursos hídricos e promover o uso eficiente da água e o ordenamento dos usos das águas; coordenar, ao nível nacional, a adoção de medidas excepcionais em situações extremas de seca ou de cheias;

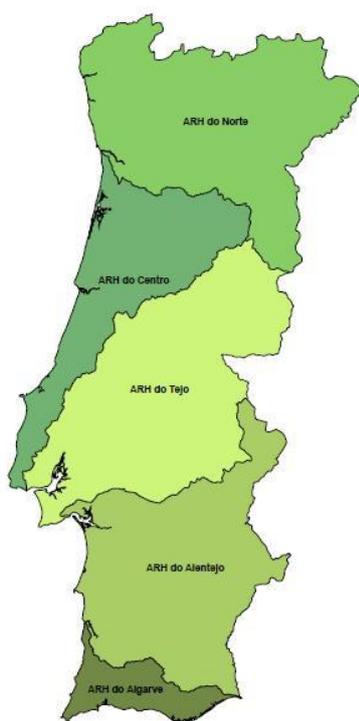
O título de utilização dos recursos hídricos é importante e obrigatório, uma vez que a utilização dos recursos hídricos sem o respetivo título constitui uma contra – ordenação muito grave e pode implicar coimas elevadas segundo o Decreto-Lei n.º 226 A/2007, de 31 de Maio e a Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto). Estas coimas podem oscilar, para pessoas singulares, de 20.000 a 30.000 euros, e para pessoas coletivas de 38.500 a 70.000 euros, por negligência. Só com o título de utilização poderá fazer prevalecer os seus direitos face a outros utilizadores que apareçam posteriormente. O titular de um título de utilização dos recursos hídricos terá de cumprir todas as obrigações neles constantes, e caso se verifique incumprimento das obrigações o título pode ser revogado. Para além da revogação, e em caso de incumprimento das condições do título, o titular está a praticar uma infração que se consubstancia numa contraordenação ambiental muito grave.

O pedido de utilização dos recursos hídricos deve ser formulado através de requerimento dirigido à Administração de Região Hidrográfica, não estando sujeita a qualquer pagamento a emissão do título de utilização.

### 2.2.2 – Administração das Regiões Hidrográficas (ARH)

A Administração das Regiões Hidrográficas (ARH) é uma entidade governamental portuguesa encarregue da proteção e valorização das componentes ambientais das águas, assim como da gestão sustentável dos recursos hídricos, em articulação com os restantes intervenientes no sector.

**Figura 3 – As Administrações das Regiões Hidrográficas em Portugal**



**Fonte:** <http://olharoambiente.com.sapo.pt> (acedido em 15/04/2014)

A criação das administrações de regiões hidrográficas (ARH do Norte; ARH do Centro; ARH do Tejo; ARH do Alentejo; ARH do Algarve) estava já prevista na Lei da Água (Lei nº 58/2005, 29 de Dezembro), em vigor desde 31 de Dezembro de 2005, mas faltava a definição da sua orgânica, formalizada agora pelo Decreto-Lei nº208/2007 de 29 de Maio no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) entrando em funcionamento no dia em Junho de 2007.

Sendo um Instituto Público dotado de autonomia financeira e administrativa e de património próprio, a ARH é responsável pela elaboração e execução dos planos de gestão das águas e pela definição e aplicação dos programas e medidas; Está ainda incumbida a

ARH de decidir sobre a emissão e emitir os títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação nas várias regiões.

Os domínios de intervenção da ARH Norte estão divididos em três regiões:

-RH1 (Minho e Lima), compreendendo os rios Minho e Lima, os respetivos estuários (águas de transição) e as ribeiras da costa entre os estuários, incluindo as águas subterrâneas e as águas costeiras adjacentes;

-RH2 (Cávado, Ave e Leça), que compreende as bacias hidrográficas dos rios Cávado, Ave e Leça, as ribeiras da costa entre os estuários, incluindo as respetivas águas subterrâneas e as águas costeiras adjacentes;

-RH3 (Douro), que compreende a bacia hidrográfica do Douro e as outras pequenas ribeiras adjacentes, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes.

As principais atribuições das Administrações das Regiões Hidrográficas são elaborar e executar os Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas e os Planos Específicos de Gestão das Águas e definir e aplicar os programas de medidas; decidir sobre a emissão e emitir os títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação; realizar a análise das características da respetiva Região Hidrográfica e das incidências das atividades humanas sobre o estado das águas, bem como elaborar a análise económica das utilizações das águas, e promover a requalificação dos recursos hídricos e a sistematização fluvial; aplicar o regime económico e financeiro nas bacias hidrográficas na sua área de jurisdição, fixar por estimativa o valor económico da utilização sem título, pronunciar-se sobre os montantes dos componentes da taxa de recursos hídricos, arrecadar as taxas e aplicar a parte que lhe cabe na gestão das águas das respetivas bacias ou regiões hidrográficas; elaborar o registo das zonas protegidas e identificar as zonas de captação destinadas a água para consumo humano;

Os documentos necessários à instrução de pedido de títulos de utilização de recursos hídricos são disponibilizados no portal *online* da ARH - Norte. O novo enquadramento legal obrigou a uma harmonização a nível nacional dos procedimentos necessários à atribuição dos títulos de utilização dos recursos hídricos.

### **2.2.3 – Autoridade Nacional Florestal (AFN)**

A Autoridade Florestal Nacional (AFN) é o serviço executivo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas responsável pela conceção, execução e avaliação das políticas florestais, cinegética e aquícola das águas interiores.

Sucedeu nas atribuições da Direção – Geral dos Recursos Florestais (DGRF), em matéria florestal, cinegética e aquícola nas águas interiores. Os objetivos específicos desta autoridade são promover o desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados e, ainda, dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas, através do conhecimento da sua evolução e fruição, garantindo a sua proteção, conservação e gestão, promovendo os equilíbrios intersectoriais, a responsabilização dos diferentes agentes e uma adequada organização dos espaços florestais, assim como a melhoria da competitividade das indústrias que integram as várias fileiras florestais, bem como a prevenção estrutural, atuando de forma concertada no planeamento e na procura de estratégias conjuntas no domínio da defesa da floresta, assumindo as funções de autoridade florestal nacional. Um dos aspetos que mais nos interessa perceber através deste organismo é de que forma são adjudicadas as licenças de pesca por parte desta autoridade. Desta forma devemos sempre ter em conta que o tipo de licenças é diferente, dependendo se é profissional ou desportiva.

#### **Licenças de Pesca Profissional**

As licenças de pesca profissional habilitam a pescar em quaisquer águas públicas onde esteja autorizada a pesca profissional. Este tipo de licenças são anuais (ano civil) e válidas para as regiões:

- Nacional - válida para todo o território nacional
- Regional - válida para determinada região, cujos respetivos limites são:
  - Norte - a norte do rio Douro, inclusive
  - Centro - Entre-Os-Rios Tejo e Douro, inclusive
  - Sul - a sul do rio Tejo, inclusive
- Concelhia - válida para o concelho respetivo e para os confinantes.

As licenças coletivas são passadas em nome do arrais ou chefe da embarcação e nelas deverá estar indicado o número de pescadores ou auxiliares que o acompanham. O número máximo de auxiliares a averbar na licença não pode exceder dez.

### **Licenças de Pesca Desportiva**

Para exercer este tipo de pesca tem de ser obrigatoriamente titular de uma licença geral de pesca, estando isentos desta mesma licença os menores de 14 anos quando acompanhados pelos pais titulares desta mesma licença.

A licença nacional e a licença regional podem ser obtidas de uma forma muito fácil, basta os interessados se deslocarem junto de uma Caixa Automática de Multibanco ou junto da Autoridade Nacional Florestal (AFN).

#### **2.2.4 – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)**

A ERSAR foi constituída recentemente e veio substituir o antigo Instituto Regulador de Águas e Resíduos. Criada através do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), a ERSAR visa defender os direitos dos consumidores utentes dos sistemas municipais, por um lado, e assegurar a sustentabilidade económica destes. A regulação tem como principal objetivo a proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo-eficácia associada à qualidade de serviço.

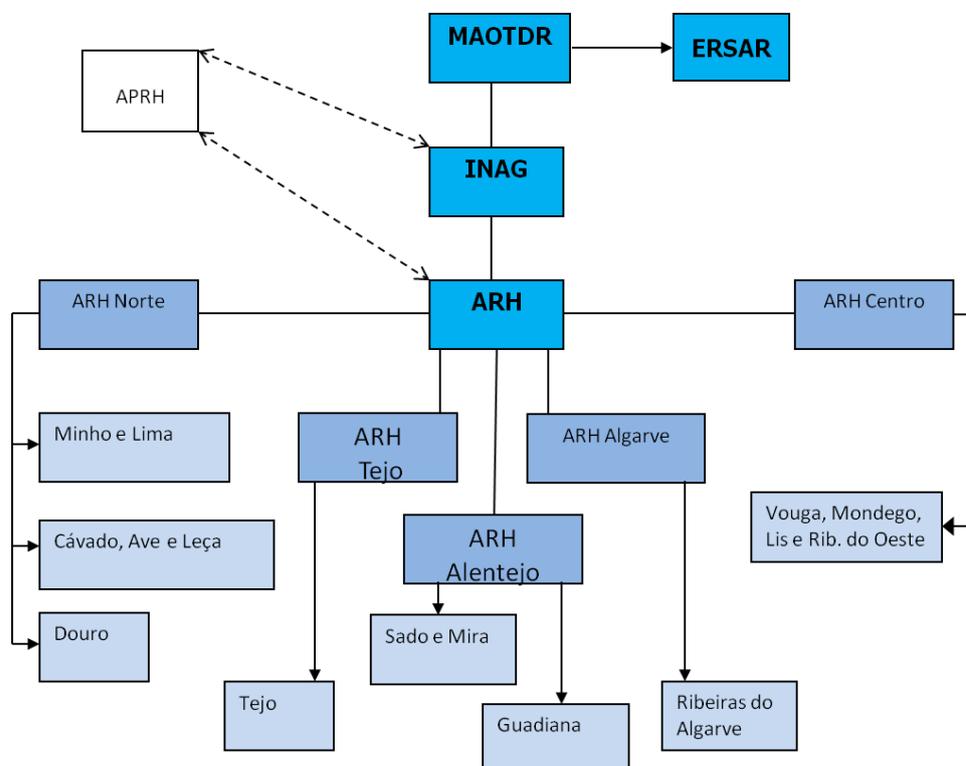
## 2.2.5 – Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH)

O estatuto da APRH foi aprovado na Assembleia Geral de Fevereiro de 1986 e registado sob escritura no 5º Cartório Notarial em 6 de Outubro do mesmo ano. Numa fase posterior, 21 de Março de 1997, foram efetuadas pequenas alterações.

A APRH pretende estimular o tratamento multissetorial e interdisciplinar dos assuntos relacionados com a quantidade e a qualidade das águas interiores, estuárias e costeiras, superficiais e subterrâneas, constituindo um fórum para profissionais de diversas formações e sectores de atividades com intervenção no domínio dos recursos hídricos.

A APRH tem como principais atribuições organizar reuniões, colóquios, visitas de estudo e outras atividades similares, quer a nível nacional quer a nível internacional, incentivar a realização de ações de formação e de atualização científica e tecnológica.

**Figura 4 – Organograma das Entidades Gestoras e Promotoras da Água em Portugal**



Fonte: Elaboração Própria

O Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) como autoridade nacional nas áreas da natureza e na sua gestão sustentável encontra-se fragmentada em várias áreas. Porém são as mais ligadas às questões hídricas que interessam abordar: a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) mais relacionada com o abastecimento público da água, o saneamento e a defesa dos interesses dos consumidores; e o Instituto Nacional da Água (INAG), como representante máximo do ministério, detendo total jurisdição sobre o território português e responsável pela prossecução das políticas nacionais no domínio dos recursos hídricos. No entanto, e dada a necessidade de desconcentrar com base no princípio da subsidiariedade, criaram-se repartições que de acordo com as diretivas comunitárias e nacionais da água, atuam segundo um panorama regional – as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH). Em Portugal existem cinco ARH, distribuídas segundo uma lógica que respeita o território das bacias hidrográficas (RH), e é nestas áreas que as ARH se encarregam de proteger e valorizar as componentes ambientais das águas e elaborar e executar planos de gestão das águas. É ainda importante salientar que, dada a proximidade à sua área de jurisdição os interesses do poder autárquico cruzam-se muitas vezes com os da ARH, tendo mesmo a Administração da Região Hidrográfica fácil acesso aos planos de ordenamento, de extrema importância para o conhecimento do território. Desta forma, o poder autárquico e as ARH podem atuar em sintonia em terrenos de foro fluvial ou lacustre sempre de forma sustentável e fiel às normas impostas na legislação da água. A Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) detém autonomia em relação ao MAOTDR, definindo-se mesmo como uma associação técnica e científica sem fins lucrativos cuja atividade se centra na promoção da sustentabilidade dos recursos hídricos. Porém mantém relações com o INAG e com as ARH visando sempre a promoção da gestão sustentável da água através de congressos, de pesquisas científicas, protocolos com escolas e com a publicação da revista “Recursos Hídricos”.

Relativamente aos pedidos de licenças de exploração tanto a ARH ao nível regional como o INAG, representante do MAOTDR nas questões da água, ao nível nacional têm responsabilidade na atribuição. Por exemplo, um indivíduo que deseje explorar uma zona fluvial ou lacustre, através de uma atividade desportiva como o Rafting, deve ter em mente em primeiro lugar qual a qualificação do solo no Plano Diretor Municipal. Ou se dirige à Autarquia, pede acesso ao PDM e verifica a potencialidade da área. Caso já reconheça a qualificação do terreno como ótima, faz o *download* do formulário via online no portal da respetiva ARH, ou dirige-se à sede da Administração

e preenche o requerimento de licença no local. Numa fase posterior o Concelho da Região Hidrográfica (CRH) debaterá a viabilidade do projeto e, com base na diretiva comunitária e nacional da água e no PDM do respetivo Município, aprovará ou reprovará o pedido de licença. Nesta fase, imaginemos, em que a ARH aceita o pedido de licença, o INAG fará uma revisão constitucional ao projeto e dará o seu parecer. Caso seja positivo a licença é atribuída e o utilizador passará a ser um indivíduo com direito de exploração da área requisitada. A ARH será no entanto um ator bastante atento no que toca aos limites impostos ao utilizador. Numa fase em que o utilizador detentor de uma licença necessite de formadores ou de guias na atividade desportiva, pode recorrer à Federação Portuguesa de Canoagem e pedir a indicação dos indivíduos qualificados, cujos nomes se encontram numa base de dados.

A gestão da água está atualmente numa fase de mudanças. Decorrente da reorganização da Administração Pública o INAG, autoridade nacional da água até então, foi extinto, tendo as suas responsabilidades sido integradas na Agência Portuguesa do Ambiente (APA). As cinco ARH vão também ser integradas na APA assim como a Comissão para as Alterações Climáticas (CAC) e o seu Comité Executivo, a Comissão de Acompanhamento de Gestão de Resíduos (CAGER) e a vertente de planeamento estratégico do Departamento de Planeamento e Prospetiva (DPP). A reestruturação pretende criar uma estrutura integrada, inovadora, eficiente e participativa para a valorização do próprio modelo de funcionamento e das políticas nas diversas áreas.

Em 2013, com a fusão da Autoridade Florestal Nacional e do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) criou-se o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas integrando todas as atribuições.

### 3- Lazer e Turismo

Todas as questões que envolvem o Homem e a sociedade tem antecedentes bastante longínquos e profundos em termos de reflexão, e a questão do lazer não é exceção (Marcellino, 1950). Na maior parte das sociedades industrializadas, o modo de estruturação do tempo foi um dos fenómenos que mais significativas modificações evidenciou (Santos e Gama, 2008). O lazer constitui um direito de cidadania que pode ser exercido nas ações desenvolvidas pelas comunidades, poder público, instituições não-governamentais e empresas privadas. Considera-se "...o lazer como um objeto social e historicamente constituído, intimamente ligado à cultura, abarcando possibilidades e experiências amplamente diversificadas..." (Stoppa et al., 2001:10)

O lazer está intimamente ligado ao aspeto tempo ou período liberado pela atividade profissional, familiar, religiosa e social, ou seja, ao tempo livre que o Homem dispõe.

A história do lazer e do turismo associa-se à própria História da Humanidade. Já na antiga Babilónia a oferta de equipamentos e infraestruturas de lazer era visível com os jardins suspensos e jardins zoológicos. Na Grécia Antiga, equipamentos de lazer, recreio e desportivos tinham um importante papel de entretenimento. Os Jogos Olímpicos, os circos e teatros eram então atividades muito requisitadas com milhares de pessoas a afluir às cidades helénicas. Na época da romanização surgiram novas importantes atividades lúdicas como as termas e saunas, que ainda hoje são utilizadas, mas também as lutas de gladiadores, corridas e outros tipos de espetáculos (Costa, 2005).

É o surgimento do *Grand Tour* no século XVII que marca, para alguns autores, o início da história contemporânea da atividade turística. Embora tenha obtido uma firme estrutura ainda neste século, apenas no seguinte o *Grand Tour* atingiria o auge. Este fenómeno consistia em deslocamento de longa duração (aproximadamente três anos) por parte de jovens rapazes à elite britânica, pelas principais cidades europeias como forma de consolidar os seus conhecimentos e educação (Costa, 2009; Sweet, 2012).

Saldanha Martins (citado em Teles, 2012:27) refere que o surgimento do *Grand Tour* dos aristocratas constituía viagens de descoberta e um impulso para o desvendar o desconhecido. Esta atividade era também interpretada como um ritual de integração na sociedade educada, pois "...acreditavam que era necessário ver, *in loco*, tanto as ruínas

da Roma Clássica como as igrejas, os palácios e as coleções de arte das grandes capitais continentais.” (Costa, 2009), mas também de passagem para a maioria (Sweet, 2012).

O *Grand Tour*, enquanto atividade pedagógica, refletia as diferenças sociais da época. Para a elite social era indispensável a realização destas viagens, pois constituíam um papel fundamental na educação formal dos futuros dirigentes civis e militares.

No final do século XVIII registaram-se mudanças em alguns aspetos do *Grand Tour*. A educação carnal passa a ser também um dos motivos dos viajantes que respondem à presumível disponibilidade e atração que as mulheres (da Itália principalmente) exerciam. O *Grand Tour* deixa de ser uma viagem de características absolutamente culturais e pedagógicas e passa a ter também uma vertente ligada aos “prazeres e sentidos” e “às experiências com o corpo e com a alma” (Costa, 2009). Stendhal denominou de “A classe *des gens du loisir*” este grupo social, que vivia sem pressões de tempo e trabalho, que dedicava o seu tempo ao lazer e atividades lúdicas (Corbin, 1995 citado em Teles, 2012:12).

A passagem do século XVIII para o século XIX é marcada na Europa pela Revolução Industrial e consequentes mudanças económicas, sociais e políticas. Os *Grand Tours* sofrem uma evolução graças à sua massificação e exigências do seu público que perante um panorama industrial, impõe melhores condições nos serviços de transporte, hospedagem e alimentação. O aumento da malha ferroviária e o aparecimento do navio a vapor, de manuais de orientação e profissionais especializados dão resposta às novas necessidades dos viajantes que agora têm novos objetivos e ao seu dispor inovações realizadas por empreendedoras dedicadas exclusivamente à atividade turística<sup>1</sup> (Costa, 2009).

Contudo, o tempo livre e o lazer continuavam a ser apenas uma realidade para a aristocracia. Para a classe trabalhadora o trabalho era o centro da vida, a única atividade a que dedicavam tempo e valor, facto que no entanto não se verificava relativamente às classes da elite, com menor apego ao trabalho (Teles, 2012).

Em 1880 Lafargue, motivado pela falta de condições de trabalho industrial, publica o primeiro manifesto a favor do lazer dos operários intitulado “*O Direito à Preguiça*” (Marcellino, 1950). Lafargue expõe na sua obra os problemas da era industrial para o proletariado como a substituição da mão-de-obra por tecnologia e consequente desemprego, a elevação do valor “trabalho” como inconveniente para o operário. Numa

---

<sup>1</sup> No dia 5 de Outubro de 1841, Thomas Cook cria o primeiro pacote turístico que consistia na primeira viagem comercial de comboio para um grupo de 570 pessoas entre Leicester e Loughborough.

parte final o autor reclama para os trabalhadores uma diminuição do tempo de trabalho e o direito ao ócio.

Esta publicação marca o início da conquista do tempo livre por parte da sociedade trabalhadora, que não dispo de das mesmas condições económicas que os aristocratas para viajar, ocupavam estes períodos principalmente com repouso. A Era Industrial veio modificar os conceitos de trabalho e tempo livre e as relações entre o tempo e espaço (Cunha e Cravidão, 1998).

O lazer continuou a ser objeto de estudo durante as primeiras décadas do século XX com autores como Bertrand Russel, Huizinga e Veblen a elaborarem uma série de análises sistemáticas ao tema (Marcellino, 1950).

Em 1942 Hunziker e Krapf propuseram a primeira definição de Turismo, sendo numa fase posterior adotada pela *Association Internationale des Experts Cientifiques du Tourisme*. De acordo com os autores, “(...) turismo consistia no conjunto de relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanência não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária” (Vanhove, 2004:02).

Na segunda metade do século assistiu-se as profundas mudanças sociais ao nível do trabalho, do tempo livre e particularmente do turismo. Na década de 50 surge o turismo de massas que se desenvolve nas décadas seguintes graças aos avanços na aviação comercial, à criação de operações *charter* (Costa, 2005), e baseados nos pacotes turísticos formatados por Cook no século XIX (Costa, 2009). A indústria do turismo regista então um grande crescimento e surgem importantes polos e destinos turísticos. Recursos quase ignorados passam a ser explorados, surgem novas ocupações dos tempos livres onde o imaginário e o virtual se cruzam com as necessidades do Homem. O risco e a aventura passam a estar presentes nas atividades de lazer de uma sociedade cada vez mais urbana (Cunha e Cravidão, 1998). Esta é então uma sociedade diferente da sociedade tradicional que na época da Revolução Industrial tinha como base do tempo livre o repouso, assistindo-se agora à emergência de uma sociedade moderna baseada em valores como a liberdade individual (Teles, 2012).

Em 1963, as Nações Unidas patrocinam, na cidade de Roma, a Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo e recomendam definições de “visitante” e “turista” para fins estatísticos. O termo visitante descreve a pessoa que visita um país que não o da sua

residência, por qualquer motivo, e que nele não exerça nenhuma ocupação remunerada (Beni, 1998 citado em Ansarah, 2000:18).

Porém, é neste período que situações políticas dificultam o desenvolvimento da atividade turística, como por exemplo a divisão mundial entre os blocos ocidental e comunista provocada pela Guerra Fria e a crise do petróleo da década de 70 (Nunes, 2013). Na década seguinte o turismo em massa é alvo de críticas negativas, principalmente ambientalistas e direcionada à irracional exploração de recursos naturais.

A partir da década de 90 os *all inclusive tours* ganham expressão<sup>2</sup>. Este tipo de turismo que valoriza a promoção da sustentabilidade do património, baseia-se na estacionalidade de fluxos (mais tempo no mesmo local), na viagem individual ou em grupos pequenos, no uso de equipamentos qualitativamente estruturados e em serviços personalizados (Costa, 2009).

Em 1991 a Organização Mundial do Turismo (OMT) apresentou uma nova definição entendendo que o turismo “ (...) compreende as atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros”. Foram introduzidas modificações relativamente à definição apresentada por Hunziker e Krapf em 1942 em algumas expressões. “Enquadramento legal” substituiu “residência habitual” excluindo da categoria de visitante pessoas que todos os dias se deslocavam entre casa e o local de trabalho ou de estudo assim como as deslocações rotineiras na área da comunidade local.

Embora tenha surgido antes da apresentada pela OMT, a definição de Mathieson e Wall (1982) evidencia uma maior complexidade da atividade turística. Para os autores, turismo constitui um “movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”.

Em 1995 a OMT lançou uma nova definição de turismo: “atividades de pessoas que visitem e permaneçam em locais, fora da sua residência habitual não mais do que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros”.

No final do século XX assiste-se ao crescimento dos denominados *Desportos Radicais* que conjugavam o contacto com a Natureza e o desejo de risco e aventura.

---

<sup>2</sup> Considerado por alguns autores como o turismo herdeiro do *Grand Tour* e cujo imperativo é dissociar-se do turismo de massas.

No início do século XXI, o turismo surge como uma força social, cultural e económica com grande capacidade de movimentar massas humanas e avultados capitais financeiros (Ansarah, 2000). Porém, a deflagração da crise dos mercados financeiros, no século XXI, trouxe algumas consequências para o setor do turismo. Nunes (2013) afirma que segundo dados do WTO esta crise teve um impacto negativo desde Agosto de 2008 até Setembro de 2009. O autor refere que mesmo se tendo verificado um decréscimo do número total de chegadas, em 2009 o número de turistas mundiais apontava para os 880 milhões e que a Europa liderava com cerca de 460 milhões. Em 2012 o número de chegadas internacionais cresceu 4% (39 milhões de turistas) continuando a Europa a liderar com cerca de 51,6% do total, com um acréscimo de 3,4%, seguida da Ásia e Pacífico com um aumento de 7% e do continente africano 6,4%. A região do Médio Oriente foi a única com um decréscimo no número de chegadas (-5,4%) (I.N.E., 2012).

Tendo em conta os dados do Banco de Portugal, as receitas turísticas globais cresceram de 2011 para 2012 cerca de 5,6%, ou seja, aproximadamente 8 606 milhões de euros, porém este crescimento foi inferior ao verificado em 2011 (7,2%). Também relativamente às despesas no Turismo em 2012, se registaram resultados positivos (2 946 milhões de euros), um decréscimo de 0,9% comparativamente a 2011, traduzindo-se assim a atividade turística num saldo positivo de 5 172 milhões de euros<sup>3</sup>.

O turismo e o lazer apresentam-se como atividades em forte crescendo. As inúmeras potencialidades existentes no território permitem que a atividade turística se desenvolva de uma forma abrangente, abarcando diferentes tipos de culturas, espaços e atividades (Goldstein, 2011).

Perante este cenário de crescente procura, os atores dos governos consciencializam-se que o turismo pode apresentar-se como motor de desenvolvimento económico, pelas suas características culturais, patrimoniais, económicas, sociais, artísticas, simbólicas, ambientais e meteorológicas (Teles, 2012).

### **3.1 – Lazer e Turismo em Portugal**

O início da história do turismo e lazer em Portugal remonta ao século XIII, quando os reis decretaram que o povo, e quem tivesse condições, tinham o dever de albergar e alimentar gratuitamente, o rei e sua comitiva, os grandes senhores, o exército, os presos

---

<sup>3</sup> Informação disponível no documento *Estatísticas do Turismo 2012* do Instituto Nacional de Estatística.

e outros viajantes que se deslocassem pelo país (IFT, 2000 citado em Costa, 2005:281). Este decreto ficou conhecido como “O Livre Direito de Viajar”. Mais tarde, nos séculos XIV e XV institucionalizam-se hospedarias e concedem-se direitos aos estalajadeiros para a obtenção de benefícios com esta atividade.

Em 1764 é construído em Sintra o Hotel Lawrence, um dos mais antigos hotéis da Península Ibérica. Em 1840 é fundada no Porto, a Agência Abreu e na cidade de Bragança, o Hotel Bragança. No final do século XIX Vidago, Pedras Salgadas e Chaves começam a exploração comercial das respetivas fontes termais.

No século XX o setor do turismo regista um rápido crescimento em Portugal, alicerçados nas primeiras organizações governamentais do turismo nacional: a Sociedade de Propaganda de Portugal, criada em 1906 com o objetivo de promover o turismo interno e internacional, organizar e divulgar o inventário de todos os monumentos, riquezas artísticas, curiosidades e lugares pitorescos do país; em 1911, a Repartição do Turismo com a finalidade de promover estudos e deliberar sobre as conclusões; em 1929, o Conselho Nacional de Turismo; e em 1930, a Comissão de Propaganda do Turismo em Portugal.

Em 1927 realizou-se a primeira peregrinação nacional a Fátima, localidade que se viria a tornar o maior centro de turismo religioso em Portugal e um dos mais importantes do Mundo<sup>4</sup>.

De uma forma geral, a atividade turística em Portugal na primeira metade do século XX tinha ainda pouca expressão, vítima do fraco desenvolvimento do país, comparativamente a outros países europeus, aos níveis infraestrutural, industrial e mesmo da oferta turística. A importância do turismo como dinamizador económico e territorial só é reconhecida na segunda metade do século XX. Seria então importante fazer um levantamento dos problemas das infraestruturas e uma análise da oferta turística. Em 1956 é criado o Fundo de Turismo destinado a assegurar o fomento do turismo e a auxiliar e estimular o desenvolvimento da indústria hoteleira e de outras atividades que se relacionem ao turismo. Esta foi também uma época caracterizada pelo êxodo rural, aumento da percentagem de população escolarizada e entrada da mulher no mundo do trabalho e pelas conseqüentes alterações sociais, especialmente, o crescimento das atividades dos setores secundário e terciário e a diminuição do setor primário (Teles, 2012). Entre 1960 e 1973, o rendimento nacional por habitante cresceu a uma média

---

<sup>4</sup> Informação disponível *online* em <http://www.portugaltours.com.pt>

superior a 6,5% por ano, ultrapassando por vezes os 10% (Barreto, 2002). Este fenómeno permitiu que os orçamentos familiares crescessem, possibilitando melhores condições financeiras para atividades de lazer e turismo.

A construção do aeroporto de Faro em 1965 contribuiu para o incremento de fluxos de massas para o Algarve, transformando assim a região num dos maiores destinos turísticos mundiais (Costa, 2005). A partir desta data, o turismo português revelou algum crescimento, beneficiando do contexto económico internacional, da generalização do automóvel e do desenvolvimento do transporte aéreo. Surgem grandes empreendimentos turísticos no Algarve, Tróia e Madeira e desenvolvem-se novas formas de alojamento e o turismo de sol, praia e mar assume-se como o destino mais dominante. Nos anos de 1974 e 1975 o turismo em Portugal sofreu um retrocesso devido ao acontecimento político de 25 de Abril de 1974 (Maricato, 2012).

Em 1980 é lançado o Plano Nacional do Turismo que procurava contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, atenuar as assimetrias territoriais e a proteção e valorização do património cultural e natural. Na década de 90 o turismo português é caracterizado pela excessiva exploração da vertente “sol, praia e mar” e pelo aumento do número de países competidores no setor (Cunha, 1997 citado em Maricato, 2012:11), como a Grécia, Espanha, Turquia e Tunísia (Daniel, 2010).

O início do século XXI trouxe alterações no panorama do turismo português. Ao nível do turismo religioso e cultural Ferreira (2014) refere que desde 2000 se tem registado anualmente um crescimento aproximado de 1%. Fátima continua a afirmar-se como o destino mais procurado pelos turistas com motivações religiosas (cerca de 3,5 milhões de turistas por ano), seguido do caminho português para Santiago de Compostela (segundo mais percorrido logo a seguir ao caminho francês)<sup>5</sup>.

Em 2006 é criado o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) que procurou orientar o Turismo em Portugal diversificando a oferta de produtos, numa tentativa de contrariar a massificação do turismo de sol, praia e mar, harmonizando o aproveitamento do território e desenvolvendo uma atividade turística sustentável. O PENT estabelecia também como meta um crescimento anual de 9% nas receitas turísticas e que o Turismo iria contribuir positivamente para o desenvolvimento económico de Portugal, representado em 2015 cerca de 15% do PIB e 15% do emprego nacional.

---

<sup>5</sup> Teresa Ferreira, diretora do Departamento de Desenvolvimento e Inovação do Turismo de Portugal. Entrevista ao “Fátima Missionária”, disponível *online* em <http://www.fatimamissionaria.pt/>

O PENT, lançado em 2006, está dividido em cinco eixos estratégicos:

- Eixo I – Território, Destino e Produtos – potenciar as valências turísticas de todo o país (Gastronomia e Vinhos, *Touring* Cultural e Paisagístico, Saúde e Bem-Estar, Turismo de Natureza, Turismo de Negócios, Turismo Residencial, *City/Short Breaks*, Golfe, Turismo Náutico e Sol e Mar) desenvolvendo-se novos polos de atração turística (Açores, Alqueva, Douro, Litoral Alentejano, Oeste, Porto Santo e Serra da Estrela);
- Eixo II – Marcas e Mercados – afirmar as marcas “*Destino Portugal*” e “*Allgarve*” no mundo e a abertura a novos mercados;
- Eixo III – Qualificação dos Recursos Humanos – qualificar serviços e destinos mediante a sua certificação;
- Eixo IV – Distribuição e Comercialização – divulgação *online* de destinos de interesse turístico em Portugal e ajustar as empresas e destinos nacionais aos modelos de negócio.
- Eixo V – Inovação e Conhecimento – recurso à Tecnologia e à Investigação & Desenvolvimento como fator de inovação e orientação da atividade turística.

Do conjunto de produtos a serem desenvolvidos no PENT, importa destacar o *Touring* Cultural e Paisagístico e o Turismo de Natureza como aqueles onde se podem incluir atividades de turismo fluvial. O *Touring* considerado para a zona do Porto e Norte de Portugal como produto de primeiro nível e o Turismo de Natureza de segundo nível. O Turismo Náutico, Sol e Mar e Saúde e Bem-Estar, são produtos relacionados também com os recursos hídricos, porém considerados de menor relevância o Norte de Portugal.

Maricato (2012) refere que o PENT se traduz numa visão ambiciosa e estratégica para o setor, pretendendo tornar Portugal num dos destinos de maior crescimento da Europa, aproveitando os recursos únicos do seu território e procurando inovar, apostando no desenvolvimento dos Recursos Humanos e na competitividade da oferta.

Em 2013 foi aprovado o PENT (2013-2015) tendo sido criada também a Comissão de Orientação Estratégica para o Turismo (COET). Esta versão é o resultado da revisão

da estratégia de desenvolvimento turístico nacional, ajustado às condições da economia global e às consequentes alterações do comportamento do turista. A revisão do PENT contou com o contributo de entidades de exploração turística, públicos e privados, associações e entidades regionais de turismo, autarquias e instituições de ensino. Ao nível dos produtos turísticos, o PENT (2013-2015) propõe a renovação do produto Sol e Mar, no reforço da aposta no Golf, Turismo de Negócios, na inovação da estrutura do turismo cultural e religioso e na estruturação do produto Saúde e Bem-Estar como atenuador da sazonalidade. Assume-se ainda o mercado espanhol como prioritário e a dinamização de outros mercados como o Brasil, a China e os Emirados Árabes Unidos. A meta de crescimento anual das receitas do turismo estabelecida pela revisão do PENT situa-se nos 8,4%, menos 0,6% que na versão anterior.

A atividade turística em Portugal representa cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (IPDT, 2012). Em 2013 registaram-se 14,4 milhões de hóspedes, sendo 55% estrangeiros (8,3 milhões), mais 8,3% que em 2012. Em relação aos hóspedes residentes (6,1 milhões) verificou-se um decréscimo de 0,9%. Quando à origem dos turistas que visitaram Portugal em 2013, o Reino Unido lidera com 17% do total de estrangeiros (1,4 milhões de hóspedes), valor superior ao de 2012 (+7,4%) seguido da Espanha (15%), da Alemanha (11%), da França (10%) e do Brasil (6,5%) (Turismo de Portugal, 2013).

As receitas do turismo atingiram os 9 200 milhões de euros, mais 644,1 milhões que em 2012. O Algarve, à imagem de 2012, registou o maior número de dormidas estrangeiras do país (14,8 milhões) com um aumento de aproximadamente 5,5% face ao ano anterior, seguido da região de Lisboa (10 milhões) e da Madeira (6 milhões). Estas três regiões representaram 74% do movimento global do país (Turismo de Portugal, 2013).

Para Daniel (2010:262) o turismo “ (...) é um sector que muito contribui para o bem-estar económico do país. Para além do seu impacto na Balança de Pagamentos, no Produto Interno Bruto (PIB) e do seu papel na criação de emprego, investimento e rendimento, é-lhe também reconhecida a função de “motor” de desenvolvimento de outras atividades económicas.

## 4- A Navegação e o Turismo Fluvial

Água é sinónimo de vida. Um bem indispensável ao Homem e à Natureza. A água constitui um elemento precioso e responsável pela ordem e funcionamento do espaço, pela instalação e localização de povos, pelo equilíbrio de ecossistemas, pela normalidade do quotidiano e desenvolvimento das atividades económicas. Associada muitas vezes também à Religião e ao Divino, a água oferece mobilidade e acessibilidades (transportes fluviais e marítimos) e satisfaz necessidades básicas como o consumo, alimentação e higiene.

Os rios constituem um elemento de paisagem determinante a vários níveis. O rio determina localizações, determina movimentos e distribuições, determina geografias. Tem impacto no clima, no cultivo, na urbanização, nos usos e atividades económicas. O ser vivo adapta-se ao rio. O rio constitui uma barreira, uma fronteira entre territórios (Rio Minho, Rio Douro, Rio Guadiana); o Homem supera o rio com a construção de pontes e canais; o Homem adapta as culturas às particularidades do rio (exemplo do Ribatejo com o cultivo do arroz); os rios “cortam” montanhas e descrevem vales influenciando a ação do Homem nas vertentes (exemplo de Viana do Castelo e do Porto como cidades soalheiras); o rio influencia o tipo de vegetação da planície aluvial e o microclima da região; proporciona ou não condições de maior desenvolvimento de determinadas atividades económicas. É nesta perspetiva que o rio se mostra fundamental enquanto estrutura na organização da Paisagem. Contudo, e nos últimos anos, o Homem tem conseguido adaptar o rio e todas as suas condicionantes aos seus interesses, graças ao rápido avanço tecnológico. As barragens são um bom exemplo, com a contenção de água em albufeiras e criação de espelhos de água. Altera-se o curso normal da corrente, potencializam-se as atividades de lazer e recreio. É também, em rios mais “violentos e selvagens”, próprios de serras e montanhas que o Homem percebe e identifica potencialidades, principalmente ao nível da prática de desportos fluviais e radicais, que de forma massificada, proporciona desenvolvimento às localidades ao nível da hotelaria, da valorização do Património local, do melhoramento das acessibilidades e dos transportes, da construção e da cimentação de identidades do território.

A presença do turismo fluvial na história da humanidade deve muito ao trabalho feito pelos escritores que navegavam pelos rios e publicavam as suas histórias em forma de diário. Criou-se assim um mercado de histórias sobre cidades perdidas (*El Dorado* por

exemplo) e culturas fantásticas que levou muitos leitores à aventura e procura da sorte, sempre com o rio como suporte de viagem. Tal como os oceanos na época das descobertas também os rios desempenhavam um papel fundamental nas deslocções dos descobridores.

#### **4.1 – História da Canoagem**

“O Homem inventou a canoa logo que se apercebeu que os troncos das árvores flutuavam” (Monteiro, 2009:21).

Já na Pré-História o Homem tinha necessidade de navegar, e a solução passava por escavar um tronco de uma área e manejá-lo com uma pá. Nascia assim a piroga, embarcação que foi utilizada a partir do neolítico.

Pelos estudos mais divulgados as primeiras embarcações seriam canoas talhadas a partir de troncos de árvore mas também de pele de animais, juncos ou cascas de árvores presos a armações de madeira ou vime. Pesquisadores divergem sobre a data provável do surgimento das primeiras canoas sobre a face da Terra. Vários estudos apontam para um longo período entre 8000 e 4000 A.C., época de grandes conquistas na faixa semiárida entre os rios Nilo, em África, e Ganges, na Ásia (Vieira e Freitas, 2007). As canoas estavam então bem presentes nos primórdios da evolução humana. Prova disso foi a descoberta de uma embarcação com cerca de 6000 anos semelhante a uma canoa no túmulo de um rei sumério. Esta embarcação estava acompanhada por uma pagaia e julga-se que terá sido uma oferta funerária ao falecido rei. (Monteiro, 2009). Outra embarcação com aproximadamente 4000 anos, toda em prata, foi encontrada nas margens do rio Eufrates.

Em Portugal, entre os anos de 2002 e 2003, após uma atividade arqueológica náutica e subaquática no rio Lima, foram encontradas duas pirogas<sup>6</sup> proto romanas datadas por radiocarbono do período entre os 4000 A.C. e 2000 A.C. (Alves et al., 2005; Alves e Rieth, 2007).

Por volta de 2000 A.C. realizam-se as primeiras provas históricas de competição com canoas, no rio Nilo, no Egipto (Monteiro, 2009).

---

<sup>6</sup> Embarcações monóxilas feitas a partir de um tronco de árvore escavado, manobradas com pequenas pás, utilizadas na caça, pesca, viagens e transporte de pessoas.

Os maiores rios do mundo sempre proporcionaram o transporte de cargas e deslocamentos rápidos ao Homem. Em 450 D.C. Herodotus descreveu o Rio Nilo como o centro do Egito, país onde apenas as cidades ficavam fora da superfície da água e qualquer pessoa tinha acesso a um barco para poder deslocar-se de cidade em cidade (Carson, 1994:22 citado em Prideaux e Cooper 2009). Testemunho deste facto são as ilustrações egípcias, encontradas nos seus monumentos e pergaminhos, em que as canoas eram ilustradas num cenário de transporte e movimento.

Em Pese, na Holanda está exposta uma piroga de pinho com cerca de 3,5 metros datada do ano de 2000 A.C. provando assim a existência de barcos na antiguidade (Monteiro, 2009).

Segundo Vieira e Freitas (2007), há registos de que no séc. XV a.C. os egípcios, índios das Américas e nativos da Polinésia usavam embarcações impulsionadas por pás. Não existem contudo certezas acerca da origem específica da canoagem mas as imagens criadas pelo europeu do índio americano e da sua canoa (*birchbark*) com as extremidades características leva-nos a pensar que talvez esta modalidade tenha fortes raízes na América do Norte (Kohnen, 1989).

O povo polinésio, com extenso conhecimento de navegação, usavam um tronco escavado, ao qual fixavam com duas traves de madeira (*lakos*) um flutuador lateral chamado “ama” para dar equilíbrio à embarcação. Denominava-se a canoa polinésia ou *Va'a*. No Brasil, as canoas de alguns índios eram feitas de cascas de árvores, principalmente da árvore do *Garapuvu y gyapiruvu*. Os Carijós utilizavam duas espécies de canoas eram utilizadas: a *Ingará* construída de um tronco só, “ (...) cavado a frio quando a madeira era mole ou por meio de fogo no caso contrário;” (Peixoto, 2010:18). Dentro deste sistema de canoa surgiam ainda as de maior dimensão que comportavam entre 40 e 60 pessoas (*Igara-oçu* ou *Igara-Tê*) e as de menor (*Igara-mirim*). A segunda espécie de canoa era construída de casca de árvores específicas, escoradas por dentro e com os extremos ligados com cipó. Estas canoas denominadas de *Oba-yá* (Casca Aberta) eram menores e mais fracas relativamente às anteriores (Peixoto, 2010).

Almeida (2006) refere que o escritor e navegador norueguês Thor Heyerdhal em 1970, após observar que os habitantes das margens do lago Titicaca, entre o Peru e a Bolívia, faziam os seus barcos com feixes de junco, similares àqueles que tinha visto na nascente do rio Nilo, elaborou uma teoria de transferência de tecnologia entre os povos. Para provar esta hipótese, o mesmo construiu uma embarcação de junco e acompanhado

de sete pessoas, velejou sem qualquer auxílio externo, desde África até à ilha de Barbados em 57 dias e cerca de seis mil quilómetros.

Francisco de Orellana foi o primeiro navegador europeu a percorrer o Rio Amazonas desde os Andes até à sua foz (desde 1541 e 1542) estimulado sobretudo pela descoberta do desconhecido. Publicada mais tarde por Gaspar de Carvajal, a obra de Orellana assumiu-se como de extrema importância na história do Novo Mundo por descrever os primeiros contactos com a sociedade da Amazónia. Do ponto de vista do turismo, os diários de viagem funcionaram como um mecanismo que disparou a imaginação dos leitores na direção destes locais, gerando um sentimento de curiosidade de presenciar as mesmas emoções que escritor (Prideaux e Cooper, 2009).

Na Ásia, o Rio Yangtze provou também ao longo dos tempos ser igualmente fascinante para os viajantes escritores. Segundo Winchester (1996:52, citado em Prideaux e Cooper, 2001) o Rio Yangtze tem na China um papel geográfico muito importante por ser a principal entrada para o seu misterioso coração.

De acordo com alguns historiadores, a atual concepção de kayak e canoa só surgiria no séc. XVI na América do Norte. Utilizando madeiras e peles, indígenas do interior do continente construía leves e rápidas embarcações, adequadas para os acidentados e rápidos rios norte-americanos. A canoa seria então mais usada no interior do continente e o kayak (fechado, revestido de pele de morsa e calafetados com a gordura do animal) na gélida costa norte-americana junto ao continente ártico pelos esquimós (Vieira e Freitas, 2007). Esta versão do kayak (primeira dos kayaks modernos) era sobretudo ligada para a pesca enquanto que para deslocações os esquimós recorriam ao *umiak*. Segundo o ICF (*International Canoe Federation*) o kayak surgiu na Gronelândia, num momento em que em todo o mundo a canoa persistia. A palavra kayak (*ki ak*), significa homem no barco no dialeto esquimó, podia ser encontrado com maior frequência na zona norte do globo.

Kohnen (1989:13) refere que “... já a partir de 1723, existiam barquinhos desmontáveis, feitos de ripas e tecido com que os *Wassernarren*, os aqualoucos, se divertiam nos rios da Saxónia”. Esta poderá ser uma primeira referência a canoagem de lazer a nível mundial a até mais especificamente ao nível europeu.

Na Europa, a canoa surgiu pela mão dos ingleses, no século XIX, inspirada no kayak dos esquimós e dos indígenas da América do Norte. Com uma nova função, o lazer

e recreio, o nome dado à embarcação era *Gronelandais*<sup>7</sup>. Esta foi a versão da canoa que deu origem aos formatos modernos da embarcação e que rapidamente se expandiu para outros países da Europa, principalmente a Alemanha (Monteiro, 2009). Em 1865, John MacGregor, um escocês residente em Londres, desenhou e mandou construir um barco que batizou de *Rob Roy* com o qual viajou por toda a Europa. Este é o primeiro relato de canoagem-lazer, de canoagem-turismo e de canoagem-desporto (Kohnen, 1989), e ainda hoje se atribui a MacGregor a responsabilidade pela popularização da canoagem na Europa, sendo mesmo chamado de pai da canoagem na Europa. No ano seguinte, MacGregor fundou a primeira associação de canoagem (*Royal Club da Grã-Bretanha*) que teve a sua primeira competição no ano de 1867. Três anos após a sua fundação, a entidade já registava mais de 300 *kayaks* de corrida (Vieira e Freitas, 2007). Em pouco tempo, a modalidade já tinha adeptos em toda a Europa.

Em 1871 é criado o *New York Canoe Club* e a primeira competição oficial de canoagem registada data de 1877, na Bélgica. Em 1879 os EUA e o Canadá unem-se para constituir a primeira associação da modalidade, a *American Canoe Association*.

Em 1907 deu-se uma certa universalização da canoagem graças à compra da ideia do kayak desmontável por parte de J. Klepper e Heurich. A 20 de Janeiro de 1924 foi fundada em Copenhaga a IRK (*Internationella Representantskapet for Kanotidrott*), instituição internacional que reunia nações como a Alemanha, a Áustria, a Dinamarca e a Suécia e que abrigou mais 14 países nos 10 anos seguintes (ICF).

Um dos grandes momentos das modalidades do kayak e da canoa foi a sua inclusão nos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. Os canoístas alemães, austríacos e checos mostraram maior maturidade nas provas e destacaram-se no ranking de medalhas nestas provas.

Atualmente fazem parte do ICF 147 países.

Outros momentos importantes na evolução da canoagem no século XX segundo Kohnen (1941:14):

- 1927 – Pela primeira vez um “civilizado” executa a esqui montagem;
- 1928 – Primeira travessia do Atlântico num kayak;
- 1932 – Primeira prova de *slalom* – Suíça;

---

<sup>7</sup> Embarcação propulsão com remos contendo duas pás.

- 1933 – Primeira prova internacional de *slalom*, também na Suíça;
- 1959 – Primeira competição internacional oficial em águas agitadas – França;
- 1972 – O *slalom* é incluído nos Jogos Olímpicos – Alemanha;
- 1978 – Reconhecimento internacional da modalidade “longa distância” – “maratona”.

Na segunda metade do séc. XX, a canoagem tem demonstrado um enorme potencial, acrescentando algumas novas modalidades com constante crescimento. A década de 60 trouxe uma nova grande mudança: o surgimento das canoas de plástico reforçado com fibra de vidro. A nova matéria-prima para a construção de canoas facilitou em muito o surgimento de novos modelos, dando origem a uma nova era (Kohnen, 1989).

Atualmente os kayaks são construídos com resinas sintéticas reforçadas com fibras de vidro. São vários os plásticos usados, mas é a resina poliéster o mais comum. Os reforços podem ser combinados com *Diolen*, *Kevlar*, fibras de carbono ou outros materiais. Podem ser adicionadas ainda cargas minerais, pós, geralmente talco industrial (que reduz a qualidade da embarcação, principalmente no fator durabilidade).

#### **4.2 – Navegação Fluvial Em Portugal**

Historicamente a via fluvial foi muito importante nos transportes e deslocações, tendo em conta a facilidade e segurança na movimentação que propiciava, em contraste com as inúmeras dificuldades e perigos que acompanhavam uma viagem por terra, especialmente quando havia a percorrer grandes distâncias. As condições de navegabilidade dos rios portugueses nem sempre foram as da atualidade. Ao longo dos séculos os rios sofreram alterações principalmente ao nível do estreitamento e do assoreamento dos seus leitos, alterando necessariamente a fisionomia dos seus caudais e dos seus percursos. Grandes centros urbanos em Portugal surgiram em áreas banhadas por rios (exemplo de Lisboa e Porto com os rios Tejo e Douro respetivamente) transformando-se em “aceleradores” do assoreamento de rios nacionais. Embora o desmatamento e as emissões gasosas contribuam para o processo de erosão acelerando o assoreamento, os rios não estagnam mas as condições de navegabilidade podem alterar-se drasticamente.

Perante os problemas de navegação fluvial, o Homem foi necessitando ao longo dos tempos de soluções para os ultrapassar quer através da desobstrução dos principais obstáculos à navegação (como por exemplo o Cachão da Valeira no rio Douro), quer pela construção de embarcações apropriadas às exigências particulares de cada rio. Mantinham-se assim ativas as principais rotas fluviais que eram, à época, as vias mais adequadas e eficientes para a movimentação de mercadorias, produtos agrícolas e pessoas.

Os principais rios que correm em Portugal comunicavam com o Atlântico através de profundos e largos estuários que facilitavam a penetração do mar até ao interior das terras. Desde tempos antigos que povos oriundos do Mediterrâneo e da costa Atlântica, ao transitarem ao longo da atual costa portuguesa, entravam nos estuários dos rios. Em certos casos navegavam até bem para o interior procurando novos locais de comércio. Essa navegação fluvial e a atividade portuária associada propiciaram o aparecimento de aglomerados urbanos ao longo dos principais rios e afluentes.

Segundo Alarcão (citado em Blot 2003:20) as formas urbanas iniciaram-se no território atualmente português em época pré-romana. O fenómeno decorreu de contactos mediterrânicos (fenício-púnicos) que influíram no desenvolvimento urbanístico dos antigos *oppida*<sup>8</sup> da fachada atlântica de Portugal. Estes contactos, principalmente marítimos, manifestaram-se precisamente na faixa litoral atlântica tanto na costa oeste como na costa sul. A ocupação cartaginesa da segunda metade do século III A.C. constituiu um fator de desenvolvimento dos núcleos urbanos existentes no Sul do território, como pode sugerir-nos o caso de *Portus Hannibalis*<sup>9</sup>.

Com a chegada dos romanos à Península Ibérica (218 A.C.-201 A.C.) o comércio via marítima sofre um desenvolvimento acentuado com o interior a ser também alvo desta atividade económica. Muitos destes produtos chegavam aos povos mais afastados da costa diretamente através dos rios, graças às excelentes condições de navegabilidade que os rios então ofereciam. De acordo com Blot (2003), em Portugal a associação de vestígios romanos a estuários tem sido confirmada por achados de vestígios submersos — fragmentos de ânforas, lucernas, moedas e outros objetos — no decurso de dragagens de que são exemplo as do rio Arade na década de 1970, ou as da foz da ribeira de Bensafrim, Lagos, em 1958, e ainda os objetos recolhidos quer por redes de pesca, no

---

<sup>8</sup> *Oppidum* (*oppida* pl.) constitui um local fortificado normalmente construído numa elevação, por exemplo uma montanha ou encosta. César descreveu as *oppida* como locais tão grandes como as cidades romanas. Em latim '*oppida*' significa cidade.

<sup>9</sup> De acordo com o historiador André de Resende (*Antiguidades da Lusitânia*, 1593) *Portus Hannibalis* corresponde à atual localidade do Alvor devido à identificação das ruínas de Alvor Velho, que atribuiu aos cartagineses.

Tejo e no Sado, quer por mergulhadores, em locais de provável uso como ancoradouros (Berlengas, costa norte de Peniche, Cabo Espichel, Cabo Sardão, Ponta da Galé, Cabo de Santa Maria). O período da presença romana em território lusitano ficou marcado também pelos inúmeros portos construídos nos estuários dos rios, como era prática usual dos romanos em áreas mediterrâneas.

O traçado de estradas romanas, paralelamente a cursos fluviais perfeitamente navegáveis, como é o caso do rio Tejo, indicia o aproveitamento de práticas de navegação indígena e ancestral (*currags*<sup>10</sup>), e a articulação de percursos terrestres com percursos estuarino-fluviais. “...no norte de Portugal utilizava-se um tipo de remo que leva no *script* uma peça triangular perfurada para que o bastão passe, permitindo remar em duas direções. A sua origem remota está provavelmente no tipo de remo que utilizavam os celtas nas suas embarcações de couro” (Romero, 1995:120)

Os rios eram também já responsáveis por escoar produtos agrícolas oriundos de zonas mais interiores do território nacional para os principais portos litorais. De acordo com a comunicação de Adriano Beça Gil<sup>11</sup> no rio Minho a navegação fluvial era praticável numa extensão de aproximadamente 800 estádios (126 km) e o porto de Valença manteve-se ativo durante todo o período medieval. O Rio Tejo era navegável até próximo de Santarém, a cerca de 100km do mar; o Rio Sado era navegável pelo menos até Salácia (atual Alcácer do Sal) e por ele foram escoados durante séculos, cereais, minério e metais preciosos, provenientes da região do Alto Alentejo; no Rio Guadiana, a navegabilidade teria sido possível até Mértola. Foi a via natural de penetração de sucessivos povos da bacia mediterrânica: cartagineses, romanos e árabes. Durante o domínio muçulmano Mértola foi importante porto fluvial por onde eram escoados minério e produtos agrícolas do Alentejo. No rio Lima, durante o período da Idade Média, o tráfego flúvio-marítimo foi intenso até Ponte de Lima, porto fluvial localizado na confluência do rio com importantes eixos viários da época da ocupação romana. O rio Douro foi navegado durante mais de dois milénios (pelo menos entre a confluência do Tua e a foz) e sempre apresentou excelentes condições de navegabilidade embora em certas alturas da História tenha sido possível navegar até Barca d’Alva. Esta navegação foi da maior importância para a exportação de vinho, possibilitando o seu transporte em

---

<sup>10</sup> Tipo antigo de embarcação nativa das margens irlandesas. Constitui uma leve canoa de madeira revestida a couro, movida a remos e com uma vela quadrada de pano de lã. É já muito pouco utilizada nos dias atuais por pescadores da costa ocidental irlandesa.

<sup>11</sup> “Contributos para a navegação Fluvial em Portugal - O aproveitamento dos principais rios portugueses” Comunicação apresentada na Academia de Marinha pelo Membro Efetivo capitão-demar-e-guerra Adriano Beça Gil, em 28 de Outubro de 2008.

*barcos rabelo* para a proximidade da foz e das rotas comerciais atlânticas. Adriano Beça Gil afirma que o rio Mondego era um rio pouco navegável mas Dias (2005) diz que pelo rio Mondego, navegável durante séculos até Penacova, fez-se o comércio do azeite, vinho e outros produtos regionais, dada a inexistência de outras vias de comunicação locais e regionais, funcionando os portos fluviais como verdadeiros entrepostos comerciais. O rio Tejo foi a via de comunicação por excelência no período medieval, quer com o litoral, quer com zonas limítrofes. Durante séculos os produtos provenientes das Beiras e de outras regiões foram transportados para Lisboa, passando pelos portos de Abrantes e Constância, que desempenharam importante papel na movimentação das mercadorias. O rio Mira, navegável durante séculos até Odemira, foi a via utilizada para o transporte de cortiça e cereais até à sua foz. O rio Arade foi navegável durante séculos até Silves, antiga cidade portuária que atingiu notoriedade no período da ocupação muçulmana.

As transformações que se verificaram na costa atlântica ao longo dos séculos tiveram profundas consequências no panorama que até aqui se verificou. Deu-se um progressivo assoreamento dos estuários e causaram significativas alterações nas condições de navegabilidade dos rios. Antes que se tivesse iniciado o processo de assoreamento que causaria a obstrução dos principais estuários, o rio Minho era navegável até Tuy, o Lima até Ponte de Lima, o Vouga numa grande extensão, o Mondego até Coimbra, o Tejo até Santarém, o Sado até Alcácer, o Mira até Odemira, o Arade até Silves e o Guadiana até Mértola (Cortesão J., 1979 citado em Beça Gil A., 2008:XXI-3). O assoreamento conduziu à descativação de alguns portos ou à perda das suas capacidades marítimas. Localidades como Valença, Ponte de Lima, Soure, Coimbra, Santarém, Atouguia, Alcácer do Sal, Silves e Tavira perderam a sua capacidade portuária (Blot M., 2003:98). Enquanto se mantivesse rentável a atividade de Cabotagem<sup>12</sup> outros portos conseguiriam sobreviver, como são os casos de Mértola, Alcoutim, Castro Marim, Vila Nova de Milfontes e Odemira.

Os primeiros portos de comércio a estabelecer relações continuadas com o estrangeiro foram, segundo J. Cortesão (citado em Beça Gil A., 2008:XXI-3), os do estuário do Mondego. O comércio marítimo entre Portugal e o estrangeiro verificou um desenvolvimento positivo durante o século XIII graças à fusão das atividades agrícola-pecuária e marítima. Os produtos agrícolas cultivados no interior eram transportados para os portos mais próximos que, como diz Jaime Cortesão, “(...) teriam tanta mais atividade

---

<sup>12</sup> Navegação entre portos do mesmo país sem perder de vista a costa.

quanto o seu *hinterland*<sup>13</sup> fosse mais populoso e próspero”, situação que aconteceu no Porto ao tornar-se o porto mais ativo do país.

O transporte via fluvial ainda era o mais procurado, uma vez que o custo das mercadorias transportadas era baixo, a capacidade de transporte de cargas pesadas era maior assim como a velocidade das viagens (de forma particular nos percursos de descida de rios). Para além disso toda a atividade ligada à navegação fluvial propiciava a criação de novos postos de trabalho nas regiões a gentes dos rios atravessados pelos rios.

O tráfego de embarcações via fluvial foi da maior importância em Portugal até à segunda metade do século XIX, e manteve-se, em alguns casos, com algum significado até meados do século XX (Blot M. 2003:139). O aparecimento dos caminhos-de-ferro e a afirmação do transporte rodoviário ditaram um decréscimo acentuado do transporte fluvial de mercadorias.

### **4.3 – Embarcações Fluviais Portuguesas**

Para além do uso desportivo e de lazer, o rio tem um vasto historial ligado também outras atividades. O pequeno trecho de costa do norte de Portugal e rios como o Minho, Lima e Ave já registavam desde o início da monarquia portuguesa, uma grande movimentação. Atividades como a pesca, transporte de pessoas e a cabotagem generalizada (principalmente no rio Douro) já enchiam os rios de vida. (Alberto Sampaio, 1979 citado em Moreno, 1992:9).

A alteração dos cursos dos rios devido ao assoreamento dos leitos fluviais, alterou as condições de acesso e navegabilidade ao longo de muitos séculos. Como consequência as embarcações mais robustas viram-se impedidas de chegar a certos pontos, situação verificada nos rios Lima, Cávado e Ave, de volumetria aquática menor (Moreno, 1992).

Embora as funções do rio tenham evoluído ao longo dos anos, fruto da modernização dos transportes terrestres, sobretudo o rodoviário e do assoreamento dos leitos, algumas embarcações perduram no tempo mas com outras funções.

Alguns rios portugueses são conhecidos pelas suas peculiares embarcações, que em certos casos receberam a denominação de “canoas” mas que difere da estrutura

---

<sup>13</sup> Termo alemão que literalmente significa a 'terra de trás' (de uma cidade ou porto), ou a sua área de influência.

tradicional da canoa<sup>14</sup>; de barca, larga e pouco funda, indicada para baixios; de falua, semelhante à fragata com duas velas triangulares; ou nomes que derivavam das suas funções como o Moliceiro, cuja atividade era a apanha do moliço na Ria de Aveiro.

Mesmo perdendo os seus originais serviços as embarcações mantêm uma fiel ligação à história, cultura e identidade do rio e localidades que servira, sendo agora preservadas para fins turísticos. Porém como Batista (2005) refere, atualmente relativamente a algumas embarcações históricas apenas restam fotografias e desenhos, como é o caso do barco de água-arriba que navegou o rio Lima e cujo desaparecimento foi acompanhado por modos de vida e utilização do próprio rio.

É perante este cenário, que se torna fundamental preservar e promover as imagens das embarcações fluviais portuguesas que perderam os seus usos ao longo dos tempos. Esta ação deve ser feita tendo como base um rigoroso estudo das características, simbologias e significados das embarcações e dos modos de vida que serviam, transformando-as em símbolos culturais, cartões-de-visita regionais. O desaparecimento de algumas embarcações pode ser colmatado com novas construções, suportadas pelos registos escritos e fotográficos existentes mas também pelos conhecimentos da população que presenciou e interagiu com a embarcação.

Sarmento (2010) refere que embora em 1935 estivessem registados na Capitania do Porto de Aveiro cerca de mil moliceiros, atualmente apenas existem cerca de quarenta. Como símbolo cultural da região, tem havido um interesse para que artesãos sobreviventes (tendo em conta que a indústria tradicional do moliço cessou na década de 70) construam novos moliceiros não só para serem expostos em museus locais e internacionais mas também para servirem em visitas guiadas pela Ria de Aveiro. A construção de réplicas exige experiência, conhecimento, e formação por parte dos artesãos por isso seria importante criar iniciativas pedagógicas e promocionais para que não se perdessem os conhecimentos e novos profissionais fossem surgindo. Para além disso, são várias as iniciativas realizadas no âmbito de preservar as embarcações e as suas memórias, como conferências e colóquios, exposições e estudos académicos. Estes eventos permitem reviver memórias, preservar e valorizar o património local e passar para novas gerações os valores que as embarcações representam.

---

<sup>14</sup> A canoa de pesca portuguesa caracteriza-se pelas velas e outras modificações que permitiam uma melhor e mais adequada navegação nos rios portuguesas e uma maior segurança.

**Quadro 1 – Exemplo de Embarcações Fluviais Portuguesas**

| Embarcação           |                                                                                     | Características                                                                                                                                                        | Rios                   | Função                                                                                    |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Barca Serrana        |    | Inspirada em modelos da Mesopotâmia, mede entre 15 e 20 metros e tem 2, 40 metros de largura aproximadamente. Tem fundo chato facilitando a passagem por baixios.      | Rio Mondego            | Transporte de cargas. Atualmente serve apenas a atração turística                         |
| Moliceiro            |    | Barco de fundo chato e baixo para facilitar o carregamento. Tem a particularidade de ser decorado na proa e na ré. Mede cerca de 15 metros com uma boca de 2,5 metros. | Ria de Aveiro          | Originalmente utilizada para apanha do moliço. Atualmente serve de atratividade turística |
| Canoa Cacilheira     |   | Embarcação que armava uma vela de carangueja e uma vela de estai amurada numa vela com funções de gurupés. Media entre 10 e 12 metros de comprimento                   | Rio Tejo               | Transporte de Cargas e transbordo de mercadorias entre navios ancorados                   |
| Falua do Tejo        |  | Embarcação muito rápida e veleira media entre 14 e 15 metros de comprimento e tinha uma tripulação de dois a três homens                                               | Rio Tejo               | Transporte de Carga e passageiros entre as duas margens                                   |
| Barco de Água-Arriba |  | Media entre 12 e 18 metros de comprimento, com uma borda ou pontal de 1 metro e de largura 3,5 metros. Sem remos navegava à vela e vara.                               | Rio Lima               | Transporte de pessoas e mercadorias                                                       |
| Barco Rabelo         |  | Embarcação sem quilha e de fundo chato. Armada com uma vela quadrada, esta embarcação mede entre 19 e 23 metros de comprimento e é governada por um remo longo         | Região do Douro e Gaia | Transporte de pipas de vinho do Douro até às caves de Gaia                                |

**Fonte:** Vários.

#### 4.4 – Navegação Fluvial em Portugal – Que Futuro?

Os rios ocupam desde sempre uma posição central no quotidiano das populações. Para além das questões da sobrevivência humana a que sempre estiveram subjacentes, os rios possibilitaram ao Homem navegar e transportar materiais pelos seus leitos. Era então uma alternativa ao transporte terrestre, no qual os veículos de tração animal eram a uma das poucas soluções para transportar grandes mercadorias. A navegação fluvial surgia para facilitar as movimentações e também com um custo económico menos dispendioso relativamente ao transporte terrestre. A esta situação, Portugal não foi exceção (ver subcapítulo 4.2), mas a verdade é que nem sempre se aproveitou a equilibrada rede hidrográfica existente tendo sido mesmo povos estrangeiros a dar uso inicial às boas condições de navegação que os rios ofereciam bem para o interior do território.

Com a era industrial os transportes terrestres sofreram uma grande evolução, graças à invenção da locomotiva e do transporte ferroviário e à modernização das estradas, e em 1856 é inaugurado em Portugal o primeiro troço ferroviário, entre Lisboa e o Carregado<sup>15</sup>. As décadas seguintes ficam marcadas pelos grandes avanços na extensão da rede ferroviária nacional e o pelo início da decadência do transporte fluvial. Para Marques (2002:143) “é inegável a importância que assumia o transporte fluvial antes do aparecimento das linhas férreas e das boas estradas.”

A construção de barragens para aproveitamentos hidroelétricos e outros fins, veio alterar profundamente o regime de alguns rios portugueses, melhorando as suas condições de navegabilidade em alguns trechos, porém estas infraestruturas assumem-se como obstáculos físicos, em muitos casos intransponíveis na navegação fluvial. Em Portugal, rios como o Douro, Tejo, Guadiana, Sado e Mondego possuem um grande número de barragens no seu curso. A norte importantes rios são também alvos de aproveitamento por parte de entidades para a exploração energética, como o Tâmega, o Lima, o Cávado, o Tua, o Ave, entre outros. Com a contínua evolução deste setor mas também com o assoreamento acentuado de alguns leitos, os cursos e caudais dos rios continuarão a ser modificados, e a suas condições de navegabilidade condicionadas.

Atualmente, devido à artificialização dos caudais e ao assoreamento, os rios que percorrem o território português têm características diferentes das que possuíam a alguns séculos, e embora tenha havido uma queda do transporte fluvial, as albufeiras criadas têm

---

<sup>15</sup> Informação disponível em [www.cp.pt](http://www.cp.pt)

importância na fertilização das terras agrícolas e capacidade para a realização de atividades lúdicas. Contudo, alguns rios em Portugal ainda apresentam boas condições para a navegação e até mesmo soluções para ultrapassar barragens. A superioridade do transporte terrestre em relação ao fluvial, exige novas propostas e desafios no contexto da navegação fluvial. As viagens turísticas em embarcações tradicionais e os cruzeiros surgem como soluções para o aproveitamento dos rios, e em Portugal são muitos os rios que as têm seguido.

A navegação fluvial desportiva tem ganho expressão a nível mundial, mas também em Portugal (ver subcapítulo 4.6). A divulgação da modalidade de águas bravas e os prémios internacionais por parte dos atletas portugueses contribuiu para o crescimento do número de praticantes um pouco por todo o país.

Para além disso, o transporte de mercadorias entre margens e em alguns trechos ainda é possível em muitos pontos de rios portugueses. É importante aproveitar o fator acessibilidade que os rios constituem, pois poderá significar uma solução para atenuar as assimetrias existentes entre o litoral e o interior de Portugal, favorecendo as zonas ribeirinhas e encorajando o transporte de mercadorias pela via fluvial.

#### **4.5 – Turismo Fluvial**

O turismo fluvial abrange todas as atividades ligadas aos rios, lagos e lagoas. As atividades relacionadas com o meio fluvial têm vindo, recentemente, a sofrer alterações, primeiro porque o lazer tem um valor social cada vez mais elevado e em segundo lugar porque o turismo de sol, praia e mar se encontra demasiado massificado e apela a novas alternativas, abrindo assim caminho para o desenvolvimento das recreações fluviais e lacustres.

Na Era Moderna, o Vale do Nilo permanece como um indispensável recurso turístico para o Egipto, algo que veio a verificar-se um pouco por todo o mundo (Danúbio, Mississippi e Amazonas). As quedas de água como as Cataratas Victoria e as Cataratas do Niagara, suportam também grandes indústrias do turismo assim como o Grand Canyon fruto da grande erosão do Rio Colorado nos EUA. São particularidades geomorfológicas relacionados com o elemento rio que constroem uma indústria de atração turística de grandes dimensões, à escala internacional.

O equilíbrio dos ecossistemas e da preservação da integridade do rio devem estar sempre presentes na temática do turismo fluvial. O desequilíbrio da rede natural do rio pode significar a incapacidade do desenvolvimento da atividade turística ou o estagnar do turismo caso já exista. Num estudo sobre turismo no Yunnan Great Rivers National Park na China, (Cater, 2000, citado em Prideaux e Cooper, 2009:17) observou que alguns dos rios (Salween, Mekong e Yangtze) estão sobre ameaça devido ao excesso de atividades que suportam. Nos EUA o Rio Colorado é utilizado para inúmeros propósitos que incluem as atividades de recreio, a agricultura, as subsistências das crescentes populações do Nevada, Arizona e Califórnia. Nestes estados o turismo é um importante motor da economia e, por exemplo a cidade de Las Vegas tem como pilar da sua economia o rio Colorado, responsável pela satisfação do grande volume das necessidades básicas, comércio e indústrias (Prideaux e Cooper, 2009).

Ao turismo fluvial é indispensável o elemento aquático, o rio, o lago ou a albufeira. Contudo, é insuficiente para o sucesso da atividade. O turismo fluvial é mais do que embarcações de passageiros que percorrem águas e que permitem avistar margens e apreciar paisagens. O contacto físico com o meio envolvente, com a natureza, com as povoações ribeirinhas, com as pequenas e simples aldeias é fundamental na prática e promoção do turismo fluvial (Eduardo Lucas, 2009).

Portugal é um país afortunado pelas praias que atraem milhares de pessoas por ano, porém a massificação excessiva deste tipo de turismo, denominado turismo sol, praia e mar, leva a que o turista procura alternativas ao caos em que muitas vezes se transformam algumas das praias nacionais. As regiões do interior de Portugal são de uma forma geral territórios frágeis, que sofrem com o elevado desemprego, envelhecimento da população e baixos valores de desenvolvimento industrial. Estas regiões estão porém providas de potencial turístico, principalmente ao nível de recursos endógenos, cujo bom aproveitamento pode significar uma oportunidade de promover uma integração e dinamização local e económica. Para além do património histórico e cultural espalhado pelo território, o interior de Portugal tem uma riqueza paisagística natural com potencial turístico assim como inúmeras linhas de água ou rios que devem ser interpretados de igual forma como forças impulsionadoras e atractoras de turismo.

O conceito de Turismo Fluvial ainda se encontra pouco desenvolvido em Portugal comparativamente a outros países europeus como a França, a Alemanha, a Irlanda e a Holanda. Embora os principais rios que passam o território português banhem importantes cidades, muitas vezes o seu potencial não são aproveitados na totalidade.

Seria importante, nas diferentes situações, identificar novos usos e tentar acompanhar a vanguarda do turismo ligado ao rio. Porém, em Portugal já existem algumas situações de sucesso no que ao turismo fluvial diz respeito, como são os casos do Rio Douro, Minho, Tejo, Lima e outros fortemente integrados nas respetivas culturas urbanas. Todos têm a particularidade de desaguardem diretamente no Oceano Atlântico o que pode ser a vantagem que faz toda a diferença em relação aos demais que não se fundem com o mar de forma direta.

Na relação com o rio, as praias fluviais têm um papel importante na dinamização de toda uma região, pois através delas as pessoas podem usufruir das características semelhantes às do litoral português. O pensamento que Sol, Praia e Mar só se consegue nas praias do litoral está completamente ultrapassado e prova disso são as várias praias fluviais distribuídas por todo o território Português. Em Portugal existem praias fluviais que atraem milhares de pessoas por ano, verdadeiros casos de sucesso e prova de que o rio pode substituir o mar sem que muitas vezes se denote diferença. Localizada no concelho de Macedo da Cavaleiros, a praia do Azibo foi considerada a melhor praia fluvial do país devido à organização do espaço e da sua manutenção, oferecendo confortos excelentes condições para a prática balnear e para a utilização de vários desportos náuticos. Para uma região como Trás-os-Montes este tipo de praia ajuda a esquecer as praias quentes do litoral, tendo ainda uma vantagem maior pois no interior as temperaturas são mais altas e secas o que contribui para a maior afluência de público a este local.

Noutra linha de pensamento mas numa região de interior temos uma inovação no distrito de Viseu, concelho de Mangualde. A criação de uma praia artificial com todas as características de uma praia do litoral foi levada a cabo por uma entidade privada com o intuito de dar á população em redor a possibilidade de ter uma praia sem se dirigir ao litoral. Para dinamização desta região a praia funciona como um atrativo e como uma inovação não só regional mas sim nacional.

**Figura 5 – Praia Artificial de Mungalde**



**Fonte:** [www.asbeiras.pt](http://www.asbeiras.pt) (acedido em 14/03/2014)

#### **4.6 – Canoagem em Portugal**

Portugal tem diversos cursos de água que ao longo da história tiveram um papel importante no transporte de pessoas e bens (rio Tejo, Douro, Guadiana, Minho, Ave, etc).

Com o desenvolvimento sobretudo do transporte rodoviário o transporte fluvial entrou em declínio e quer estes rios, quer outros de menor extensão e caudal, têm sido, nos últimos anos, alvo de novas utilizações, nomeadamente em atividades de lazer e desportos fluviais.

A falta de testemunhos impossibilita estabelecer com precisão o surgimento da canoagem em Portugal, contudo as primeiras experiências documentadas datam do início do século XX. Os primeiros modelos de canoas e kayaks apareceram em território português trazidos por estrangeiros e suscitaram o imediato interesse por parte dos portugueses que construíram as primeiras réplicas.

A canoa era então usada para atividades lúdicas como os passeios em rios e lagos, mesmo em espaços urbanos como parques, na praia em atividades de veraneio e em algumas descidas de rios, embora ainda muito reduzidas. A modalidade alastrou-se um pouco por todo o território nacional, e algumas zonas rapidamente se destacaram, como foi o caso de Vila do Conde e Aveiro com a chegada dos kayaks trazidos pelos pescadores

de bacalhau e com os kayaks desmontáveis trazidos pelos alemães<sup>16</sup>. A modalidade começava a ganhar força e visibilidade.

Monteiro (2009) refere que nos anos 30 já se faziam algumas atividades aventureiras nos rios Douro, Tejo, Zêzere e Nabão. Em meados de 1935 surgiram no Rio Leça, alguns locais onde seria possível alugar canoas e ao mesmo tempo os espanhóis começavam a organizar descidas com bastante regularidade no rio Douro, acontecimentos que despertaram o interesse dos portugueses pela prática da canoagem. A oferta de uma canoa de lona por parte dos canoístas espanhóis à *Mocidade Portuguesa do Remo*, associação do Porto, constituiu um marco na História da canoagem em Portugal. A associação cresceu e ganhou reputação e desde então, até à Revolução de Abril em 1974, criaram-se vários centros de canoagem de responsabilidade da *Mocidade Portuguesa do Remo*. A década de 30 terá sido uma das mais importantes do século XX na História e desenvolvimento da canoagem em Portugal. Na década de 40 destaque para surgimento em Amarante, nos anos de 1948 até 1951, do “Centro de Instrução Especial de Canoagem da Mocidade Portuguesa”, transferida mais tarde para o Porto, e de Centros de Atividades Juvenis que proporcionavam a todos os jovens (inclusive os não-estudantes) a prática da canoagem. Em outros centros urbanos portugueses como Braga, Leiria, Tomar e Lisboa, influenciados pela crescente notoriedade da canoagem, apareceram também núcleos interessados na modalidade. Em 1951 figurou a primeira representação internacional por parte de atletas portugueses, no “*Descenso de Sella*<sup>17</sup>” em Espanha.

A década de 60 foi das épocas de maior incremento da canoagem e do *kayak* em Portugal, devido ao crescimento do número de atletas, e conseqüentemente à evolução da exigência técnica dos treinos dando origem à primeira revolução técnica e metodológica da modalidade em Portugal.

A partir de 1969 os atletas nacionais passam a ter mais presença no panorama internacional e em 1976 nasce a Direção Geral de Desportos e abre em Vila do Conde uma Escola de Canoagem. Vila do Conde destacou-se, desde o surgimento da canoagem e do *kayak* em Portugal, como um ponto de grande valor pela importância que dá a este tipo de desporto e pelos resultados que obteve em provas nacionais e internacionais. Para além disto, é sede do melhor construtor de *kayaks* do Mundo, fornecedor das principais Seleções Mundiais – M.A.R. Kayaks<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Informação disponível no portal online do Clube Náutico de Crestuma

<sup>17</sup> Prova organizada no rio *Sella* pela *Federación Española de Piraguismo* no Principado das Astúrias em Espanha desde o ano de 1930.

<sup>18</sup> Informação disponível no portal *online* do Clube Fluvial Vilacondese

A Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974 não abrandou o ritmo de crescimento da modalidade, e o fim da *Mocidade Portuguesa da Remo* culminou com o aparecimento do Centro Desportivo da Universidade do Porto (CDUP) (Monteiro, 2009). Os seis anos seguintes foram também muito importantes. Em 1977 o Clube Fluvial Vilacondense funda uma seção dedicada somente à canoagem, de onde saíram atletas com participação em Jogos Olímpicos e vários títulos nacionais e internacionais. Também em Vila do Conde, a 10 de Maio de 1979 foi formada a Federação Portuguesa de Canoagem (FPC) “...cujos primeiros sócios foram do CDUP, o Ginásio Clube Vilacondense, o Ginásio Clube de Águeda, a Associação Cultural e Recreativa Banda Nova de Fermentelos, a Associação Naval 1º de Maio e a Associação Cristã da Mocidade” (Monteiro, 2009:38-39).

A 8 de Dezembro de 1980 em Crestuma, Vila Nova de Gaia, um grupo de pessoas cria o Clube Náutico de Crestuma, que se tornou num dos mais importantes de todo o país. O clube distinguiu-se no panorama nacional e internacional com participações em Jogos Olímpicos, dos quais obtiveram melhores resultados em 1992 na cidade de Barcelona<sup>19</sup>.

Em 25 de Abril de 1980 em Roma, a FPC formaliza o pedido de adesão à I.C.F. que apenas é aceite em 28 de Junho de 1982, no Congresso de Belgrado, Jugoslávia. Este foi um dos marcos mais importantes da História da Canoagem Portuguesa, que abriu as portas para outros países e competições internacionais aos atletas portugueses. Portugal ganhou assim visibilidade internacional e a reputação de alguns atletas permitiu que as cores de Portugal estivessem presentes na alta competição.

Foi em Seoul na Coreia do Sul, durante a realização dos XXIV Jogos Olímpicos no ano de 1988 que Portugal marcou pela primeira vez presença nas provas de canoagem. José Garcia, António Brinco e Eduardo Gomes foram os atletas e a melhor classificação foi obtida pelo primeiro com o quarto lugar na meia-final da prova K1 1000 metros.

Em 1989 foram alcançados os primeiros títulos internacionais na modalidade com a medalha de prata em K4-500 metros no Campeonato do Mundo de Juniores no Canadá e a medalha de bronze de José Garcia nos 10 000 metros do Campeonato do Mundo de Seniores na Bulgária.

---

<sup>19</sup> Informação disponível no portal *online* do Clube Náutico de Crestuma

Na década de 90 o número de atletas de canoagem inscritos na FPC cresce exponencialmente. Em 1991 estavam registavam aproximadamente 2500 e em 1992, 4487 atletas.

Em 1992 nos Jogos Olímpicos de Barcelona, Portugal contou com sete atletas nas cinco provas de canoagem tendo sido o melhor resultado registado o sexto lugar de José Garcia na final da prova K1 1000 metros. Quatro anos volvidos, nos Jogos Olímpicos de Atlanta, seis atletas representaram Portugal na Canoagem e os resultados obtidos foram inferiores relativamente aos das edições anteriores<sup>20</sup>. A década de 90 ficou ainda marcada pelos títulos alcançados em diversas provas nacionais e internacionais, mais precisamente, em campeonatos da Europa e do mundo.

O novo milénio trouxe consigo uma crise financeira da FPC e o despoletar de uma das maiores referências da canoagem portuguesa: Emanuel Silva.

A falta de financiamento do Governo à FPC impediu a presença dos canoístas portugueses nos Jogos Olímpicos de Sidney (2000) que contaram apenas com a participação de uma atleta portuguesa (com origem francesa) na canoagem, Florence Fernandes.

Em 2003 Emanuel Silva sagra-se campeão mundial de K1 Júnior 500 metros no Japão.

O ano de 2004 surge como um ano de expectativa. Seria importante que a nova direção liderada por Mário Santos mostrasse uma boa imagem nos Jogos Olímpicos de Atenas depois da crise de 2000, com a promissora participação da jovem promessa Emanuel Silva (18 anos). A FPC apostou na massificação da canoagem em Portugal e na alta competição e em Atenas Emanuel Silva conquistou o sétimo lugar na final do K1 1000 metros. Este é também o ano em que Portugal organiza a Taça do Mundo, em Crestuma no Rio Douro.

Em 2007 Fernando Pimenta cimenta o prestígio de Portugal na modalidade ao conquistar o campeonato da Europa Júnior em K1 1000 metros.

Em 2008 realizam-se os XXIX Jogos Olímpicos em Pequim na China, e a canoagem obtém resultados inferiores aos de Atenas com Emanuel Silva a conseguir o melhor registo da missão - décimo lugar na prova K1 1000 metros.

Em 2009 Joana Vasconcelos é campeã do Mundo e da Europa em K1 1000 metros júnior.

---

<sup>20</sup> Informação disponível no portal *online* do Comité Olímpico de Portugal

No ano de 2012, Londres recebeu os Jogos Olímpicos de Verão e a dupla constituída por Emanuel Silva e Fernando Pimenta conquistaram o segundo lugar na final de K2 1000 metros na canoagem, obtendo a medalha de prata. Este foi um dos pontos mais altos de sempre da canoagem portuguesa.

#### 4.7 - Águas Bravas

Apesar de não existirem estatísticas em Portugal para o número de praticantes da modalidade de águas bravas, a descida de águas bravas é uma atividade náutica que envolve grande número de praticantes<sup>21</sup>. Dentro dela podemos diferenciar duas grandes modalidades, o *rafting* e a descida de águas bravas em kayak. O kayak exige alguma experiência e domínio do kayak assim como o conhecimento de algumas técnicas. Embora existam 6 níveis de dificuldade nestas modalidades, só são consideradas águas bravas as praticadas em rios de nível III ou superior (ver subcapítulo 4.8).

O grau de dificuldade de um rio determina-se a partir de uma classificação de vários aspetos do percurso (obstáculos, desnível, velocidade e a força da água). Esta classificação é indicativa mas pode alterar significativamente consoante o caudal do rio.

As descidas de águas bravas praticam-se em rios que contam com águas muito rápidas e que apresentam muitas variações de direção e sentido, os quais são geralmente ser bem estudados antes de dar início à descida.

Este tipo de prova exige não só uma importante preparação física mas também psíquica. A instabilidade do percurso ligado aos inúmeros obstáculos obriga o canoísta a uma concentração constante. Desta forma prepara-se para as situações inesperadas a que está sujeito e em caso de necessidade de resgate tem maior facilidade de lidar com pressões e anseios.

A descida de águas bravas em kayak é a modalidade mais praticada dentro do segmento das Águas Bravas<sup>22</sup>. A grande manobrabilidade e mobilidade que oferece converte a modalidade na ideal para todo o tipo de rios e especialmente para os de águas bravas. A diferença entre o kayak e as outras especialidades está no facto de esta requerer uma prévia aprendizagem de técnicas básicas e no facto de ser mais intensa. A

---

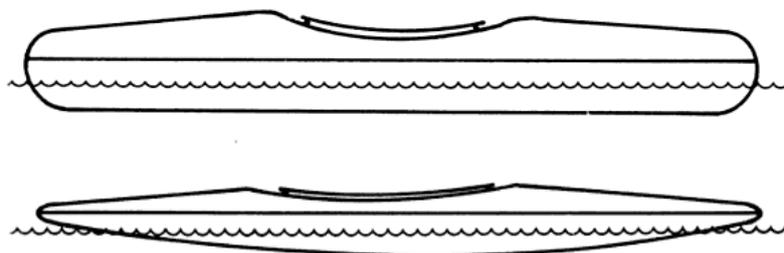
<sup>21</sup> "A Favor de la Corriente - Piragüismo en aguas tranquilas", Mariana Navascués, Zaragoza; disponível online em [www.dpz.es](http://www.dpz.es)

<sup>22</sup> Informação disponível em <http://www.deportesextremos.net/>

embarcação utilizada, o kayak, é muito resistente conseguindo manter-se intacta em quedas até 12 metros de altura.

O avanço da modalidade foi notório com o passar dos anos, e não só o número de praticantes aumentou muito como também o material se foi modernizando com o surgimento dos kayaks de carbono e com o aperfeiçoamento das medidas da própria embarcação (os primeiros kayaks mediam cerca de 4 metros e os atuais medem entre 2,5 metros e 3,2 metros). O equilíbrio do *kayak* é o fator que se teve em maior conta na evolução da embarcação possuindo atualmente um alto grau de estabilidade comparativamente aos primeiros. No *kayak* a combinação casco e convés é mais importante do que em qualquer outra embarcação. A configuração e conjugação das partes vai determinar a influência que os ventos, a quantidade de água que passa sobre o convés, a ação dos fluxos laterais e principalmente a exigência das manobras.

**Figura 6 – Principais Perfis dos Cascos e Conveses de kayak para Rápidos**



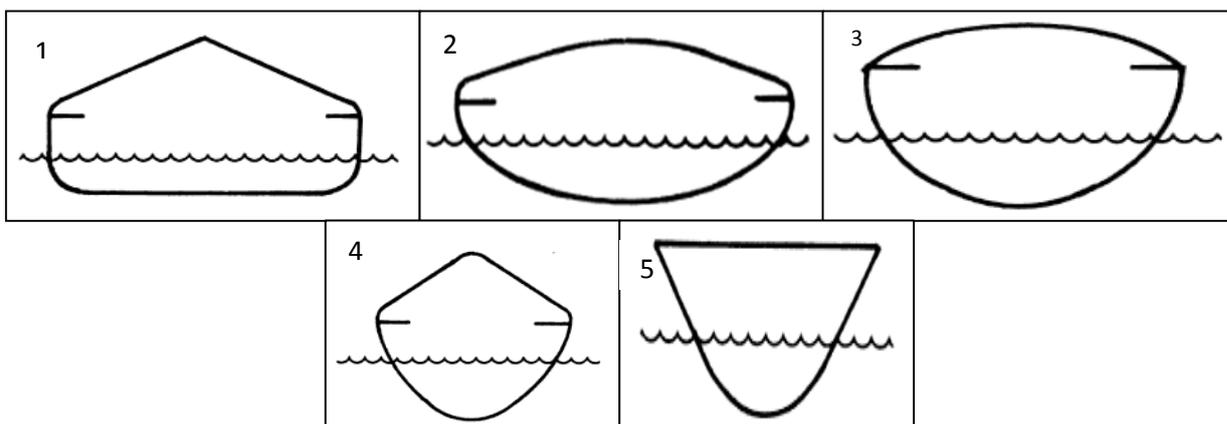
**Fonte:** Retirado de “Tudo sobre Caiques” de Uwe Peter Kohnen, 1989:20

A primeira embarcação é caracterizada por um casco com linha de quilha reta, um comportamento direcional estável e duro para manobras com maior propensão para cursos velozes. Este tipo de embarcação é a que está melhor preparada para resistir a impactos com rochas e fundos dos rios. Detém um convés alto que garante uma grande reserva de flutuação mantendo o canoísta bem protegido da água. A embarcação, porém, sofrerá muito o efeito dos ventos (Kohnen, 1989).

O segundo perfil apresenta um casco com linha de quilha arqueada e pouca estabilidade direcional. Contudo é ágil nas manobras. Destinado a águas agitadas, possui um convés baixo garantindo pouca interferência do vento, embora o canoísta fique fortemente exposto à água podendo mesmo haver inundações no kayak. O comprimento

e volumetria do kayak vai interferir sempre na sua prestação, ou seja, um kayak mais delgado e comprido será mais rápido e instável e menos resistente a choques e embates, exigindo do canoísta muita experiência na sua manobralidade.

**Figura 7 – Cortes Transversais dos cascos e conveses de Kayaks para Rápidos**



**Fonte:** Retirado de “Tudo sobre Caiques” de Uwe Peter Kohnen, 1989:20

O primeiro corte exibe o tipo de embarcações de maior estabilidade, um *kayak* aconselhado a principiantes e águas calmas. É também capaz de suportar muito peso. Já o segundo tem maior aptidão para águas mais agitadas, combinando a linha de quilha arqueada. São embarcações muito ágeis, insensíveis aos movimentos das águas e que permitem manobras mais arriscadas. Este tipo de formato, achatado, caracteriza os kayaks e canadenses de *slalom* (Kohnen, 1989). O terceiro corte tenta manter um equilíbrio entre as três principais características de um *kayak*, estabilidade, agilidade e velocidade. Aconselháveis para descidas longas e rios de caudais volumosos. Apesar do maior comprimento que normalmente apresentam, têm uma manobrabilidade acessível. Relativamente ao quarto esquema, a estabilidade é o ponto forte da embarcação e com maior aptidão para águas muito agitadas onde a probabilidade de desequilíbrios é maior. O último corte, refere-se não a um *kayak* mas a uma canoa de velocidade, em que o fator equilíbrio assume uma importância preponderante.

#### 4.7.1 - Rafting

O *rafting* é também uma disciplina de águas bravas com muita procura. É considerado uma atividade desportiva, mas também de recreio sendo vista como um atrativo turístico. Recentemente tem sido muito procurada por empresas em viagens ou atividades de incentivo e em *team building*. A modalidade consiste em seguir o curso de um rio caudaloso através de suas quedas e desníveis acentuados que fazem os rápidos de alta montanha num *raft* insuflável. Em cada *raft* podem ir de 4 a 10 pessoas mais o guia que vai na parte de trás do *raft*, transmitindo comando aos remadores. A descida em *rafting* exige um rio com certo grau de turbulência, um “rio branco”, devido à espuma, ou um “rio rápido” devido à velocidade das águas.

Os remadores participam ativamente na "condução" do *raft*, seguindo rigorosamente as indicações do guia. Os fatores da sintonia e obediência são cruciais para o sucesso nas descidas. Caso um deles seja violado é posta em causa a integridade do grupo portanto é importante que todos os remadores a bordo da embarcação mantenham uma atenção redobrada às indicações do guia. É uma atividade de carácter físico mas também exige muita coordenação e espírito de equipa para atingir um nível de diversão e terminar as descidas em segurança<sup>23</sup>.

O nível de dificuldade dos trechos deve ser avaliado e adequado à experiência dos praticantes. Para os menos experientes um trecho de nível II pode ser um árduo desafio, e nestes casos é aconselhada a presença de um remador experiente. A imprevisibilidade de um rio pode alterar a dificuldade das descidas de forma instantânea, e por isso trechos de dificuldade nível III e superior devem ser descidos por equipas de remadores com experiência.

O tipo de material usado deve depender muito das circunstâncias e condições do rio que se vai descer. Diferentes rios e níveis de água requerem uma variedade de barcos. O típico *raft* insuflável varia entre os 4 e os 6 metros e meio, e transporta entre os 4 e os 10 passageiros. Feito de um material resistente chamado *hypalon* (tecido de fibra de poliéster, revestido com borracha de neoprene, altamente resistente à abrasão. Algumas marcas utilizam também revestimentos de PVC ou uretano). O *Raft* é escolhido de acordo com o nível do rio; um *raft* muito pequeno pode não ter muita estabilidade em alguns locais, por exemplo. O *kayak-raft* também insuflável, mede 1 metro de largura e 3 de

---

<sup>23</sup> Informação disponível em <http://www.lusorafting.pt/>

comprimento. Flexível e bastante manobrável, é estável e fácil de controlar. O Kayak, é característico pelo seu peso muito leve, pela elevada capacidade de manobras e é feito de PVC (plástico). Mais pequeno, mais eficiente nos movimentos e de resposta quase imediata às nossas "ordens" do que as canoas, o *kayak* permite ao remador a liberdade de "surf" nas ondas, brincar nos rápidos e rodar sem se afundar. O *safety-kayak* é utilizado em rios de nível acima de III, em que um *kayak* fica em local estratégico para dar apoio em caso de resgates e acidentes.

#### 4.8 – Escala Internacional de Navegação Fluvial

A navegação fluvial faz parte da História da Humanidade já há alguns milhares de anos. Ter o conhecimento prévio do perfil e obstáculos do rio era já então essencial para os navegadores, para que acidentes e outros tipos de problemas pudessem ser evitados. No século XIX, nas explorações na América do Norte de Lewis e Clark, feitas boa parte em canoa, as informações acerca da navegabilidade dos rios eram obtidas das tribos indígenas<sup>24</sup>. Ainda no mesmo século, o explorador Serpa Pinto atravessou várias bacias hidrográficas em África, entre as quais a do rio Congo e do Zambeze. Na sua obra escrita intitulada “Como eu atravessei África” Serpa Pinto relata: “Sube que o rio Cuqueima levava uma cheia enorme...Era ali que íamos passar. Um habil barqueiro tomou o remo e a canôa deixou a margem,...”. A navegação fluvial foi na época uma das poucas opções de movimentação que o território colonial oferecia, levando os exploradores portugueses, sem alternativa, a dar uso à canoa<sup>25</sup>. Nos últimos séculos, decorrente de uma série de fatores, a navegação fluvial perdeu alguma expressão, mas surgiram novas utilizações do rio, com destaque para a canoagem desportiva. O aparecimento de grupos e clubes unicamente dedicados a esta modalidade trouxe novos conceitos de navegação fluvial, ligados agora à vertente desportiva. Neste ponto, concentro-me na navegação fluvial desportiva e na descrição dos níveis de dificuldade de navegação fluvial.

---

<sup>24</sup> A este propósito ver “History of the Expedition of Captains Lewis and Clark” disponível em Google Books (acedido em <http://books.google.pt/books?id=FFIn1CRZ4oUC&pg=PA378&dq=History+of+the+Expedition+of+Captains+Lewis+and+Clark&hl=pt-PT&sa=X&ei=oXdWU6yQJ7GV7Ablo4GABQ&ved=0CD0Q6AEwAQ#v=onepage&q=History%20of%20the%20Expedition%20of%20Captains%20Lewis%20and%20Clark&f=false> – 12/10/2013)

<sup>25</sup> Ver “Como Atravessei África” de Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto

Em qualquer rio é possível praticar uma das especialidades da canoagem. Seja ele turbulento e rápido ou calmo e lento, tenha muitos ou poucos obstáculos, tenha desníveis altos ou baixos, é sempre possível navegar num rio, nem que seja apenas parcialmente. Com base nestas características atribuem-se aos rios graus de dificuldade. Um rio com um nível de desnivelamento elevado e com obstáculos no seu percurso (rochedos e rápidos) receberá uma classificação elevada comparativamente a um curso de água lento e espaçoso.

O sistema de classificação da dificuldade e intensidade de trechos fluviais mais popular é o *International Scale of River Difficulty* criado pela organização norte-americana *American WhiteWater*. Através deste sistema é possível classificar os trechos dos rios numa escala de I a VI. Fundada em 1954, a *American WhiteWater* luta pela preservação dos trechos fluviais e ajuda as pessoas a aproveitá-los em segurança<sup>26</sup>. A partir da escala criada, as várias entidades reguladoras e gestoras do desporto fluvial existentes por todo o mundo, fizeram adaptações para a escala e peculiaridades dos seus rios. Porém a escala elaborada pela *American WhiteWater* é a mais utilizada ao nível mundial e também a que oferece mais detalhes acerca dos vários níveis. No final dos anos 90 do século XX, a *American Whitewater* compilou a mais recente atualização da escala, com base em informações obtidas junto de 100 remadores experientes. Cerca de 80 deles escreveram avaliações para três mil diferentes trechos, e outros praticantes comentaram.

Os canoístas têm a capacidade de classificar os trechos. O que na escala é classe V para um canoísta pode ser classe III dependendo de sua atitude ou nível de habilidade. A busca por rios mais difíceis tem resultado na diminuição da classificação de muitos trechos. Por exemplo um trecho que era considerado Classe VI (extremo), acaba reclassificado para Classe V depois de várias descidas com sucesso.

Em Portugal segue-se a classificação apresentada pela Federação Portuguesa de Canoagem<sup>27</sup>.

A explicação que se segue de cada um dos graus de navegação referem-se a trechos de rios e não aos rios na sua totalidade.

---

<sup>26</sup> Informação disponível em <http://www.americanwhitewater.org/>

<sup>27</sup> A classificação apresentada pela Federação Portuguesa de Canoagem, que tem como base a elaborada pela *American WhiteWater*

### **Grau I (Muito fácil)**

O rio apresenta-se espaçoso, praticamente sem obstáculos. As águas são calmas e a corrente ligeira, sem dificuldade de navegação alguma, com uma velocidade máxima de 4km/hora. Os remoinhos são raros e fracos. As águas correntes apresentam velocidades que variam entre os 4km/h e 10km/h. Caso a corrente seja superior a 10km/h e se encontrem pequenas dificuldades que exigem a atenção por parte dos canoístas, os pequenos obstáculos são visíveis e fáceis de contornar.

Exemplo: Rio Mondego, trecho Penacova à Praia Fluvial Misarela.

### **Grau II (Fácil)**

O rio já apresenta algumas dificuldades, principalmente ao nível da corrente, com represas e rápidos fáceis. É aconselhável o uso de colete salva-vidas e capacete de proteção. As rochas ou outros obstáculos são raros e visíveis. Os pequenos obstáculos, tais como movimentos de água e pequenas ondas, criam ligeiros rápidos que requerem algumas manobras simples.

Os rápidos que se encontram no extremo superior desta escala designam-se como "Classe II+".

Exemplo: Rio Paiva, trecho Lodeiro – Areinho.

### **Grau III (Difícil)**

A navegação é difícil. A corrente apresenta-se viva, com rápidos fortes, exigindo um maior domínio da embarcação. O percurso pode ser bastante sinuoso e as viragens impedem a visibilidade dos rápidos. O perfil longitudinal do rio tem um desnivelamento acentuado e a presença de rochas e obstáculos no percurso é constante. Algumas passagens podem apresentar-se particularmente estreitas. Em alguns casos os rápidos podem formar remoinhos bastante fortes e as ondas podem ser altas e irregulares. É aconselhável o uso de uma embarcação apropriada, de colete salva vidas, capacete de proteção e é crucial o conhecimento das regras base de salvamento bem como a natação em águas bravas.

Os rápidos que se encontram no extremo superior desta escala vêm designados como "Classe III+".

Exemplo: Trecho “Rio Tâmega 2” (Ponte de Cavês – Ponte de Brumela)<sup>28</sup>

#### **Grau IV (Muito difícil)**

A navegação é extremamente difícil e perigosa. Aconselhável apenas a canoístas perfeitamente treinados e preparados. O percurso é pouco visível e apresenta rápidos violentos com grossas ondas contínuas e potentes rolos. As rochas obstruem a corrente, os obstáculos e os buracos. A partir deste grau, é necessário ter um bom conhecimento das técnicas de salvação e de natação em águas bravas. É obrigatório o uso de colete salva-vidas e capacete de proteção.

Exemplo: Trecho “Rio Tâmega 1” (Ponte St. Aleixo Além Tâmega – Ponte de Cavês)<sup>29</sup>

#### **Grau V (Extremamente difícil)**

Navegação extremamente difícil e perigosa. Só para canoístas perfeitamente treinados e preparados, que devem imperativamente efetuar o reconhecimento antes da descida;

Os rápidos são violentos e as ondas exigentes e a embarcação pode ficar presa nos buracos. As gargantas e quedas apresentam enormes dificuldades;

A descida deve ser assegurada a partir da margem do rio por uma equipa profissional de nadadores-salvadores. É obrigatório o uso de colete salva-vidas e capacete de proteção.

Exemplo: Trecho “Rio Louredo 1” (Ponte de Louredo – Praia Fluvial de Cerva)<sup>30</sup>

#### **Grau VI (Limite de Navegação)**

Intransponível e impraticável. Sem possibilidade de navegação uma vez que o percurso apresenta uma sucessão de saltos e buracos onde a embarcação pode ficar presa.

---

<sup>28</sup> Segundo classificação de Rui Calado em “Portugal Kayak”

<sup>29</sup> Segundo classificação de Rui Calado em “Portugal Kayak”

<sup>30</sup> Segundo classificação de Rui Calado em “Portugal Kayak”

Os syphons<sup>31</sup> e as violentas contracorrentes podem igualmente travar a descida. A confusão e rapidez das águas limitam a possibilidade de controlo;

Em trechos de grau VI, os rápidos necessitam de um reconhecimento meticuloso e de uma avaliação ponderada sobre a melhor maneira de os enfrentar. Com tais riscos, a descida deve ser assegurada a partir da margem por uma equipa profissional de nadadores-salvadores.

Exemplo: Trecho Damnation Alley, no rio, Encampment, Wyoming

Normalmente não se desce duas vezes um rio nas mesmas condições pois a dificuldade pode variar muito, e rapidamente, por vários motivos: aumentos bruscos do caudal que, entre outras coisas, podem originar a formação de redemoinhos, sifões ou rolos onde antes não existiam, ou o aparecimento de obstáculos imprevistos de um dia para o outro (por exemplo, árvores levadas pela corrente que se acumulam num determinado ponto transformando-se em verdadeiras armadilhas).

Porém a escala da *American Whitewater* não é exata. Alguns rios não se encaixam facilmente numa das categorias sendo necessária a adição classificações intermédias. A Escala Internacional evolui para uma longa lista de classificações altamente descritivas com pequenos incrementos entre as classificações. Com sinais de mais e menos, um trecho que abrange uma área cinza entre as classificações Classe III e Classe IV, pode ser classificada Classe III+ (ligeiramente mais difícil que Classe III) ou Classe IV- (ligeiramente mais fácil que Classe IV). De momento, todas as potenciais classificações registradas, a Escala Internacional de seis classificações multiplica-se em 15 (Classe I-, VI- e VI+ são raramente utilizadas).

A Escala Internacional de seis classificações funciona bem para fazer comparações básicas entre rios e trechos, mas os remadores têm que ter noções espaciais muito evoluídas trecho classe IV-. Esta é a base dos muitos problemas que os principiantes encontram, a falta de informação espacial do rio e os fatores que estão constantemente em mutação, como o caudal e o entulho.

---

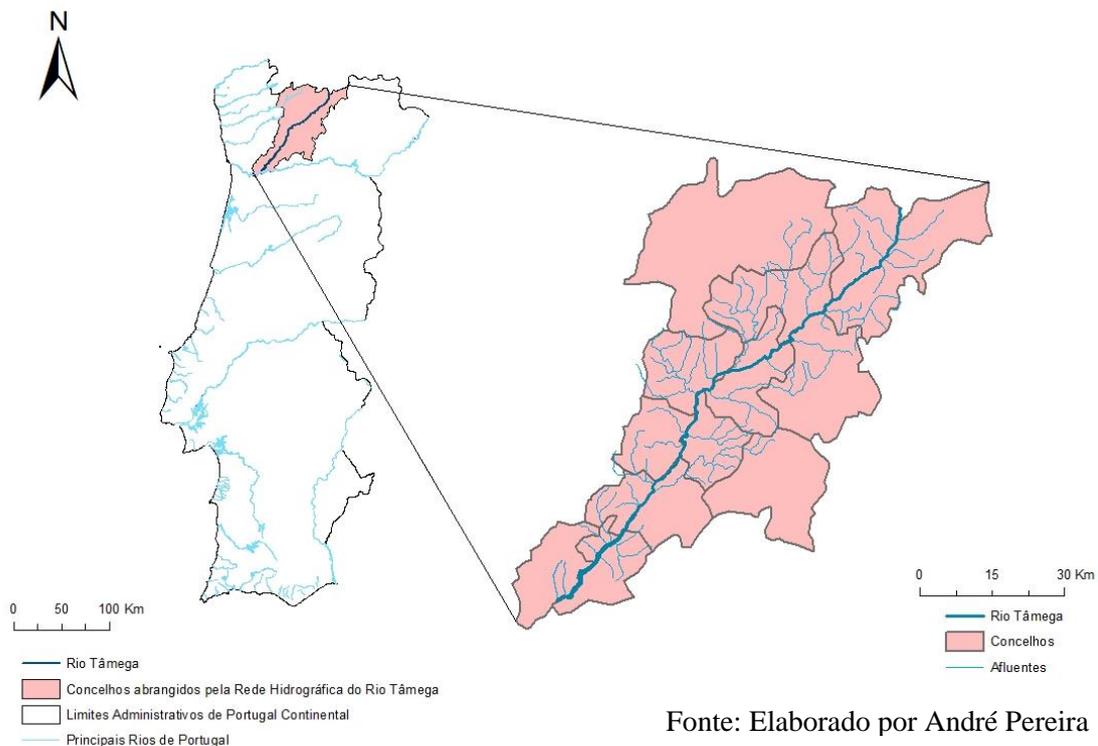
<sup>31</sup> Buraco ou peneira criada por uma pilha de pedras com uma corrente descendente muito forte que puxa a embarcação descendentemente.

## 5- O Rio Tâmega e o Turismo Fluvial

### 5.1 Introdução Geográfica

Nesta secção apresenta-se o Rio Tâmega introduzindo as suas características gerais e fazendo uma breve descrição do mesmo de montante para jusante. O Rio Tâmega tem as suas cabeceiras na Galiza mais propriamente na Serra de Monterrey a 960 metros de altitude, e desagua no Rio Douro na localidade de Entre-os-Rios em Portugal. Categorizado como rio internacional, o Rio Tâmega percorre em Espanha apenas 25 quilómetros dos 165 do seu curso mantendo desde as suas cabeceiras até à cidade de Chaves, em Portugal, uma direção predominantemente Norte - Sul. A partir de Chaves o rio assume uma direção Nordeste – Sudoeste até Cabeceiras de Basto, ponto este que marca o início de uma trajetória Nor-Nordeste – Su-Sudoeste que só termina na confluência com o Rio Douro.

**Figura 8 – Enquadramento Geográfico do Rio Tâmega**



Fonte: Elaborado por André Pereira

A superfície total da bacia hidrográfica do Rio Tâmega é de 3 328 km<sup>2</sup> (2 558 km<sup>2</sup> em Portugal e 694,1 km<sup>2</sup> em Espanha) e em Portugal abrange os concelhos de Montalegre, Chaves, Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Cabeceiras de Basto, Vila Real, Mondim de Basto, Celorico de Basto, Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel. A bacia tem uma configuração sensivelmente retangular e bastante alongada.

A altitude média da bacia é superior a 600 m devido principalmente aos seus afluentes, alguns com cotas superiores a 1 300 m, apesar do curso principal estar em cotas significativamente mais baixas, tendo o rio Tâmega escavado vales apertados de encostas íngremes (EDP, 2009). O declive médio da bacia ronda os 17,44% e o seu caudal médio anual é de cerca de 70,31 m<sup>3</sup>/s (SNIRH, 2012).

A bacia do rio Tâmega é constituída principalmente por granitos e afins (68%), xistos (30%), ocorrendo igualmente quartzitos (1%) e a ocupação do solo é a seguinte: 37.6% de áreas agrícolas, 1.5% de áreas artificiais, 60.6% de florestas e meios seminaturais, 0.3% de meios aquáticos e planos de água (SNIRH, 2012).

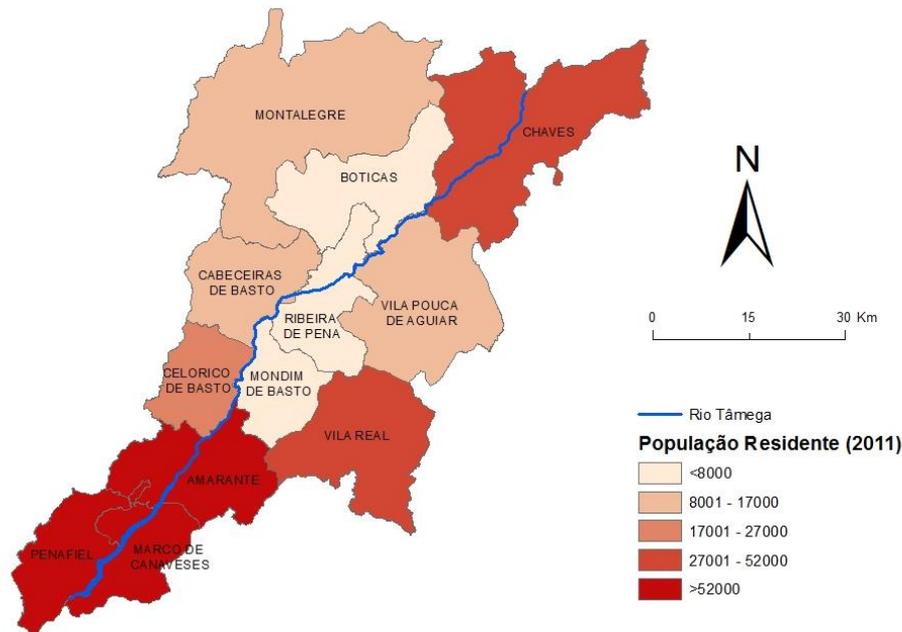
A tabela que se segue apresenta os dados demográficos dos concelhos abrangidos pela bacia hidrográfica do Rio Tâmega. Com maior número de habitantes surgem os concelhos de Amarante, Chaves, Marco de Canaveses, Penafiel e Vila Real. Aqueles que registam, de acordo com o I.N.E., um menor número de população residente são Boticas, Mondim de Basto e Ribeira de Pena. Destaque ainda para a perda de população residente de 2001 para 2011 da maioria dos concelhos, excetuando-se Vila Real, Marco de Canaveses e Penafiel.

## Quadro 2 - Dados demográficos nos concelhos abrangidos pela Bacia Hidrográfica

| Municípios           | Área (km <sup>2</sup> ) | População Residente (2001) | População Residente (2011) | Varição da População (2001-2011) | Densidade Populacional (N.º/ km <sup>2</sup> ) (2011) |
|----------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Amarante             | 301,4                   | 59 638                     | 56 217                     | -5,74%                           | 168,6                                                 |
| Boticas              | 322,41                  | 6 417                      | 5 750                      | -10,49%                          | 17,9                                                  |
| Cabeceiras de Basto  | 240,88                  | 17 846                     | 16 710                     | -6,36%                           | 69,1                                                  |
| Celorico de Basto    | 181,1                   | 20 446                     | 20 098                     | -1,70%                           | 111                                                   |
| Chaves               | 591,22                  | 43 667                     | 41 243                     | -5,55%                           | 69,8                                                  |
| Marco de Canaveses   | 201,89                  | 52 419                     | 53 450                     | 1,97%                            | 264,8                                                 |
| Mondim de Basto      | 171,87                  | 8 573                      | 7 493                      | -12,59%                          | 43,5                                                  |
| Montalegre           | 806,19                  | 12 762                     | 10 537                     | -17,43%                          | 13,1                                                  |
| Penafiel             | 212,82                  | 71 800                     | 72 265                     | 0,65%                            | 340,5                                                 |
| Ribeira de Pena      | 217,66                  | 7 412                      | 6 544                      | -11,71%                          | 30,1                                                  |
| Vila Pouca de Aguiar | 432,68                  | 14 998                     | 13 187                     | -12,07%                          | 30,2                                                  |
| Vila Real            | 377,08                  | 49 957                     | 51 850                     | 3,79%                            | 136,9                                                 |

Fonte: I.N.E.

**Figura 9 – População Residente em 2011 nos concelhos abrangidos pela Bacia Hidrográfica do Rio Tâmega**



Fonte: Elaborado por André Pereira

A análise do quadro 2 permite-nos perceber que os concelhos mais próximos do litoral e dos grandes polos urbanos são os que detêm maior densidade populacional assim como população residente.

Em Portugal, o rio Tâmega entra à cota de 375 metros de altitude numa zona próxima de Chaves pela extensa Veiga de Chaves, vale estrutural (desligamento tardi-hercínico Verín – Chaves) de abatimento e dissimétrico, conservando ainda testemunho sedimentar de importante fase lacustre.

O Rio Tâmega serve de fronteira internacional entre Portugal e Espanha numa extensão aproximada de 2 quilómetros, perto de localidades como Vilarinho da Raia e Vila Meã em Portugal e Feces de Abaixo em Espanha. Antes de alcançar Chaves são várias as vilas e aldeias por onde o rio passa, desde Alto da Roseira, Vila Verde da Raia, Outeiro Seco e Santo Estevão. A primeira parte do curso do rio em Portugal tem a Este a Serra do Brunheiro com 919 metros de altitude e a Oeste os vários degraus que formam a Serra do Larouco.

Chaves é um importante ponto no percurso geral do Rio Tâmega, quer pela grande proximidade que o polo urbano tem ao seu leito quer pelos fortes traços culturais que evidencia. A cidade tem cerca de 2000 anos, e formou-se numa época em que as legiões

romanas conquistaram a Península Ibérica. As várias potencialidades do vale do Tâmega, que vão desde a fertilidade dos solos, ao acesso à água e ao aproveitamento das termas, não passaram despercebidas aos romanos que rapidamente construíram e se instalaram na cidade de *Aquae Flaviae*. As maiores heranças deixadas pelo império romano em Chaves terão sido a cultura do termalismo e a imponente ponte de Trajano que cruza o Rio Tâmega. A ponte é constituída por granito, com 18 arcos (atualmente apenas são visíveis 12). Na ponte ainda se destacam as duas colunas comemorativas do tempo dos imperadores Vespasiano e Trajano.

Numa tentativa de valorizar ainda mais a riqueza que é o rio, a cidade sofreu recentemente uma reestruturação da sua área ribeirinha (3,5 km em cada margem) no âmbito da segunda fase do programa Polis (2002), criando deste modo diversos espaços verdes e percursos pedonais.

**Figura 10 – Zona Ribeirinha da cidade de Chaves após a intervenção no âmbito do programa Polis, em 2002**



**Fonte:** [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com) (acedido em 14/03/2014)

O investimento feito no âmbito do programa cobriu uma área total de 351 hectares (Nascimento e Conde, 2005) e teve como principais objetivos a preservação de sistemas naturais em ambiente urbano, ao longo das margens do rio Tâmega, com a constituição de uma extensa estrutura verde, contínua, desde os Lagos de Santa Cruz (Norte) até a zona dos Agapitos (Sul), incluindo a criação do novo Parque Urbano da Galinheira e a

requalificação dos atuais Jardim do Tabolado e Jardim Público, a revitalização da atividade piscatória, em tempos existente, o reforço da vocação termal e a construção de percursos ribeirinhos pedonais e ciclovias. Estes constituem os aspetos mais marcantes desta intervenção, no que respeita à valorização paisagística e ambiental da cidade de Chaves.

Ao longo do tempo o Homem foi alterando a sua relação com o rio, desde a necessidade das águas para o regadio e consumo até ao turismo, à economia local e à preocupação com a paisagem. Hoje o rio apresenta-se como um ponto de lazer e a cidade de Chaves é um excelente exemplo de lazer em área de rio. Em Chaves a pesca no Rio Tâmega já foi essencialmente de subsistência, atualmente vigora a pesca de lazer e a desportiva, onde se desenvolvem campeonatos nacionais e internacionais assim como também os vários desportos fluviais como a canoagem e os passeios de gaivota. Embora estas práticas estejam a ganhar cada vez mais adeptos, a verdade é que ainda são poucos para as enormes potencialidades que o rio oferece.

A jusante de Chaves o Rio Tâmega começa a correr na direção Nordeste – Sudoeste, orientação que se vai manter até alcançar a ponte de Cavez em Cabeceiras de Basto. Deixando a cidade de Chaves para trás, as águas do Rio Tâmega correm por entre as serras da Cordilheira do Alvão, área que difere daquela até agora percorrida dada a fraca densidade populacional e os solos mais pobres e rochosos.

Em Ribeira de Pena, o Rio Tâmega encontra o seu primeiro grande afluente: o Rio Bessa. Já nas Terras de Basto, o rio é atravessado pela histórica Ponte de Cavez, localizada na freguesia de Cavez, concelho de Cabeceiras de Basto. A ponte possui 95 metros de comprimento e cerca de 17 metros de altura. É sobretudo constituída por cinco arcos em granito, desiguais, três quebrados e dois redondos. Faz parte da vasta lista de património edificado do distrito de Braga e foi classificada em 1910 como Monumento Nacional. As Terras de Basto tradicionalmente são a área de transição entre as regiões do Minho e Trás-os-Montes não existindo por isso uma fronteira notória embora o Tâmega seja definido administrativamente como o marco de territórios. Na margem direita existe, anexada ao solar nobre da Casa da Ponte, uma capelinha dedicada a São Bartolomeu, enquanto que na margem contrária, uma fonte termal com fama de santidade. Uma grande rivalidade existia na disputa destes elementos por parte dos povos minhotos e transmontanos, separados pelo rio Tâmega mas ligados pela Ponte de Cavez.

Em Cabeceiras de Basto dois importantes rios se juntam ao Tâmega nesta fase: o Rio Cavez e o Rio Moimenta.

A partir da Ponte de Cavez o rio Tâmega inflete para sul, posição que vai manter no restante curso do seu leito até à confluência com o Rio Douro em Entre-os-Rios. A norte desta área está presente a Serra da Cabreira, sendo a fronteira com Trás-os-Montes definida pelas cumeadas da Serra do Marão, a 1415 metros acima do nível médio das águas marítimas, e do Alvão. A serra da Aboboreira, limitada pelo triângulo cujos vértices são Amarante, Marco de Canavezes e Baião marca a transição para o Douro. É neste local também que é feita a transição do granito para o xisto e das altas quedas de água das Fisgas do Ermelo, no Rio Olo, afluente do Rio Tâmega em Amarante.

Em Amarante o Rio Tâmega tem também forte presença ao “cortar ao meio” o concelho em duas partes. Amarante tem o seu destino indissociavelmente ligado ao Rio Tâmega que atravessa o seu centro urbano, e às Serras do Marão e da Aboboreira.

O Rio Tâmega atravessa Amarante a cerca de 30 quilómetros da sua foz. O canal retilíneo apresenta, na sua passagem por Amarante, um ligeiro desvio para noroeste, devido, provavelmente, ao cruzamento com a fratura onde se veio a implantar o rio Fornelo (Fernandes, 1960, citado em Costa, 2000). Nem sempre o Tâmega foi visto como o elemento de beleza e encanto natural em Amarante. O rio revelou-se muitas vezes um rio impetuoso, que extravasou das margens e arrasou as ruas da cidade<sup>32</sup>. Porém a sua passagem por uma região com forte tradição de extração de madeira mostrou-se extremamente útil para o transporte rápido e nada dispendioso de troncos de árvores para jusante. Os seus afluentes no concelho dispõem-se quase numa “teia perfeita” que cobre todo o território do concelho. Todas as pequenas aldeias e vilas do concelho de Amarante dão têm uma relação com o rio dado o grande número de canais existentes, seja ao nível da agricultura ou mesmo do lazer. Destaque para os rios Olo, Ovelha, Odres e para a Ribeira Natália como os rios com mais presença física no território em Amarante. O número de rios e canais justifica-se pela escorrência de águas de nascente e das chuvas das Serras do Marão e da Aboboreira para o vale do Tâmega, que em quantidades exorbitantes e alienado aos elevados níveis de pluviosidade da região mas também ao estrangulamento urbano provocam sérias inundações.

Francisco Costa (2000, p.79) afirma “o vale do Tâmega identifica-se por valores botânicos, geomorfológicos e paisagísticos detetados e pelos recursos naturais e económicos que oferece no abastecimento de água, na agricultura e nas atividades turísticas e de lazer”.

---

<sup>32</sup> A este propósito ver o trabalho de Francisco Costa (2009) sobre o risco de inundação na cidade de Amarante.

Amarante e o Rio Tâmega fazem ambos parte de um mundo particular cheio de relatos e histórias de amor e ódios. O rio é sem dúvida incrivelmente importante no quotidiano da população mas pode destruir em segundos tudo aquilo que ajudou a construir.

É a partir do vale do Tâmega em Amarante que o rio sofre transformações mais nítidas ao nível do seu leito. Enquanto que para montante o rio é relativamente irregular e rápido, para sul de Amarante o leito alarga consideravelmente e as águas perdem velocidade.

Localizada na margem esquerda do Rio Tâmega, a leste da cidade do Porto e a ocidente da Serra do Marão está a cidade de Marco de Canaveses. A cidade é caracterizada pela instabilidade do seu relevo, com áreas a altitudes compreendidas entre os 200 e os 600 metros de altitude. O Rio Tâmega delimita grande parte do concelho a oeste, separando-o de Penafiel. É também em Marco de Canaveses que desaguam os rios Odres e Ovelha, vindos diretamente de Amarante. O leito mais alargado do rio nesta região proporciona a prática de vários desportos de rio, principalmente na albufeira do Torrão.

A única barragem existente no Rio Tâmega encontra-se relativamente próxima da sua foz, em Marco de Canaveses: a Barragem do Torrão. O aproveitamento hidroelétrico foi construído em 1988 com uma potência de 146 megawatts (MW) e uma produção média anual de 228 gigawatts (GWh).

No âmbito do projeto do Governo que vigorou de 2004 a 2011 está prevista a construção de cinco barragens na rede hidrográfica do rio Tâmega, quatro das quais vão ser desenvolvidas pela Iberdrola (Gouvães no rio Torno, afluente do rio Louredo, Padroselos no rio Beça, Alto Tâmega e Daivões no rio Tâmega). A quinta barragem seria a de Fridão, em Amarante, adiada recentemente para depois de 2022 e terá uma potência de 238 MW e uma produção média anual de 295 GWh<sup>33</sup>. As quatro primeiras terão uma potência instalada global superior a 1000 MW dos quais 230 MW são assegurados por Padroselos. Perante este cenário foram várias as petições feitas pelas populações com vista a salvaguardar o ecossistema fluvial. Para além do leito do rio Tâmega e toda a rede hidrográfica ser «reserva ecológica nacional» (REN)<sup>34</sup>, a sua bacia hidrográfica assume-se como um espaço de elevada sensibilidade. De acordo com o Decreto Regulamentar nº19/2001, de 10 de Dezembro, alínea n, o Plano da Bacia Hidrográfica do rio Douro em

---

<sup>33</sup> Informação disponível na edição nº107 do Jornal Mensal "O Basto".

<sup>34</sup> Para mais informações consultar o Decreto-lei nº93/90, de 19 de Março (anexo 1 – alínea a) – nº2)

vigor estabelece e classifica a sub-região do Tâmega como um ecossistema a preservar. Parte da bacia do Tâmega está integrada no Parque Natural do Alvão onde a captação ou o desvio de águas não é permitido. São vários os argumentos utilizados pelas populações na defesa da integridade natural da bacia hidrográfica do rio Tâmega, aspeto que reflete o grau de proximidade elevado que existe entre o rio e o Homem na região. Uma pesquisa *online* permite-nos encontrar inúmeras petições focadas na preservação da bacia do Tâmega. Por exemplo a petição “Salvar o rio Tâmega e os seus afluentes”, disponível para assinatura *online*, é da autoria de dois indivíduos das zonas de Chaves e Vidago mas existem outras cujas autorias pertencem a grupos e a movimentos cívicos.

Em alguns pontos, o rio Tâmega enfrenta graves problemas relacionados com a poluição das suas águas. Em Chaves, o rio Tâmega é o depositário final de óleos e resíduos contaminantes de algumas indústrias. Em 2011, perto da vila de Mondim de Basto, o rio Tâmega enfrentou uma poluição por cianobactérias, provocada por micro-organismos (algas) que se desenvolvem com a intensa luz solar e por nitritos e nitratos lançados para o rio. Esta área, abrangida pelo projeto da construção da barragem do Fridão, vai sofrer transformações ao nível do caudal do rio e tornar-se-á um potencial alvo de investidores da área do turismo. É importante manter a qualidade da água, para que a albufeira seja atrativa do ponto de vista turístico<sup>35</sup>.

Em Amarante, os níveis de poluição do rio Tâmega são também alarmantes. De acordo com a Quercus, a quantidade de resíduos que os esgotos urbanos e industriais da cidade lançam para o rio, colocam as suas águas numa posição insustentável. Para além disso, a ETAR local apresenta um funcionamento deficiente com uma baixa cobertura do saneamento básico da cidade. A proliferação de fitoplâncton designado por algas azuis ou cianobactérias tornam as cores das águas do rio Tâmega mutáveis, consoante a época do ano. A Quercus refere ainda que as margens do rio estão em condições degradantes, onde se acumulam resíduos de todos os tipos.<sup>36</sup>

É importante que as entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, principalmente a ARH Norte e o INAG, procedam perante esta situação com investigações e fiscalizações nas indústrias, autarquias e outras instituições e apliquem medidas corretoras, uma vez que uma das suas missões relaciona-se com a proteção e a valorização das componentes ambientais da água.

---

<sup>35</sup> Informação disponível em [http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content\\_id=30173](http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=30173).

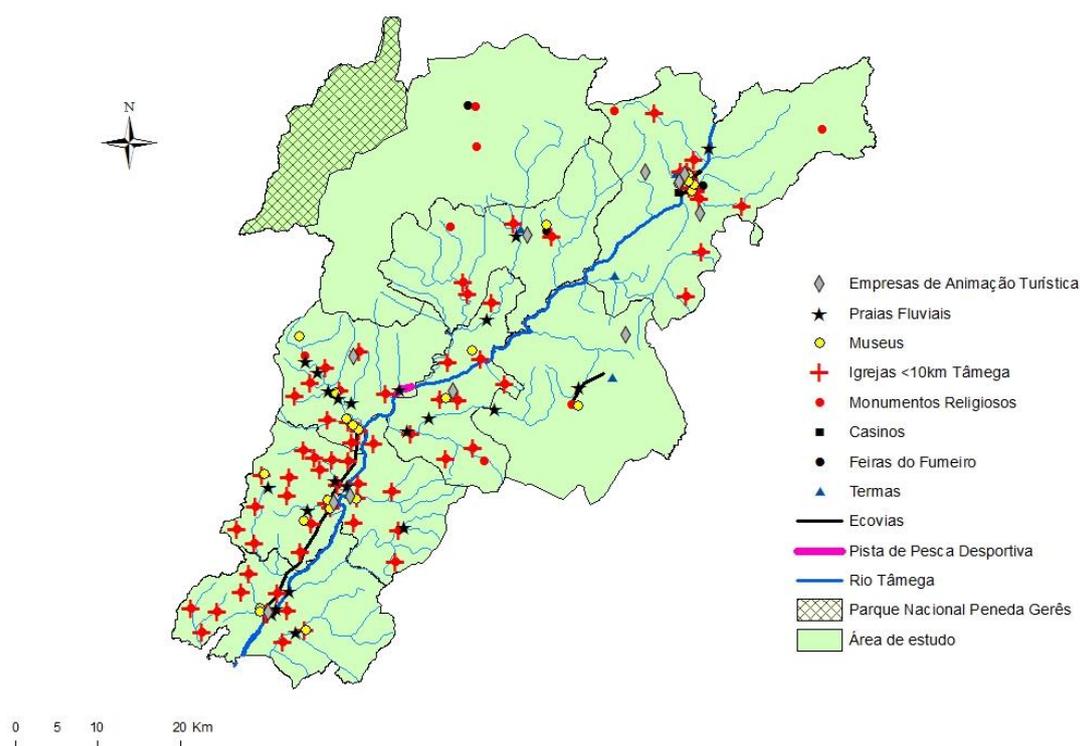
<sup>36</sup> Informação disponível em <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/quercus-pede-ao-ministerio-publico-para-investigar-poluicao-insustentavel-do-rio-tamega-1400895>

## 5.2 – Principais Pontos Turísticos

Neste capítulo analisam-se os principais pontos turísticos dos concelhos das sub-regiões NUTS III de Alto Trás-os-Montes e do Tâmega, que são banhados pelo Rio Tâmega. No entanto, a área de estudo aborda apenas os concelhos de Chaves, Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Celorico de Basto e Amarante. Para além disso, serão abordadas as condições de navegação no rio Tâmega e feita uma descrição dos cinco trechos para descidas em águas bravas.

Um pouco por todo o lado existem locais de referência. Neste ponto são explorados vários tipos de turismo (saúde, religioso, patrimonial, desporto, de jogo) que assentam nas potencialidades da região e no aproveitamento das mesmas.

**Figura 11 – Principais Pontos de Atração Turística da Área de Estudo**



## Termas

As principais instâncias termais localizadas na área de estudo são as de Chaves, Vidago e Pedras Salgadas. Já desde a época dos romanos (cerca de 2000 anos atrás) que as termas assumem um papel muito importante na região de Chaves. A cidade foi para este povo não só um ponto relevante para o lazer mas também um lugar de interesse comercial. Este foi um período áureo na História das termas e da região mas foram votadas ao esquecimento nos séculos seguintes, e apenas recentemente, no início do século XX, as termas recuperaram o seu lugar como importante foco de desenvolvimento na região (Martins, 2009).

Foi com a publicação do Decreto n.º 16, de 30 de Setembro de 1892 que Vidago (a Fonte Vidago 1) e Pedras Salgadas, ambas em 1893, conseguiram os seus alvarás de concessão. Chaves apenas 6 anos mais tarde obteria o seu, e a atual exploração comercial destas nascentes jamais seria possível sem este documento legislativo (Lapa et al, 2002:06). A concessão das termas de Chaves permitiu ao concelho verificar um substancial desenvolvimento, fundamentalmente ao nível do turismo. Estabeleceram-se pensões e hotéis<sup>37</sup>, cafés e restaurantes, o Casino das Termas (1910) em Pedras Salgadas cuja licença hoje é usada no Casino de Chaves. O concelho rapidamente se tornou um dos principais destinos turísticos para os nortenhos e para a Galiza (Martins, 2009). A economia regional cresceu e a vida cultural e social sofreu alterações dada a elevada afluência de pessoas de várias regiões e de diferentes características profissionais socioculturais. A chegada do comboio a Chaves em 1921 foi também muito importante. A Linha do Corgo proporcionou então uma alternativa de mobilidade mais rápida e moderna do que a rede rodoviária, na época pouco desenvolvida.

Na segunda metade do século XX, alguns acontecimentos levaram a que a região entrasse numa fase de retração turística (Martins, 2009). A adesão à CEE em 1986 significou a abertura das fronteiras e consecutiva perda da competitividade dos produtos portugueses. O encerramento do troço ferroviário Chaves-Vila Real aliado à fraca rede rodoviária limitou as acessibilidades à região do Alto Tâmega. Desde o início do século que se tenta inverter esta situação, com estratégias que passam pelo melhoramento da rede rodoviária, na aposta nas águas minério-medicinais, investimentos em unidades hoteleiras e requalificação das instâncias termais da região.

---

<sup>37</sup> O Hotel Vidago Palace, recentemente alvo de uma reabilitação (2010) no âmbito do projeto PIN é um dos mais ilustres da região, foi construído nesta época (1908-1910).

Duarte (2001) faz uma análise ao perfil das pessoas que frequentam as termas distinguindo dois tipos: o aquista tradicional que vai às termas para se curar e os visitantes (fundamentalmente veraneantes) que apenas pretendem disfrutar dos serviços turísticos e lúdicos. Enquanto que o primeiro tipo inclui principalmente pessoas idosas, com reduzidos níveis socioprofissionais, reduzida escolaridade, capital cultural limitado e com menos despesas, o segundo refere-se a pessoas mais novas, de condição sociocultural elevada, nível de escolaridade avançado e forte capital cultural. Estes últimos querem explorar a região envolvente, participando em eventos culturais, conhecendo a gastronomia local e pernoitam em hotéis ou estalagens.

**Quadro 3 - N° de inscrições em Termalismo Clássico nos Estabelecimentos de Chaves, Vidago e Pedras Salgadas (2010 e 2011)<sup>38</sup>**

| Estabelecimentos Termais   | Nº de inscrições em Termalismo Clássico <sup>39</sup> (2010) | Nº de inscrições em Termalismo Clássico (2011) | Δ 11/10 (%) |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------|
| Caldas de Chaves           | 6 546                                                        | 4 121                                          | -32,7%      |
| Termas de Vidago           | 28                                                           | 37                                             | 32,1%       |
| SPA Termal Pedras Salgadas | 23                                                           | 42                                             | 90,9%       |

As Caldas de Chaves são apenas superadas em número de inscrições, ao nível nacional, pelas Caldas de S. Pedro do Sul (19 523 em 2010 e 16 351 em 2011). Os baixos valores das Termas de Vidago e Pedras Salgadas justificam-se pelas obras que se efetuaram durante parte do ano nas respetivas instalações. Ainda assim em 2011, foram ao nível nacional as que menos termalistas atraíram. Desde 2005 a região Norte tem assistido a uma quebra consecutiva no número de inscrições no termalismo clássico<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> Dados retirados do portal *online* [www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt)

<sup>39</sup> Serviços terapêuticos indicados e praticados a um termalista, sempre sujeito à compatibilidade com as indicações terapêuticas que foram atribuídas ou reconhecidas, à água mineral natural utilizada para esse efeito.

<sup>40</sup> Informação disponível *online* no documento "Termas de Portugal: a Oferta e a Procura 2011" no portal [www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt)

Recentemente, o *Vidago Palace Spa* foi nomeado membro da "*Leading Spa of the World*" e foi destaque na edição 2011 "*Grand Award Edition of Andrew Harper's Hideaway*" como "Melhor Spa", na secção especial Prémios de Reconhecimento<sup>41</sup>.

A água Vidago, assim como a das Pedras Salgadas, como águas de mesa, são muito apreciadas no país e no estrangeiro. Na “Termatalia 2014”, feira internacional de turismo termal de Orense, foi apresentada no âmbito da euro cidade Chaves-Verin, a imagem do destino turístico Verim/Chaves/Vidago, rota da água, para ser comercializado junto das agências de viagem e operadores turísticos, onde o cliente tem uma oferta diversificada de águas.

### **Praias Fluviais**

As praias fluviais constituem um importante produto turístico regional dinamizando as economias locais e podem aumentar a oferta local e regional no âmbito estratégico do entretenimento. Desempenham um papel central na recreação, lazer e saúde das populações locais ao mesmo tempo que assumem uma ação de atração turística para fortalecer a economia local. É importante que para o funcionamento deste processo estejam criadas todas as condições, quer ao nível de infraestruturas e equipamentos de apoio quer ao nível da qualidade da água. A Praia Fluvial da Ranha localizada nas margens do rio Peio, afluente do rio Tâmega e uma das mais cobiçadas da região, sofreu uma requalificação ao nível das infraestruturas de apoio e dos equipamentos na qual foram investidos cerca de 50 mil euros.

Numa região distante do litoral e do mar é muito importante oferecer à população local e turistas condições de recreio e lazer relacionadas com a água e o sol. A grande afluência pública a muitas praias fluviais da região, revelam que elas correspondem às necessidades e assumem um importante papel impulsionador do turismo fluvial.

---

<sup>41</sup> Informação disponível em [www.termasdeportugal.pt](http://www.termasdeportugal.pt)

#### Quadro 4 - Lista de Praias Fluviais da Região

| Praia Fluvial                       | Município            | Rio               |
|-------------------------------------|----------------------|-------------------|
| Praia Fluvial de Vila Verde da Raia | Chaves               | Rio Tâmega        |
| Praia Fluvial de Cavez              | Cabeceiras de Basto  | Rio Tâmega        |
| Praia Fluvial de Gatão              | Amarante             | Rio Tâmega        |
| Praia Fluvial do Borralheiro        | Amarante             | Rio Tâmega        |
| Praia Fluvial da Aurora             | Amarante             | Rio Tâmega        |
| Praia Fluvial da Carreira da Lebre  | Boticas              | Rio Beça          |
| Praia do Lugar das Casas Novas      | Mondim de Basto      | Rio Louredo       |
| Praia Fluvial de Canedo             | Ribeira de Pena      | Rio Beça          |
| Praia Fluvial de Cerva              | Mondim de Basto      | Rio Louredo       |
| Praia Fluvial da Ranha              | Cabeceiras de Basto  | Rio Peio          |
| Praia Fluvial de São Nicolau        | Cabeceiras de Basto  | Rio Peio          |
| Praia Fluvial do Poço de Frade      | Cabeceiras de Basto  | Rio Ouro          |
| Praia Fluvial do Vau                | Cabeceiras de Basto  | Ribeira de Asnela |
| Praia Fluvial de Caneiro            | Cabeceiras de Basto  | Rio Ouro          |
| Praia Fluvial de Salperra           | Vila Pouca de Aguiar | Rio Avelames      |
| Praia Fluvial de Viduedo            | Vila Pouca de Aguiar | Rio Louredo       |
| Praia Fluvial de Mondim de Basto    | Mondim de Basto      | Rio Tâmega        |
| Praia Fluvial das Físgas do Ermelo  | Mondim de Basto      | Rio Olo           |
| Praia Fluvial da Vila               | Celorico de Basto    | Rio Freixieiro    |
| Praia Fluvial de Vila Boa           | Celorico de Basto    | Ribeira Natália   |
| Praia Fluvial de Fermil             | Celorico de Basto    | Rio Veade         |
| Praia Fluvial de Larim              | Amarante             | Rio Ovelha        |

Fonte: Várias

### Turismo Religioso

O Turismo religioso existe desde a antiguidade, tendo sido o primeiro produto turístico visível do Sector do Turismo. Atualmente, aproximadamente 300 milhões de turistas por ano viajam com uma motivação religiosa ou espiritual (Serafim, 2011)<sup>42</sup>.

O Turismo religioso no Norte de Portugal encontra-se em fase de crescimento em benefício das grandes potencialidades da região. A região do Tâmega concentra alguns elementos patrimoniais e religiosos que permitem a existência de turismo de religião. Em Cabeceiras de Basto, o Mosteiro de S. Miguel de Refojos apresenta-se como um dos maiores ícones religiosos da região do Tâmega. Não é conhecida ao certo a data da sua construção mas está documentada a sua existência já no século XII. Ainda em Cabeceiras

<sup>42</sup> Informação disponível online em <http://sol.sapo.pt/>

de Basto, a romaria de S. Miguel (feira anual realizada em Setembro) atrai milhares de pessoas ao concelho.

Amarante também dispõe de um património religioso significativo com destaque para o mosteiro e igrejas de S. Gonçalo, S. Pedro e S. Domingos. As festas e as romarias mantêm, em Amarante, o melhor da tradição popular e encerram muitas das referências identitárias das gentes do concelho. A título de exemplo, referem-se as que se realizam em honra de S. Gonçalo, no primeiro fim-de-semana de junho; da Senhora de Moreira, em Ansiães, a 1000 metros de altitude, na primeira quinzena de Agosto; da Senhora do Vau, em Gatão, a 15 do mesmo mês; da Senhora do Leite, em S. Gens, Freixo de Cima, no primeiro fim-de-semana de Setembro.

Mondim de Basto é também uma região alvo dos turistas religiosos. A estrutura atual do Santuário da Senhora da Graça data de 1775 e está localizado a cerca de 900 metros de altitude. Deste ponto é visível grande parte da região das Terras-de-Basto. O santuário enche-se de fiéis, visitantes e tradição no primeiro domingo de Setembro, com as festividades em honra de Nossa Senhora da Graça, reunindo aqui uma das mais famosas procissões da região. A acrescentar a estes eventos, estende-se uma longa lista de santos aos quais são feitas honrarias e romarias na região do Tâmega.

Os eventos religiosos movimentam populações e turistas e nos meses de Verão, época em que milhares de emigrantes regressam a Portugal para passar férias, este aspeto tende a acentuar-se. Com este período a coincidir com a época balnear portuguesa, seria interessante criar uma ligação entre o turismo religioso e o rio, ou melhor, o turismo fluvial. Aproveitando a rede de praias fluviais da região e outros espaços adjacentes aos rios, poder-se-ia reencaminhar as pessoas que participam numa determinada romaria ou evento de cariz religioso para estes locais, podendo utilizar os parques de merendas, experimentar embarcações de recreio (se disponíveis) e outras atividades. Este processo é porém exigente, pois os espaços ribeirinhos necessitam de condições quer ao nível dos equipamentos quer ao nível das suas acessibilidades, para então se tornarem atrativos aos olhos do turista.

## Ecovias

Finalizada recentemente, a ecovia do Tâmega foi inaugurada no dia 19 de Maio de 2013. A ciclovía resultou de um protocolo estabelecido em 2007 entre a REFER, e os municípios de Amarante, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto<sup>43</sup> inserido num Plano Nacional de Ecopistas, iniciado pela REFER em 2001. A sua construção teve como objetivo o aproveitamento e requalificação da antiga e desativada linha férrea do Tâmega. Com cerca de 38 km de extensão, a ecovia percorre Amarante, Celorico de Basto e Mondim de Basto terminando na vila do Arco de Baúlhe em Cabeceiras de Basto. Esta Ecopista percorre uma das mais belas linhas ferroviárias do país, permitindo o contacto direto com o património histórico e natural envolvente, nomeadamente as muitas aldeias e pontes que atravessa em toda a sua extensão, as paisagens verdejantes e, o Rio Tâmega, ex-líbris desta região, e que acompanha quase sempre, de muito perto. Até 2012 apenas o Percurso de Amarante se encontrava em funcionamento, ligando a Princesa do Tâmega a Chapa. Com a inauguração dos Percursos de Celorico de Basto e Arco de Baúlhe, já em 2013, a Ecopista ficou praticamente completa. O investimento foi tripartido, ou seja, cada município ficou responsável pelas despesas nas respetivas áreas concelhias. Celorico de Basto investiu cerca de 4 milhões de euros<sup>44</sup>, Cabeceiras de Basto 949 200 mil euros<sup>45</sup> e Amarante 1 570 milhões de euros<sup>46</sup>. Os municípios detêm a concessão dos trechos durante 25 anos pagando nesse período uma taxa anual de igual valor.

Tratou-se assim de um projeto de aproveitamento das plataformas ferroviárias desativadas desde 1990 e que agora adquirem novas funções uma vez que se criou uma via verde que estará à disposição da população local e de turistas para o lazer e prática desportiva.

Algumas das antigas estações ferroviárias da Linha do Tâmega foram requalificadas, como é o caso da Estação Ferroviária de Celorico de Basto transformado no Núcleo Interpretativo da antiga linha férrea, num posto de venda de produtos locais, instalações para alojamento turístico e aluguer de bicicletas. A Estação Ferroviária do Arco de Baúlhe é também um caso de transformação de um espaço inutilizado. A antiga estação foi em 2000 reconvertida no Núcleo Ferroviário do Arco de Baúlhe, parte integrante do museu “Terras de Basto”. É nos dias correntes ponto de paragem para

---

<sup>43</sup> Informação disponível *online* em <http://www.referpatrimonio.pt/>

<sup>44</sup> Informação disponível no portal *online* da Câmara Municipal de Celorico de Basto

<sup>45</sup> Informação disponível *online* em <http://www.novonorte.qren.pt/pt/>

<sup>46</sup> Informação disponível *online* em <http://www.maraoonline.com/>

turistas que visitam e usufruem das qualidades da região do Tâmega mas também para as visitas de estudo das escolas locais onde os alunos aprendem um pouco da história regional e nacional.

A ciclovia de Chaves tem um percurso de 7600 metros e foi construída no âmbito do Programa Polis, durante as obras de qualificação e revitalização urbana em 2002.

A ciclovia de Vila Pouca de Aguiar tem uma extensão de 5882 metros e aproveita parte da antiga linha ferroviária do Corgo (entre Vila Pouca de Aguiar e Pedras Salgadas), desativada em 1990. As estações foram aproveitadas nomeadamente na construção de uma Casa da Cultura em Vila Pouca de Aguiar para a sede do rancho e área de venda de pão em Pedras Salgadas e, em Tourencinho, para a sede do Associação Cultural e Desportiva Tourencius dos Xudreiros. Este troço foi oficialmente inaugurado no dia 16 de Agosto de 2008 apesar de ter entrado em funcionamento três anos antes. O objetivo final é cobrir a linha do Corgo na sua totalidade, porém o panorama económico atual tem sido um forte entrave à sua concretização.

### **Pista de Pesca Desportiva de Cavez**

A concessão do trecho do rio Tâmega para a pesca desportiva atribuída à Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto foi aprovada pelo Despacho nº4898/2007, de 15 de Março, Alvará nº190/2007, de 15 de Março<sup>47</sup>. Situada em Cavez nas margens do Rio Tâmega a pista de pesca desportiva foi criada em 2000 e acolhe anualmente cerca de 150 provas, nacionais e regionais, que envolvem, em média, 40 atletas. Com cerca de 2,8 km de comprimento e uma área aproximada de 2,24 hectares, a pista é apoiada por um edifício de apoio com bar e sanitários, um espaço para vigilante, um prestador de primeiros socorros e uma sala para reuniões.<sup>48</sup> Com 120 pescadores<sup>49</sup> e em perfeita sintonia com a natureza, são inúmeros os pescadores que ali se deslocam para a prática da modalidade<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> O processo de atribuição de uma concessão de pesca desportiva compreende quatro fases: o preenchimento de um requerimento para atribuição da concessão; pedido de parecer à ARH do domínio hídrico; Consulta Pública; e criação da concessão de pesca desportiva por Despacho do Conselho Diretivo.

<sup>48</sup> Informação disponível no *blog* <http://cavezgrupo3.blogspot.pt/>

<sup>49</sup> Construção, geralmente de pedra, cimento, alvenaria ou madeira, que parte da margem dos rios e se prolonga para o leito, para colocação das nassas, redes e outras artes de pesca

<sup>50</sup> Informação disponível *online* em <http://www.anossaterra.pt>

A concessão é válida até 15 de Março de 2017, e a atual taxa anual pela concessão é de 13,42€, valor que constitui receita da Direção-Geral dos Recursos Florestais. Existem dois tipos de licenças diárias: o tipo A, de carácter individual e válida para os pescadores desportivos do concelho de Cabeceiras de Basto, pescadores federados e participantes em provas autorizadas e constantes no calendário federativo e associativo. O custo de tipo de licença diária para pescadores federados é de 0,50€ e para os não federados o valor de 1€; o tipo B, é também de carácter individual, válida para pescadores nacionais e internacionais e o valor da licença é de 4€.

Esta pista desportiva, anfitriã de várias provas regionais, nacionais e internacionais e de intensa ocupação ao longo do ano, não permite, de acordo com a concessão de pesca atribuída, a pesca com barco. Apenas a pesca de cana é permitida sendo que todos os exemplares capturados devem ser devolvidos à água em condições de sobrevivência<sup>51</sup>. Para além disso, no documento da concessão estão discriminadas as medidas mínimas das espécies e os períodos específicos do ano em que é permitida a pesca.

### **Alto da Senhora da Graça**

O Monte Farinha é uma referência paisagística de uma região muito ampla e pela sua imponência e paisagem constitui um ponto turístico notável. Para além da sua importância religiosa (ver Turismo Religioso) esta montanha é conhecida nacionalmente como um dos pontos mais emblemáticos da passagem da volta a Portugal em bicicleta.

A Volta a Portugal em Bicicleta, prova rainha da modalidade em Portugal, é apreciada de uma forma geral pelo povo português, mas de uma forma especial em Mondim de Basto. A romaria à senhora da Graça é um dos marcos emblemáticos da prova, facto que atrai milhares de turistas à região. Só em 1999 registaram-se no dia da subida 100 mil pessoas<sup>52</sup>. Tradicionalmente a etapa da subida à Serra Senhora da Graça (também conhecida por Monte Farinha) realiza-se num domingo, facto importante na atração de espectadores, que passam a noite em Mondim ou em localidades próximas, e aproveitam para visitar outros locais da região de interesse turístico.

---

<sup>51</sup> Concessão de Pesca desportiva no Rio Tâmega – Cabeceiras de Basto

<sup>52</sup> Jornal de Notícias Online: <http://www.jn.pt/>

O presidente do Núcleo Empresarial de Mondim de Basto Lúcio Machado afirmou em entrevista à Agência Lusa que uma eventual suspensão da Volta a Portugal em bicicleta do alto da Senhora da Graça constituiria uma “perda irreparável” para o comércio local. É, de acordo com o mesmo, o único evento feito em Mondim com retorno imediato já que o concelho fica na altura com vinte vezes mais pessoas relativamente à população habitual. Faturam com este evento a hotelaria, os restaurantes e os postos de abastecimento de combustível. Lúcio

A Camara Municipal de Mondim de Basto investe todos os anos fortemente na etapa da volta, mas o retorno é compensatório.

## **Museus**

Com o objetivo de proporcionar às novas gerações os testemunhos materiais dos seus antepassados os museus da região são importantes centros difusores de conhecimento. A aposta na construção de museus revela o interesse de uma sociedade em criar territórios onde permaneçam aspetos relativos à sua cultura, identidade e memória. Para além da importância cultural os museus e centros de cultura dão também um importante contributo económico à região quer pela atração turística quer pela criação de emprego. São vários os museus espalhados pela área de estudo, e todos os concelhos banhados pelo rio Tâmega têm um ou mais no seu território.

Embora não exista nenhum museu exclusivamente dedicado ao rio Tâmega, a verdade é que ele constitui um elemento paisagístico e cultural importante em exposições fotográficas na região e em espaços exteriores, em textos expostos como por exemplo “A Lenda do Alto das Meninas” no Museu das Terras de Basto<sup>53</sup>. Contudo, seria interessante e vantajoso para a promoção do rio e da região a realização de exposições fotográficas, que revelassem os usos e as mudanças da paisagem ao longo das últimas décadas. Mas também a recolha de outros tipos de informação como textos, desenhos e pinturas em que o rio Tâmega, e também os seus afluentes, fossem alvo de menção e representação.

---

<sup>53</sup> Disponível *online* em <http://museuterrasbasto.wordpress.com/>

### Quadro 5 - Lista de Museus da Região

| Museu                                           | Município            |
|-------------------------------------------------|----------------------|
| Museu Terras de Basto                           | Cabeceiras de Basto  |
| Núcleo Museológico do Baixo Tâmega              | Cabeceiras de Basto  |
| Casa da Cultura                                 | Cabeceiras de Basto  |
| Casa da Música                                  | Cabeceiras de Basto  |
| Casa da Lã                                      | Cabeceiras de Basto  |
| Centro Interpretativo do Castelo de Arnoia      | Celorico de Basto    |
| Núcleo Museológico de Arqueologia               | Celorico de Basto    |
| Núcleo do Museu Nacional da Imprensa            | Celorico de Basto    |
| Núcleo Museológico do Planalto de Montelongo    | Celorico de Basto    |
| Museu Municipal de Mondim de Basto              | Mondim de Basto      |
| Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso         | Amarante             |
| Museu de Arte Sacra de Amarante                 | Amarante             |
| Museu Rural do Marão                            | Amarante             |
| Biblioteca e Arquivo Santa Marinha              | Ribeira de Pena      |
| Museu Venda Nova                                | Ribeira de Pena      |
| Museu Rural de Boticas                          | Boticas              |
| Núcleo de História dos Transportes Ferroviários | Chaves               |
| Museu de Arte Sacra                             | Chaves               |
| Sala Nadir Afonso                               | Chaves               |
| Museu da Região Flaviense                       | Chaves               |
| Museu Militar de Chaves                         | Chaves               |
| Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar         | Vila Pouca de Aguiar |

**Fonte:** Várias

### Festas do Fumeiro

As festas do fumeiro são eventos muito importantes para a economia dos municípios. Montalegre, Chaves, Boticas e Cabeceiras de Basto apostam anualmente neste tipo de festividade uma vez que tem o potencial de promover o desenvolvimento local, criar sinergias entre produtores e novos atores sociais e dinamizar as economias concelhias criando também novas oportunidades laborais. Para Joaquim Barreto, atual presidente da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, a Feira da Orelheira e do Fumeiro dinamiza a economia local e incentiva a população jovem no sentido de explorar as atividades agrícolas, agroflorestais e agropecuárias dando assim resposta à crise económica.

Em 2013, a 17ª edição da Festa da Orelheira e do Fumeiro de Cabeceiras de Basto atraiu milhares de pessoas<sup>54</sup>. A iniciativa contou com a participação de 77

<sup>54</sup> Notícia Ecos de Basto, edição de 11/02/2013

produtores/expositores de fumeiro artesanato, mel, compotas, doces entre outros que durante quatro dias comercializaram produtos reveladores de saberes e sabores não apenas de Cabeceiras de Basto, mas também de concelhos vizinhos como Boticas, Montalegre e Vieira do Minho. A edição de 2014, que registou um aumento do número de produtores/expositores (84) relativamente à de 2013, foi igualmente um ponto de grande afluência turística. Para além da comercialização e projeção dos produtos do fumeiro, os responsáveis pela organização destas feiras preocupam-se também pela diversificação dos programas, capazes de atrair vários públicos. Atividades como atuação de grupos musicais da região, encenações teatrais, leilões e concursos de máscaras tornam o evento menos monótono e atrativo para públicos de várias faixas etárias.

A 18ª edição da Feira da Orelheira e do Fumeiro atraiu público de vários pontos do país<sup>55</sup>. Com a particularidade do evento se realizar no fim-de-semana que antecede o Carnaval (como se verificou nas duas últimas edições), o turista tem a liberdade de disfrutar e consumir outros produtos da região neste período. Seria importante criar uma ligação entre a feira e outros locais de interesse turístico, como museus e exposições, o património religioso, a ecopista e o rio Tâmega. As feiras do fumeiro podem ser exploradas como alavanca para o Turismo Fluvial. Para criar um elo entre o turista que participa nestes eventos e o rio, é necessário uma forte promoção da região e do rio Tâmega não apenas nos próprios locais mas também em espaços exteriores, principalmente nos grandes centros urbanos. Este processo deve ser antecedido pela criação de condições turísticas, como por exemplo criar centros de aluguer *kayaks* e materiais de apoio e outros tipos de embarcações lúdicas, ou bicicletas para percorrer a na Ecopista do Tâmega.

## **Hotel e Casino de Chaves**

Em Portugal existem atualmente onze casinos físicos. O Casino Estoril, do *Grupo Estoril Sol*, foi o primeiro a aparecer em território português, no ano de 1931. Ao mesmo grupo pertence também o Casino de Lisboa, que do grupo dos onze foi o que mais receitas

---

<sup>55</sup> Informação disponível em <http://www.ecosdebasto.com/noticia.asp?idEdicao=220&id=8646&idSeccao=2337&Action=noticia>

gerou em 2012<sup>56</sup>). Ao *Grupo Solverde* estão associados o Casino de Vilamoura (o mais afetado em 2012 com uma queda de 17% relativamente a 2011), o Casino de Monte Gordo, o Casino de Portimão, o Casino de Espinho e o Casino de Chaves. A empresa concessionária do Casino da Figueira da Foz é a *Sociedade Figueira Praia, S. A*; do Casino da Madeira é a *ITI-Soc. De Investimentos Turísticos na Madeira, S. A*; do Casino da Póvoa de Varzim é a *Varzim-Sol*; e do Casino de Tróia a *Grano Salis*.

Do grupo de casinos em Portugal, nove localizam-se no litoral, um na Madeira e outro no interior, o Hotel e Casino de Chaves.

O casino de Chaves é atualmente um importante polo de atração de capital para a região. Abriu em 2008 e representou um investimento de cerca de 50 milhões de euros por parte do *Grupo Solverde*. Criou cerca de 230 postos de trabalho diretos e constituiu um dos maiores investimentos privados na área do Alto Tâmega<sup>57</sup>. Naturalmente este tipo de investimento assenta em consideráveis diferenças sociais sendo que o público-alvo não é, como refere Margarida Botelho no artigo “Economia de Casino”<sup>58</sup>: “(...) propriamente as depauperadas populações de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas antes os espanhóis, ali tão perto”. Botelho refere ainda que 15% das receitas brutas do casino financiarão o turismo (que atrairá mais jogadores), 1% irá para «entidades de relevância social» e 4% para «requalificação ambiental».

Em 2012 a taxa média de ocupação no Hotel e Casino de Chaves foi de 37,42% (10 684 quartos a um preço médio de 61,47€) sendo os meses de Abril, Julho, Agosto e Setembro os meses com os valores mais elevados. O segmento *Lazer* é o mais representativo na ocupação (85% das estadias realizadas, mais 2% que no ano anterior), seguido do segmento *Negócios* (15% das estadias realizadas, menos 2% que no ano anterior). Em relação às nacionalidades dos turistas, o mercado nacional representa 80% das estadias realizadas (mais 2% que em 2011). Este grupo é oriundo da região centro e norte de Portugal, com maior incidência da região do Grande Porto. O mercado espanhol cerca de 12% das estadias (menos 2% que em 2011) e o mercado francês aproximadamente 5%.

---

<sup>56</sup> Informação disponível em <http://www.publico.pt/economia/noticia/receitas-dos-casinos-portugueses-cairam-11-em-2012-1579966>

<sup>57</sup> Notícia Jornal Expresso, disponível *online* em <http://expresso.sapo.pt/>

<sup>58</sup> Jornal Avante, nº1783, edição de 31 de Janeiro de 2008

## Alojamento

No sector do alojamento a região apresenta uma grande diversidade. Existem hotéis de quatro e cinco estrelas, albergarias, residenciais, casas de turismo rural, parques de campismo e pensões. No que diz respeito a alojamento de luxo destaque para o Hotel Vidago Palace em Vidago (5 estrelas), o Hotel Casa da Calçada da rede Relais & Chateaux em Amarante (5 estrelas), o Hotel Casino de Chaves (4 estrelas) e o *Aqua Hotel* em Mondim de Basto (4 estrelas). Porém a distribuição destes elementos de alojamento não é a melhor. Os hotéis de luxo concentram-se em nos concelhos de Chaves e Amarante e existem zonas com interesse turístico mal servidas de hotelaria.

Relativamente a unidades de turismo rural, são inúmeras as instalações espalhadas um pouco por todo a região. Por exemplo, o concelho de Cabeceiras de Basto possui uma rede hoteleira pouco desenvolvida mas que mostra sinais de evolução com a recuperação de casas em espaço rural para fins turísticos. Foi inaugurado em Julho de 2013 na freguesia de Riodouro, Cabeceiras de Basto o empreendimento turístico “Casa de Lobos” cujo investimento rondou o milhão de euros. É de acordo com o Jornal “O Basto” uma aposta num turismo sustentável e de qualidade que respeita a arquitetura típica regional. João Costa, responsável pelo empreendimento, refere que desta forma se cria emprego (cerca de 8 postos de trabalho) e ao mesmo tempo se dinamiza a economia local através da compra de produtos locais e regionais de uma produção biológica<sup>59</sup>.

Em 2013 foi inaugurado em Pedras Salgadas, concelho de Vila Pouca de Aguiar, o *Pedras Salgadas & Nature Park*, projeto da *Unicer* (assinado pelo Arquiteto Luís Rebelo de Andrade) no valor de 20 milhões de euros. Abrangendo uma área de 20 hectares, o conjunto turístico é composto por onze *Eco-Houses* e duas *Snake Tree Houses*. O conceito de alojamento *Eco-Houses* consiste em casas construídas em madeira e ardósia (sem derrubamento de árvores do parque) e constituídas por oito módulos. As *Snake Tree Houses* são construções suspensas entre as árvores do parque, revestidas em matérias-primas autóctones (ardósia e madeira) que facilitam a integração na paisagem. Estas construções, ecologicamente sustentáveis, têm sido distinguidas internacionalmente. As *Eco-Houses* foram consideradas o *resort* com melhor design pela

---

<sup>59</sup> Artigo disponível do jornal O Basto disponível *online* em <http://www.jornalobasto.com/>

revista *Travel+Leisure* e as *Snake Tree Houses* o “Edifício do Ano 2014” na categoria de hotelaria do *Archdaily*.<sup>60</sup>

Este empreendimento turístico substituiu a ideia inicial de um hotel de 120 quartos, e apresenta-se como um conjunto hoteleiro de quatro estrelas, destinado portanto ao turista de forte capital cultural.

**Figura 12 – *Snake Tree Houses, Pedras Salgadas & Nature Park***



**Fonte:** João Sarmento, Janeiro de 2014

### **5.3 – Navegação Fluvial no Rio Tâmega**

O rio Tâmega percorre o seu curso num vale bastante encaixado espraçando apenas numa parte final, na zona de Rio de Moinhos. De acordo com Soeiro (1997:231)<sup>61</sup> apenas a partir deste ponto o rio Tâmega é navegável, numa extensão de meia légua náutica (2.778 metros). O difícil acesso e sobretudo as rápidas cheias, a turbulência, força e imprevisibilidade do leito do rio nunca permitiram um acentuado desenvolvimento de atividades como o transporte fluvial ou até a moagem, pois os moinhos amovíveis eram muitas vezes arrastados pela corrente do Tâmega.

<sup>60</sup> Informação disponível em [http://fugas.publico.pt/Hoteis/330343\\_casas-entre-as-arvores-das-pedras-salgadas-vencem-premio-archdaily](http://fugas.publico.pt/Hoteis/330343_casas-entre-as-arvores-das-pedras-salgadas-vencem-premio-archdaily)

<sup>61</sup> Artigo presente no livro “*Antropoloxía mariñera*” de 1997.

Teresa Soeiro (1997:231) relata mesmo que “(...) nunca tendo sido realmente domesticado, (...) as barcas que o atravessavam eram férteis em acidentes e casos.” As pessoas acreditavam ainda que para apaziguar a sua cólera, o rio tragava fôlegos vivos e só assim permitia que os homens o utilizassem” (J. Vasconcelos, 1938 citado em T. Soeiro, 1997).

Aurélio de Oliveira (1999:101) afirma que o problema dos transportes foi um dos mais graves bloqueios ao desenvolvimento da terra portuguesa até tempos muito recentes. *“Para maior desgraça não temos, podendo aliás ter, canaes de navegação (...). Os nossos rios, Senhores, ficão boa parte do anno quasi inavegaveis (...)”* (Fernando Tomás, 1820 citado em A. Oliveira 1999:102).

Num discurso feito pelo Estado Eclesiástico<sup>62</sup> é referido *“A falta de commercio interior he tao sensivel em Portugal que a mayor parte das Provincias dependem da mediania das colheitas (...)”*. As terras do interior, férteis em produtos de primeira necessidade, não tinham forma de os comercializar acabando assim por servir para a subsistência das respetivas populações. *“ (...) , os generos em que abundão os povos dos confins da Provincia de Tras os Montes, que são, azeite, trigo, centeio, amendoa, lan, canamo, seda, gados, etc., e em que esta Provincia tirava huma grande utilidade. A falta de exportação (...), tem despovoado aquelle continente, cujos habitantes são, sem duvida, os mais pobres e inertes de Portugal (...), e podiam ser os mais ricos pela fertilidade do seu terreno”*. Estas declarações ilustram bem a realidade do país (talvez no século XVIII/XIX), com o potencial de comércio presente não fossem as deficientes vias de comunicação. São estas algumas das justificações apresentadas para o encanamento do rio Tâmega, tornando-o assim navegável em zonas de impossível circulação fluvial. O *“Discurso sobre o incanamento do Rio Tâmega”* visou a navegabilidade de um rio interior, sem foz no oceano, e inseriu-se certamente nas mesmas preocupações que por grande parte da Europa foi dotando muitas regiões de canais fluviais interiores de articulação com as redes terrestres e que tiveram o melhor sucesso, por exemplo em França. Embora as obras de encanamento não tenham avançado, o Discurso teve impacto na medida em que alertou o país para a necessidade de ligar o interior ao litoral. Aurélio de Oliveira (1999:104) refere *“ (...) constituiu um bom testemunho dos princípios que presidiram à execução das obras públicas que pelos finais do século XVIII foram sendo executadas, em particular as que envolveram a abertura das principais estradas do País”*.

---

<sup>62</sup> *Discurso sobre o incanamento do Rio Tâmega*, Estado Eclesiástico; revisão por Aurélio de Oliveira, DOURO – Estudos & Documentos, vol.IV (7), 1999 (1<sup>ª</sup>)

## 5.4 – Caracterização dos Trechos/Percursos de Canoagem do Rio Tâmega<sup>63</sup>

### Rio Tâmega 1

Com local de embarque na Ponte de Sto. Aleixo de Além Tâmega, o trecho é essencialmente classe IV com locais de classe V. Tem 9 quilómetros de extensão e um desnível de cerca de 50 metros. Está situado num vale isolado na primeira parte do percurso, com exceção da aldeia de Friume próximo da margem esquerda, dois quilómetros após o local de embarque. Na segunda metade a estrada aproxima-se do vale, mas há apenas acessos a pé.

A parte inicial do trecho apresenta 3 quilómetros de classe II com alguns açudes espaçados, mas começa a ganhar velocidade e pode-se esperar um par de rápidos com ondas e pequenos *stoppers*<sup>64</sup> que levam à passagem mais exigente (Classe V) umas escassas dezenas de metros a montante da confluência com o rio Bessa. Trata-se de um salto com menos de 3 metros para dentro de uma marmita quase fechada que agarra bastante e deixa pouca margem para erros de trajetória.

É Aconselhável inspecionar em primeiro lugar o trecho e agir consoante o caudal. Depois o Tâmega recebe uma grande quantidade de água do Beça, algo que se nota de forma evidente no volume. Seguem-se dois rápidos muito exigentes, o primeiro uma sucessão de desníveis com rolos mais ou menos potentes, que devem ser bem analisados uma vez que a linha correta varia de acordo com o volume do caudal. A segunda passagem é uma espécie de rampa, mais fechada à direita que o anterior.

De resto o trecho oferece um pouco de navegação em classe III mais descontraída até ao final. É necessário ter em atenção o açude já com a ponte de Cavês à vista.

O local de desembarque é na Ponte de Cavês, na estrada N206, que liga Ribeira de Pena a Arco de Baúlhe.

---

<sup>63</sup> Retirado do Livro “Portugal Kayak” da autoria de Rui Calado

<sup>64</sup> Salto hidráulico. Como o nome indica tudo se passa à superfície, ou seja o desnível provoca um aceleração da água mas a onda/rolo é formado à superfície o movimento da água tem um sentido mais “horizontal”

## Rio Tâmega 2

O local de embarque deste trecho é a Ponte de Cavês. Percurso classe III localizado num vale profundo e isolado com acessos a pé. Tem uma extensão de 7 quilómetros e 60 metros de desnível. Este trecho é, de acordo com Rui Calado, o ambiente ideal para um *playboater*<sup>65</sup> quando se encontra com um caudal médio. Com rápidos espaçados e longos, passagens um pouco mais estreitas e alguns açudes. Com o caudal baixo, o percurso perde alguma atração, ficando demasiado *flat*<sup>66</sup>. O ambiente íntimo com uma natureza rude é inevitável.

O desembarque é na Ponte de Brumela, na estrada que liga Arco de Baúlhe a Atei.

## Rio Tâmega 3

Situado num vale aberto mas isolado, este trecho é também classe III com locais de classe 4. Tem 10 quilómetros de comprimento e 30 metros de desnível. Com local de embarque na Ponte de Brumela, o percurso apresenta semelhanças nas suas características com o trecho “Tâmega 2”. Os rápidos são mais espaçosos e os trens de ondas menos longos. O destaque vai para o açude maior que os outros que possibilita a formação de 4 ondas que podem tornar-se muito grandes (classe 4). O resto da navegação faz-se em classe II e III até à Ponte de Mondim de Basto, local de desembarque.

---

<sup>65</sup> Disciplina de kayak onde o canoísta executa vários movimentos técnicos num local específico. O *playboater* distingue-se do canoísta tradicional, pois o seu objetivo não é percorrer trechos completos de rios, mas sim navegar em um único local.

<sup>66</sup> Acontece com caudais pouco volumosos e correntes lentas. Normalmente formam-se longas piscinas.

## **Rio Tâmega 4**

O embarque dá-se na Ponte de Mondim de Basto, na N210 imediatamente à saída da localidade em direção a Celorico de Basto e Fafe. Num vale profundo e pouco acessível, o percurso varia muito em dificuldade consoante o caudal. O trecho é essencialmente classe IV com locais classe 5 e tem aproximadamente 7 quilómetros e 30 metros de desnível.

Com muita água o percurso torna-se muito atrativo, com correntes fortes e rápidos entrecortados por potentes rápidos nas zonas onde o rio é estrangulado por grandes paredes de granito. Na parte conclusiva do trecho está a passagem chave: “o trambolhão”, uma subida quebra de pendente (classe 5).

O desembarque dá-se na Praia Fluvial de Britelo (Vau).

## **Rio Tâmega 5**

O local de embarque é na Praia Fluvial de Britelo (Vau). Trecho localizado num vale aberto mas isolado à exceção dos últimos 5 quilómetros. É o maior dos trechos de canoagem no Rio Tâmega com 18 quilómetros apresentando um desnível de cerca de 30 metros. Percurso de classe III com zonas um pouco mais complicadas.

Grande parte do trecho é navegado em classe II com exceção de um rápido de ondas (classe 3+) que se encontra imediatamente a seguir à segunda ponte suspensa.

O local de desembarque é na Ponte de Amarante.

## 6- Caso de Estudo

### 6.1 – Metodologia

As entrevistas constituem uma parte fundamental deste trabalho. Ao contactar os praticantes das várias modalidades de águas bravas tentou-se conhecer os respetivos hábitos e comportamentos ao nível da prática de canoagem e da atividade turística na área de estudo. Foi possível também discutir as potencialidades e problemas da região na vertente da canoagem, turismo fluvial e cultural e abordar ainda algumas perspetivas relativamente ao futuro de alguns destes aspetos. Conhecer a área de estudo é crucial quando abordamos um tema como o turismo por isso foram necessárias várias deslocações a diversos pontos do rio Tâmega e seus afluentes ao longo de aproximadamente 14 meses.

O sistema de escolha dos pontos de visita assentou na tentativa de cobrir o máximo de território da bacia hidrográfica do rio Tâmega, sendo que em várias ocasiões fatores como o estado do tempo ou o tempo disponível condicionaram também esta opção. As épocas de maior precipitação são as ideais para encontrar praticantes de *kayak* no rio pois este apresenta um caudal maior e mais forte. Contudo é também nestes dias que há maiores problemas de acessibilidades, uma vez que alguns pontos de embarque para o rio têm fracas vias de acesso normalmente em terra batida.

**Figura 13 – Local de embarque no Rio Cabril, Mondim de Basto**



**Fonte:** Deslocação ao Terreno (06/04/2013)

Os contactos com os praticantes no terreno serviram para diálogo mais alargados e produtivos e para tirar fotografias aos equipamentos. Alguns praticantes disponibilizaram números de telefone de outros desportistas que visitam o rio Tâmega para a prática de canoagem e assim se desenvolveu uma teia de contactos que se estendeu até 22. Este número divide-se em 12 desportistas entrevistados no terreno; 6 por telemóvel; e 4 por correio eletrónico. Aqueles que responderam por correio eletrónico optaram por o fazer por se encontrarem indisponíveis no momento do contacto telefónico.

As entrevistas visaram identificar padrões ao nível das práticas dos utilizadores do rio Tâmega, assim como compreender os motivos que os levam a optar pelo Tâmega e região envolvente.

As entrevistas seguiam um guião comum que incluía os seguintes pontos:

- Concelho de residência
- Motivos de escolha do rio
- Trecho do Rio Tâmega de eleição
- Afluentes de eleição
- Se pratica individualmente ou em Grupo
- Atividade/desporto fluvial de eleição
- Número de vezes que pratica por mês
- Se visita outros rios
- Costuma pernoitar na região ou não
- Visita outros espaços turísticos ou não
- Aspetos a melhorar

As entrevistas via telemóvel e correio eletrónico foram as menos produtivas, limitando-se os entrevistados a dar respostas diretas e não se alongando na discussão dos tópicos. As respostas por correio eletrónico foram ainda as mais demoradas tendo sido necessário entrar novamente em contacto com alguns praticantes via telemóvel para solicitar a resposta.

Contrariamente à anterior situação, as entrevistas no terreno foram as mais produtivas, tendo sido mesmo abordados assuntos ligados à temática que não estavam previstos numa fase inicial. Por exemplo, observar os equipamentos usados pelo praticante e abordá-lo acerca dos vários produtos existentes no mercado. O tempo de entrevista variou com o método utilizado, assumindo-se as que foram efetuadas no terreno

como as mais longas (20 minutos aproximadamente). As conversas por telefone foram mais curtas, dependendo sempre do tempo disponibilizado pelos entrevistados (entre 5 e 10 minutos aproximadamente). A segurança é um assunto que os entrevistados sublinham como importantíssimo dada a exigência da modalidade das águas bravas e a complexidade da preparação para a descida (equipamento, noções de perigo e da escala de dificuldade de rio).

Os entrevistados foram contactados algumas vezes para esclarecer dúvidas ou para colocar novas questões. Estes contactos foram sobretudo por telemóvel sendo que dois ocorreram no terreno. Alguns praticantes abordados no terreno não quiseram responder ao questionário e outros contactados via correio eletrónico nunca chegaram a enviar as suas respostas.

Outro aspeto importante na metodologia foi a análise à imprensa local e regional visando conhecer e utilizar a informação veiculada nestes meios de comunicação no que diz respeito ao turismo e ao território. Como assinante do jornal trissemanal “Ecos de Basto” tenho acesso direto às suas edições, embora tenha recorrido ocasionalmente ao seu portal *online* para consultar informação de anos anteriores. Relativamente ao jornal mensal “O Basto”, as consultas no portal *online* foram mais frequentes que as leituras e análises das suas edições impressas.

## 6.2 – Análise e Discussão dos Dados Obtidos

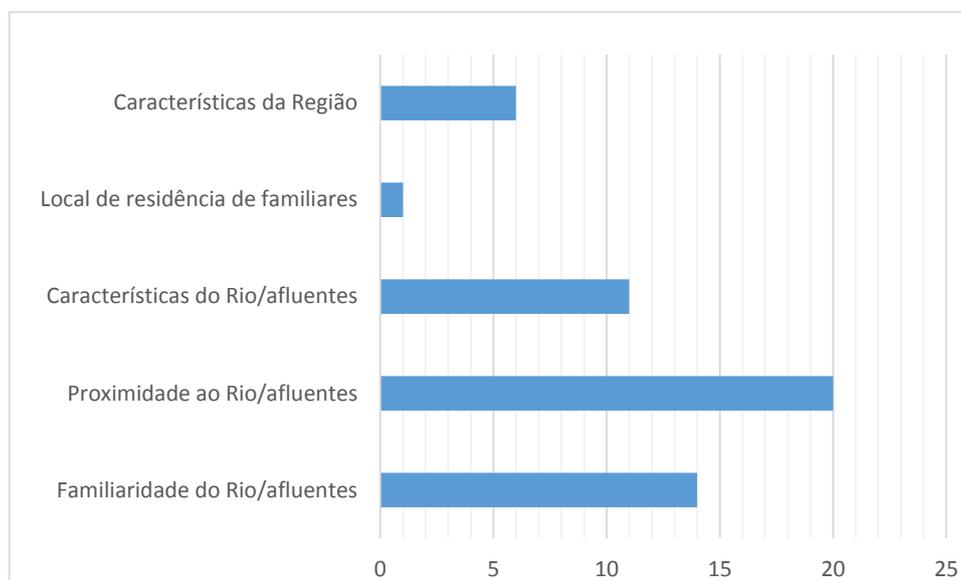
**Quadro 6 – Concelho de Residência dos entrevistados**

| Concelho de Residência | Nº de entrevistados |
|------------------------|---------------------|
| Mondim de Basto        | 8                   |
| Celorico de Basto      | 6                   |
| Fafe                   | 4                   |
| Braga                  | 2                   |
| Ribeira de Pena        | 2                   |

A amostra recolhida apresenta 16 praticantes da área de estudo e 6 (Fafe e Braga) que optam pelo rio Tâmega para praticar desporto fluvial. O concelho de Mondim destaca-se com o maior número de praticantes na amostra por várias razões. O número de deslocações ao território concelhio de Mondim de Basto foi o mais elevado sendo por isso maior a probabilidade de encontrar praticantes da área. A modalidade das águas

bravas em Mondim de Basto tem também uma forte tradição, assente no Grupo Tamecanos de Mondim de Basto (ver subcapítulo 6.2.1).

**Figura 14 – Motivos que levam os entrevistados a optar pelo rio Tâmega**



A área de estudo tem uma paisagem fundamentalmente rural. É também uma área com património considerável, sobretudo ao nível religioso com diversas igrejas e mosteiros nos vários concelhos. O aspeto cultural pode ser importante no processo de atração de praticantes de canoagem para o rio Tâmega, onde por exemplo as feiras do fumeiro, que atraem milhares de pessoas à região, devem ser aproveitadas para expor ao turista as potencialidades da região, e obviamente estimular o contacto com o rio e diferentes atividades que nele se realizam, como a própria canoagem mas também a pesca desportiva e a ecopista. Este aspeto está dependente de um forte trabalho de promoção por parte das entidades locais nos maiores centros urbanos do norte do país, procurando levar assim a imagem da região ao consumidor.

Do total da amostra, 6 pessoas elegem o rio Tâmega para a prática da canoagem pelas características regionais, que englobam a componente paisagística, a gastronomia e atividades culturais.

A rede hidrográfica do rio Tâmega tem, de acordo com alguns praticantes, ótimas condições para a prática da canoagem. Embora não seja o mais desafiador de Portugal, título que segundo alguns praticantes pertence ao Rio Paiva, o Rio Tâmega mesmo tendo

um leito largo e calmo em alguns locais, apresenta fortes correntes e trechos de interesse considerável. Os rios afluentes ao Tâmega são alvos mais atrativos para os praticantes, por serem linhas de águas mais acidentadas e rápidas e terem desafios que o próprio rio Tâmega não apresenta. Dentro da bacia do rio Tâmega, Calado (2005) identifica 5 rios com excelentes condições para a prática da canoagem, o rio Covas, o rio Beça, o rio Olo e o próprio rio Tâmega num total de 13 trechos. Para além destes os entrevistados enumeraram outros afluentes com capacidades para a canoagem: rio Peio, o rio Cabril, Ribeira de Cavez, rio Poio, rio Cabrão e a Ribeira de Cavez.

**Quadro 7 – Rios afluentes ao Rio Tâmega utilizados pelos entrevistados**

| Afluentes           | Nº de entrevistados |
|---------------------|---------------------|
| Rio Louredo         | 9                   |
| Rio Beça            | 14                  |
| Rio Peio            | 7                   |
| Rio Cabril          | 19                  |
| Ribeira de Cavez    | 2                   |
| Rio Olo             | 10                  |
| Rio Poio            | 1                   |
| Rio Cabrão          | 1                   |
| Ribeira de Moimenta | 1                   |

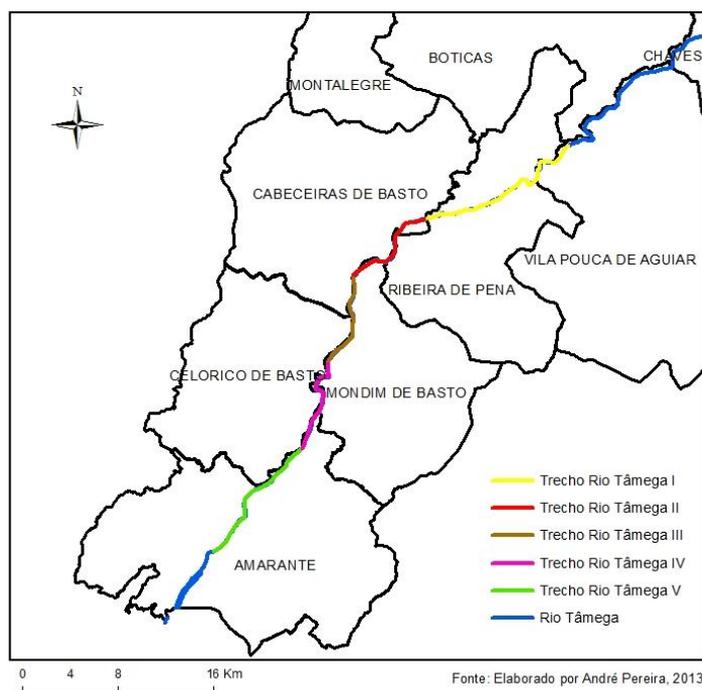
Os rios enumerados por Rui Calado (2005) acabam por ser os mais utilizados, exceção ao Rio Cabril que curiosamente é o que mais utilizadores atrai, por se localizar na área de Mondim de Basto, concelho com forte tradição na canoagem. O rio Peio, localizado no concelho de Cabeceiras de Basto, é opção por parte de sete do total dos praticantes entrevistados, nenhum residente no município.

A proximidade aos diferentes rios da bacia hidrográfica do rio Tâmega revelou ser o fator mais importante na escolha para a prática de canoagem ou outros desportos fluviais. Do número de entrevistados dezasseis residem na área de estudo, sendo que destes oito em Mondim de Basto, seis em Celorico de Basto e dois em Ribeira de Pena. Estes concelhos, todos banhados pelo rio Tâmega, têm alguns rios afluentes com condições para a prática de canoagem. Em Ribeira de Pena os rios Beça e Covas; em Mondim de Basto os rios Cabril e Cabrão. A concentração de praticantes nestas regiões

justifica a maior utilização destas linhas de água, deslocando-se por vezes um pouco mais para sul para o rio Olo em Amarante, ou para oeste para os rios de Cabeceiras de Basto. Relativamente ao rio Tâmega, dividido em cinco trechos (seguindo a divisão e classificação de Rui Calado), o trecho 4 (Ponte de Mondim de Basto – Praia de Britelo) destaca-se dos outros quatro de forma evidente ao ser escolhido por quinze praticantes. A proximidade a Mondim de Basto tem grande influência no número e é talvez, a par do trecho 1 (Ponte Santo Aleixo Além Tâmega – Ponte de Cavês), o mais desafiante percurso do Rio Tâmega (ver subcapítulo 5.4). São ambos classe IV (5) e assim sendo os alvos preferidos dos mais experientes e corajosos. O trecho Tâmega 4 beneficia ainda da proximidade ao rio Cabril, afluente mais apetecido da rede hidrográfica assim como o primeiro trecho que reuniu dez respostas por parte dos questionados e que também tem a vantagem da proximidade aos rios Beça e Covas, ambos destacados por Rui Calado na sua análise à bacia do rio Tâmega. Embora os dois trechos tenham condições semelhantes, a diferença entre o número de utilizadores dos dois trechos pode-se justificar pelo maior número de entrevistados oriundos da zona de influência do percurso 4 (Mondim e Celorico).

Relativamente aos restantes trechos, o percurso Tâmega 2 (Ponte de Cavês - Ponte de Brumela) reuniu também dez respostas, estando a diferença para o trecho 1 no grau de dificuldade (III); o trecho Tâmega 3 (Ponte de Brumela – Ponte de Mondim de Basto) tem uma dificuldade superior ao seu antecessor (III-4) e reuniu nove respostas. Já o último trecho, Tâmega 5 (Praia de Britelo – Ponte de Amarante), apenas recebeu a eleição por parte de seis praticantes. Porém este número pode ser pouco representativo, uma vez que nenhum praticante de canoagem de Amarante foi entrevistado.

**Figura 15 – Cinco divisões do Rio Tâmega para a prática de Kayak apresentadas por Rui Calado**



A proximidade ao rio tem uma relação direta com a sua utilização por parte dos entrevistados. Perante o panorama atual em que se sentem enormes dificuldades económicas, deslocações maiores são dispendiosas para os praticantes residentes na área de estudo, que perante rios atrativos e com boas condições para a prática se deixam ficar por locais mais familiares. Porém, isto não significa que os entrevistados residentes na área se limitem aos rios da rede hidrográfica do rio Tâmega. Não apenas estes mas também aqueles que não têm residência na área de estudo frequentam outros rios do Norte de Portugal (ver subcapítulo 6.2.2).

Seis entrevistados não residem na área de estudo, quatro residem em Fafe e dois em Braga. O rio Tâmega acaba por ser a sua escolha por razões diferentes. As características culturais e paisagísticas da região têm um grande peso pois estes movimentos representam por vezes uma fuga temporária ao ambiente do quotidiano. Teles (2012:27) refere que “o espaço assume lugar de destaque para a prática turística, já que é nele que a ação se passa e, no fundo, é a ideia de mudar de espaço que surge como grande motivadora das deslocações, pela possibilidade de fuga à rotina. A atração do espaço/destino impulsiona, também ela, o turista e o turismo”.

Os entrevistados referem este ponto concordando que os ambientes calmos ajudam a relaxar e descomprimir um pouco o *stress* urbano acumulado. Outra razão pela

opção pelo rio Tâmega são as próprias características da sua rede hidrográfica, essencialmente os afluentes, já que são mais rápidos e imprevisíveis.

A relação com o GTM também é uma das justificações apresentadas, aproveitando os tempos e dias livres para juntar os amigos residentes na área de estudo e ir para o rio. Um dos entrevistados aproveita por vezes para visitar familiares e praticar um pouco *kayak* no rio Tâmega.

Uma particularidade retirada deste estudo é que todos os entrevistados praticam *kayak* e sempre em grupo. Nas entrevistas ficou claro que a segurança do praticante de *kayak* deve ser tida mais em conta que a própria diversão. Andar em grupo pode ser uma forma de diversão mas é acima de tudo uma forma de prevenir acidentes. A partilha de experiências e troca de informação é muitas vezes uma forma de “bater terreno”, de ficar a conhecer que obstáculos podem surgir nas diferentes circunstâncias. Em caso de acidentes ou imprevistos, praticar em grupo pode ser a diferença entre a vida e a morte.

Mas também em outras atividades fluviais é importante andar acompanhado. Como já se referiu todos os entrevistados praticam *kayak*, mas apenas quatro praticam *Rafting* e quatro *Canyoning*. O *rafting* é um desporto onde a coordenação entre o grupo é essencial, e muitas vezes a desobediência de um membro pode significar o colapso da embarcação. Deve existir então uma harmonia e espírito de grupo para que o percurso seja concluído com sucesso.

**Figura 16 – Equipa de Rafting a embarcar no trecho Tâmega 3, Tamecanos 2013**

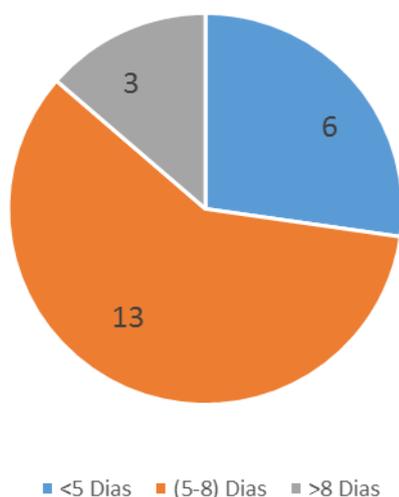


**Fonte:** Deslocação ao Terreno (23/03/2013)

O *kayak* é mais exigente que o *rafting* do ponto de vista da preparação física e mental do praticante. Embora cada um dos praticantes tenha um papel importante na descida de um rio em *rafting*, um deslize ou uma pequena desconcentração pode ser compensada pelo esforço de um colega mas no *kayak* os níveis de concentração devem ser máximos assim como a agilidade e resistência física de quem manobra a embarcação. Por ser tão desafiante, o *kayak* é bem mais apetecível que o *rafting* e o *canyoning*, este último apenas praticado por quatro elementos da amostra.

O *canyoning* é uma atividade que consiste na descida de um rio ou ribeira com recurso a técnicas e manobras de caminhada, escalada, destrepes<sup>67</sup>, saltos, tobogãs<sup>68</sup>, rapel e natação pelo leito. Os melhores rios para a prática desta atividade devem apresentar leitos rochosos e um grau de inclinação médio ou elevado. O grau de dificuldade pode variar consoante as características dos rios, porém o desafio não é habitualmente o que atrai os praticantes, mas sim a diversão. Na rede hidrográfica do Tâmega alguns locais podem ser apontados como ideais para a prática deste desporto: as Fisgas do Ermelo no rio Olo, o rio Poio; o rio Cabrão e a Ribeira de Cavez.

**Figura 17 – Número de dias por mês de utilização do Rio Tâmega para a prática de Águas Bravas**



<sup>67</sup> Descida delicada por blocos rochosos sem recurso a cordas.

<sup>68</sup> Pista natural formada pela erosão da água na rocha, ondulada e, geralmente, inclinada que pode ser usada para deslizar ou escorregar.

A distância entre o rio e o local de residência tem uma relação direta com os resultados obtidos neste ponto. Há uma predominância de praticantes que usam o rio Tâmega ou seus afluentes entre 5 a 8 dias por mês, mais precisamente 13. Ainda dentro deste grupo (5-8) a média de deslocamentos mensais é de 7,53, valor com representatividade uma vez que apenas dois dos treze elementos afluem 5 vezes por mês à região do rio Tâmega, deslocando-se os demais 8 vezes (número aproximado).

Do ponto de vista dos concelhos com maior número de entrevistados (Celorico de Basto e Mondim de Basto), os números surgem muito próximos porque são territórios com elevado grau de proximidade aos rios com aptidão para a prática de água bravas mas também devido à prática em grupo (que supera a prática individual) formados por vezes por praticantes de ambos os concelhos. Os fins-de-semana são os dias escolhidos pelos entrevistados para as deslocações ao rio, sendo o sábado o dia mais frequente logo seguido do domingo, dias fora do normal horário de trabalho. É importante ainda referir que estes dados se referem à época do ano em que os caudais são maiores, entre as primeiras chuvas do Outono e a chegada do Verão sendo que nos meses de Julho e Agosto estes valores decrescem um pouco. Estes meses são contudo mais flexíveis para a prática do *kayak* do que para o *rafting*. A diferença neste aspeto está ligada à fisionomia e manobrabilidade das embarcações, uma vez que um barco pneumático ou *raft* tem um tamanho muito superior, sustenta um peso muito maior e requer um caudal mais cheio que um *kayak* para o sucesso das várias manobras exigíveis. O *kayak*, melhor manobrável, pode descer um leito de menor caudal, porém o fator diversão diminui consideravelmente (sobretudo para canoístas mais experientes), resultado da perda de velocidade do rio. O rio Tâmega suporta ambas as atividades nos meses de Verão graças ao seu caudal mais forte mas os afluentes, cuja aptidão e desafio/dificuldade são maiores, perdem capacidade com a descida dos seus níveis caudalosos.

Relativamente aos entrevistados que têm residência fora da área de estudo, os fins-de-semana são também aproveitados para deslocações ao rio Tâmega e seus afluentes principalmente para a prática de *kayak*.

### 6.2.1 – Evento “Tamecanos”

O Grupo de Tamecanos de Mondim (GTM) é uma associação desportiva sem fins lucrativos cujos objetivos assentam na organização de diversas iniciativas de carácter lúdico e desportivo e no apoio e desenvolvimento de atividades na área cultural, desportiva e recreativa.

A comunidade de Mondim de Basto começou a prática da canoagem de águas bravas por volta de 1979, através de Francisco Xavier Machado. Depois em 1996 o Exmo. Sr. Prof. Fernando Carvalho Gomes criou o Clube Desporto Aventura, sendo considerado o mentor e dinamizador da prática da canoagem<sup>69</sup>.

Em 1999 o Clube adotou o nome de Grupo Tamecanos de Mondim de Basto crescendo e vencendo vários campeonatos nas diversas modalidades. Ao GTM juntaram-se praticantes dos concelhos vizinhos crescendo assim a modalidade na região.

A ligação ao Grupo de Tamecanos de Mondim tem peso na opção pela região de Basto e seus rios por parte destes praticantes que residem num contexto mais urbano como são as cidades de Fafe e Braga, este último centro urbano a cerca de 75km de distância dos rios em questão. Numa entrevista ao Jornal de Notícias em Março de 2011<sup>70</sup> (altura em que se realizou o evento anual “Tamecanos 2011”) Jorge Costa, um dos responsáveis pela organização, referiu que como “...comunidade pequena,...temos uma vivência do rio que mais ninguém tem, a nível de descoberta e de sensações”. A atividade tem a particularidade de atrair dezenas de praticantes de vários pontos do país e da Galiza, juntando praticantes de diferentes faixas etárias, classe profissional e social mas que ao mesmo tempo, como refere Jorge Costa “...se trata de uma atividade “descomplexada”, ou seja, a solidariedade e confiança no outro prevalecem em detrimento das desigualdades sociais ou géneros”. Para finalizar acrescenta ainda que a modalidade das águas bravas torna-se viciante pela adrenalina e libertação de endorfinas e pela componente física, o que ajuda a explicar as avultadas deslocações de parte de alguns praticantes.

O evento anual “Tamecanos” não sugere apenas o *kayak* e o *rafting* para quem nele participa, envolve várias atividades de cariz desportivo e cultural que vão desde caminhadas a corridas, passando por banhos quentes a provas de produtos regionais como o mel, broas de milho, azeites e vinhos.

---

<sup>69</sup> Informação disponível em <http://www.tamecanos.com/>

<sup>70</sup> Notícia disponível *online* em <http://artigosdiscussao.blogspot.pt/2011/03/rio-tamega-tamecanos-por-este-rio.html>

Embora receba o nome do Grupo Tamecanos de Mondim, o evento envolve várias instituições e empresas locais com as quais resultam algumas parcerias: o “Águas Hotel Mondim de Basto”, promotor e com funções na organização do “*Mini Trail Running Castroeiro Sr<sup>a</sup> da Graça 2013*”<sup>71</sup>, disponibiliza *packs* especiais onde se conjugam a participação nas corridas e as dormidas no próprio hotel. A região de Basto tem potencialidades para ser um dos principais *spots* da modalidade em Portugal pelas características físicas da região. “O imponente Monte Farinha está rodeado de fantásticos trilhos aptos para a modalidade de *trail running*, cenário ideal para uma viagem no tempo e espaço, representando um sério desafio ao atleta que queira colocar à prova as suas capacidades”<sup>72</sup>. A participação no *Mini Trail* oferece descontos para eventos futuros e do mesmo género, forma esta de captar incessantemente as atenções do atleta (que pode ser um turista) para a região.

**Figura 18 – Monte Farinha, Mondim de Basto**



**Fonte:** <http://pedestrianismo.blogspot.pt/> (acedido em 12/11/2013)

Nestes dias também ao nível da restauração se verificam alterações positivas. A preocupação por parte da organização do evento em orientar o turista neste período reflete-se na estrutura do programa. São aconselhados restaurantes, onde os praticantes têm a oportunidade de experimentar as iguarias gastronómicas regionais assim como outros produtos locais, cafés, pizzarias e espaços de diversão noturna. Ou seja, o comércio “prospera” nestes fins-de-semana anuais, e de acordo com alguns atletas de Mondim de

---

<sup>71</sup> Subdividida em três atividades de cariz competitivo: duas corridas, a primeira com aproximadamente 12km de extensão, de nível médio e a segunda com cerca de 18km de extensão, de nível de dificuldade elevado. A terceira é uma caminhada e corrida de 6km. Todas as atividades são realizadas unicamente no território concelhio de Mondim de Basto.

<sup>72</sup> Informação disponível em <http://ptradical.com/>

Basto já foi muito melhor, pois o cenário repetia-se muitas vezes por ano mas desvaneceu vítima dos efeitos que a crise económica.

O Pena Aventura Park, parque de atividades lúdico-desportivas situado em Ribeira de Pena, tem ocasionalmente participação no evento através de parcerias, podendo os participantes usufruir de certas atividades de forma gratuita ou mais barata.

As parcerias que o “Tamecanos” estabelece anualmente ajudam a projetar os nomes das empresas para territórios mais afastados, num mercado cada vez mais competitivo e com consumidores cada vez mais exigentes. Como refere Alvarenga (2012) num artigo de opinião<sup>73</sup>, esta é uma relação “ganha ganha”, nas quais as parcerias visam a elaboração de um projeto conjunto que resultará em vantagens para ambas as partes. Neste caso específico, em que o Grupo Tamecanos de Mondim e várias empresas se associam para a organização de um evento lúdico-desportivo, são vários as vantagens resultantes. Um bom programa, com atividades diversificadas, e também importante, em diversos locais da região, tem um papel determinante na atração de mais participantes, cujas inscrições são pagas, e que conseqüentemente vão experimentar as instalações e parques das empresas e vivenciar a paisagem e características da região. Para as empresas é importante que os clientes vivam experiências agradáveis e positivas, pois poderão ser traduzidas em futuros regressos e também servirão de meio de propagação nas suas áreas de influência.

Mas não são só empresas que se aliam e apoiam o encontro anual “Tamecanos”. As instituições locais também dão o seu contributo para que o sucesso da organização seja atingido, por exemplo, os Bombeiros de Mondim de Basto dão o seu apoio cedendo espaço para aqueles que não queiram pernoitar em hotéis ou pensões e para reuniões ocasionais. A autarquia local de Mondim de Basto fornece também o apoio necessário, facilitando o acesso a equipamentos e infraestruturas locais como o pavilhão municipal e a sede da Junta de Freguesia de Mondim de Basto.

A variedade de atividades disponíveis, que em 2013 incluiu a caminhada pela recente Ecopista do Tâmega, oferece ao turista várias escolhas, porém é sem dúvida a descida de rios em *kayak* ou *rafting* a mais procurada. Sendo uma região localizada na confluência de quatro serras (Barroso, Cabreira, Alvão e Marão) a oferta de percursos para a canoagem é muito variada, desde percursos para os mais amadores até percursos

---

<sup>73</sup> Bárbara Pereira Alvarenga, Assessora da Presidência da empresa UFLA Júnior Consultoria Administrativa da Universidade Federal de Lavras. Artigo disponível online em <http://www.uflajr.com.br/comunicacao-uflajr/noticias/uj-opina-a-importancia-das-parcerias-empresariais.html>

mais complexos e exigentes. Normalmente é listada nos programas uma série de percursos, dos quais apenas alguns são selecionados nos dias do evento dependendo das suas circunstâncias, ou seja, da velocidade e volume dos caudais.

**Figura 19 – Tamecanos 2012, atividade *Fantasticable* no Pena Aventura Park, Ribeira de Pena**

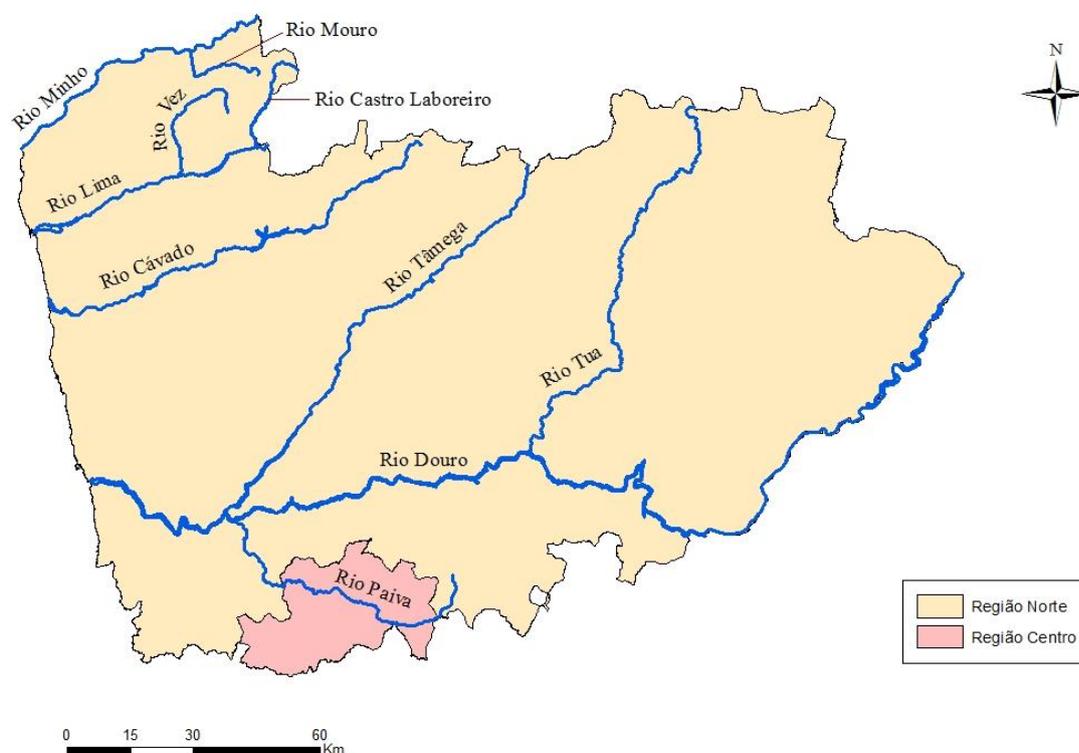


**Fonte:** Retirado da página oficial do *Facebook* do GTM (acedido em 12/02/2014)

### **6.2.2 – Outras deslocações para a prática de Águas Bravas**

Para além do rio Tâmega e dos seus afluentes os entrevistados indicaram outros rios portugueses que são alvo de constantes visitas para a prática da modalidade das águas bravas. O contexto das deslocações varia entre provas oficiais de canoagem, eventos de lazer anuais e a prática independente em deslocações em grupo ou individual. Durante a enumeração dos rios, os entrevistados forneciam informações complementares, importantes para a contextualização do rio e das suas características. Alguns rios foram pouco mencionados como o Minho por exemplo, outros muito indicados, como o Paiva e alguns rios que atravessam o Parque Nacional Peneda Gerês (Castro Laboreiro e Vez).

**Figura 20 – Rios do Norte de Portugal utilizados pelos entrevistados para a prática de canoagem<sup>74</sup>**



Fonte: Elaborado por André Pereira, 2014

## Rio Paiva

O rio Paiva é, segundo alguns praticantes um dos rios em Portugal que mais desafios oferece, no que à modalidade das águas bravas diz respeito. Rui Calado (2005) identifica oito trechos na bacia hidrográfica do rio Paiva, sendo que seis pertencem à linha do rio Paiva e os restantes a dois afluentes (rio Covo e rio Paivo). O rio tem as suas cabeceiras nas Serras de Leomil e da Lapa na zona de Moimenta da Beira. Embora seja um rio polivalente, uma vez que oferece percursos de diversos graus de dificuldade, as suas águas só são navegáveis numa fase mais adiantada do seu percurso. É considerado o verdadeiro clássico dos rios portugueses e conserva um caudal mais ou menos regular durante o ano.

<sup>74</sup> Embora não tenham sido mencionados (ou muito ao de leve) pelos entrevistados, a inserção dos rios Douro e Lima no mapa justifica-se pela contextualização de alguns dos seus afluentes.

Este rio é frequentado pela maior parte dos entrevistados, que justificam a escolha pelas características do rio, pela proximidade e pelas competições que se organizam na região. O “*Paiva Fest*”, o “maior evento de Kayak Extremo da Península Ibérica” de acordo com a revista *Visão*<sup>75</sup>, realiza-se anualmente pelo Clube de Canoagem e Águas Bravas de Portugal (CCABP) no rio Paiva, mais precisamente em Alvarenga, freguesia de Arouca. O festival segue as mesmas linhas de orientação que o “Tamecanos” mas numa escala maior, pois conta normalmente com mais participantes. Em 2012 cerca de 220 atletas de países como Portugal, Espanha, França, Polónia, Itália e Inglaterra participaram na prova<sup>76</sup>. Deste número, os três primeiros classificados (os dois primeiros classificados da prova masculina e a primeira da feminina) participaram no *Adidas SickLine* (realizado na Áustria, em Outubro de 2012), considerado o maior evento do Mundo da modalidade.

O rio Paiva detém ainda o mais famoso percurso de águas bravas em Portugal, a Garganta do Paiva. Localizado num vale muito isolado e de classe V (6) o trecho começa na Praia do Areinho e termina na Praia de Espiunca. A sua popularidade é tal, que os seus rápidos chegam a ser batizados. Rui Calado (2005:109) enumera alguns: “Serra Calos”, “Rápido Grande”, “As Marmitas”, “Rápido da Parede”, “O Salto”, “As Escadinhas”, “S” e “Os 3 Saltinhos”.

## **Rio Cávado**

Para além do rio Paiva, os entrevistados apontaram outros rios como destinos frequentes. O rio Cávado foi apontado por alguns do entrevistados como utilizado apenas ocasionalmente. O rio tem as suas cabeceiras na Serra do Larouco a 1500 metros de altitude, em Montalegre, e do seu curso apenas é destacado por Rui Calado um trecho com interesse para a prática do kayak. A zona mais a montante do rio Cávado seria muito interessante para a modalidade das águas bravas não fosse a existência de um dos mais importantes conjuntos de barragens do país. Este trecho, localizado em Covelo do Gerês e entalado no meio de duas barragens e alimentado principalmente por pequenos afluentes, é porém um dos mais interessantes percursos de kayak de Portugal quer pela componente paisagística, quer pela fisionomia do percurso (classe 5 (6)). As sucessivas

---

<sup>75</sup> Informação disponível em <http://visao.sapo.pt/>

<sup>76</sup> Informação disponível em <http://www.record.xl.pt/>

barragens neste rio tornaram o leito largo e lento, com pouco interesse para as águas bravas, mas não deixa de ser indicado para praticantes iniciados, com pouca experiência.

O evento “Tamecanos” incluiu em 2013 este trecho no seu programa, mas acabou preterido em função dos rios do Tâmega.

## **Rio Tua**

O rio Tua tem as suas cabeceiras em Espanha e designa-se neste território como rio Tuela. Com a linha de caminho-de-ferro do Tua (agora encerrada) como companhia, o rio atravessa uma região com características climáticas particulares resultantes da geomorfologia do Norte de Portugal. Para além disso em muitos locais o rio é de difícil acesso, onde a erosão fluvial formou grandes vales. Em 2010 o Grupo Tamecanos de Mondim formaram uma parceria com a secção Coordenadora de Afetados pelas Grandes Barragens e Transvases (COAGRET)<sup>77</sup>, com o CCABP e com o Clube de Canoagem de Fafe (CCFAFE) promovendo o evento “RIO TUA 2010 Águas Bravas Terra Quente”. O encontro seguiu a mesma ordem de acontecimentos que o “Tamecanos” e o “Paiva Fest” com atividades de *kayak*, *rafting* e caminhadas.

Rui Calado (2005:83) identifica os quatro quilómetros imediatamente antes da sua confluência com o rio Douro como classe IV (+4). Todavia este cenário vai mudar com a barragem que está a ser construída na foz do rio Tua<sup>78</sup>, ou seja, a aparição de uma albufeira que inundará o trecho apontado por Calado, situação semelhante à do rio Cávado.

---

<sup>77</sup> Associação sem fins lucrativos, fundada na primavera de 1995, com o objetivo de juntar numa mesma organização, várias associações, movimentos sociais e pessoas afetadas por grandes infraestruturas hidráulicas.

<sup>78</sup> Obra da responsabilidade da EDP iniciada em 2011 e com final previsto para 2016.

**Figura 21 – Vale do Tua, Trás-os-Montes.**



**Fonte:** João Sarmento, 2002.

### **Rio Castro Laboreiro**

Afluente do Rio Lima, o rio Castro Laboreiro tem as suas cabeceiras na Serra da Peneda. Suzanne Daveau (2003) refere-se à Serra da Peneda como variedade de paisagens, um maciço muito compartimentado e uma serra muito humanizada, com diferentes ocupações no Verão e no Inverno. O rio serve de fronteira com Espanha na parte final do seu percurso que termina no Lindoso.

Este rio é apontado pelos entrevistados como dos mais interessantes da região Norte de Portugal. Rui Calado (2005:28-38) divide o rio em dois trechos, em que o segundo estará no top 3 dos rios em Portugal.<sup>79</sup> Este é um rio muito utilizado pelos Tamecanos, entre os quais alguns dos entrevistados, e também por espanhóis. Por serem classe V, os trechos são difíceis de concluir e não aconselháveis a amadores da modalidade. O primeiro percurso inicia-se na ponte da localidade de Ameijoeira e termina em Ribeiro de Baixo, sete quilómetros depois. Situado num vale muito encaixado e isolado o trecho está repleto de saltos rochosos, cascatas e passagens estreitas, e deve ser

---

<sup>79</sup> Juntamente com a parte mais a montante do rio Vez e com o trecho do rio Cávado.

encarado com seriedade e extrema concentração. A segunda fase do rio é ainda mais exigente que a primeira. Inicia-se logo após o final do primeiro trecho e termina na Barragem do Lindoso. O sucesso neste trecho está dependente de uma forte técnica por parte do canoísta assim como de uma excelente preparação física e psicológica.

### **Rio Vez**

Com as cabeceiras a 1300 metros de altitude na Serra da Peneda, no Parque Nacional da Peneda Gerês, o rio Vez tem um percurso aproximado de 36 quilómetros até desaguar no rio Lima. A componente paisagística nesta região é muito interessante com grandes extensões de floresta e velhas matas. Dividido por Calado (2005:20-27) em quatro trechos, o rio Vez tem um intenso pendente na zona mais a montante, atenuando-se à medida que a altitude diminui.

O primeiro trecho é muito exigente e um dos mais desafiantes em Portugal segundo Rui Calado. Com apenas 3 quilómetros, tem uma dificuldade classe V+ (6) e é o percurso mais difícil que se pode encontrar em Portugal. É um rio que proporciona ao mais aventureiro dos praticantes uma descida nos limites, cujos reconhecimentos de saltos (alguns com 8 metros) e rápidos são essenciais para a conclusão do percurso. A dificuldade desce a partir do segundo trecho (classe IV+ (6)) com a divisão final a ter uma dificuldade de classe III+ (4).

Os elementos entrevistados elegem o rio Vez como um dos melhores rios em Portugal para a águas bravas sublinhando as peculiares características do rio como o argumento mais forte mas também a vertente da paisagem do Parque Nacional Peneda Gerês. Os acessos e as distâncias entre o rio e o local de residência dos entrevistados são um entrave ao crescimento do número de visitas ao rio Vez, que muitas vezes é preterido pelo rio Cávado ou por outros rios mais próximos.

### **Rio Minho**

Localizado no norte de Portugal, o rio Minho serve de fronteira com Espanha ao longo de 70 quilómetros (IFREMER, 2005), entre as localidades de Melgaço e Caminha. Serve de drenador de uma vasta região do norte de Espanha recebendo água de um grande número de afluentes permitindo-lhe ter um caudal volumoso todo o ano. Contudo o seu regime pode variar muito (entre 25m<sup>3</sup> e 300m<sup>3</sup> num só dia) no trecho fronteiriço, pois ele

é ditado pela barragem de Frieira, mas também pode atingir os 600m<sup>3</sup> num dia de forte precipitação (Calado, 2005:13). Mesmo sendo um rio mais caudaloso que os demais já apresentados, Rui Calado identifica dois trechos na zona de fronteira com interesse para a prática de kayak. Localizados na área de Melgaço, os percursos são classe III com desnível de 20 metros. De acordo com alguns dos entrevistados este rio não é para praticantes amantes de *creeking* (ou *steep creeking*)<sup>80</sup>, por ser demasiado volumoso, portanto mais aconselhável a que procura mais diversão e menos desafio. Existem porém alguns pontos interessantes com ondas, rolos fortes e a célebre “Onda do Minho<sup>81</sup>”, mas de uma forma geral esta parte do rio Minho caracteriza-se pelas suas águas calmas, aconselhável a praticantes com menor experiência.

Os elementos da amostra que afirmaram ter usado o rio Minho para o kayak, optam por vezes por pernoitar na zona, dada a distância considerável ao local de residência.

**Figura 22 – Rio Minho, área a montante de Monção**



**Fonte:** João Sarmento, Outubro de 2012.

## **Rio Mouro**

O rio Minho pode não ter o desafio desejado pelos mais ambiciosos, mas um dos seus afluentes portugueses, o rio Mouro, pode ser a resposta para eles. Imediatamente a seguir ao segundo trecho do rio Minho, conflui na margem esquerda um rio que se

---

<sup>80</sup> Descida em kayak de caudais pouco volumosos e águas pouco profundas. Relacionado com uma vertente mais extrema da modalidade de águas bravas.

<sup>81</sup> Onda que se forma com o caudal a 125 m<sup>3</sup>, ampla e suave, ideal para um surf ou manobras horizontais.

precipita por um vale fechado e muito desnivelado (140 metros numa área mais a montante e 70 metros mais a jusante) em direção a Oeste e numa fase mais terminal a Norte.

Dos seus aproximados 30 quilómetros de extensão, 10 têm potencial para a prática de Kayak. Este trecho pode ser subdividido em dois, sendo o primeiro o que vai de Cela a Riba de Mouro com 8 quilómetros e classe IV (5) e o segundo, um complemento ao primeiro, mais exigente (classe V (6)), até Ponte Nova. Este rio é, de acordo com alguns dos entrevistados um melhor desafio que o rio Minho, de características muito diferentes e que deve ser abordado de forma prudente, principalmente a parte final do trecho identificado por Rui Calado (2005:16) onde os pendentes são bastante acentuados e algumas passagens muito exigentes e perigosas.

### **6.2.3 – Comportamento Turístico dos Entrevistados na Área de Estudo**

Como região de transição entre o Litoral Norte e o Interior de Trás-os-Montes, os concelhos que compõem as Terras de Basto assumem características contínuas e homogéneas, com semelhanças nos elementos paisagísticos e culturais, em que o rio Tâmega, um elemento aglutinador e de forte identidade, assume uma importante posição territorial. A área de estudo tem a capacidade de proporcionar a quem a visita uma variedade de opções turísticas como elementos de cariz religioso, passando por ecopistas e pistas de pesca desportiva (ou apenas pesca de lazer em qualquer rio da rede), e eventos de carácter cultural como feiras do fumeiro e exposições (ver subcapítulo 5.2).

Um dos pontos importantes deste trabalho é perceber que tipo de comportamento turístico os entrevistados têm para além da prática da modalidade das águas bravas na região.

Apenas 6 do total dos entrevistados (22) não são residentes na área de estudo. De uma forma geral, todos os praticantes abordados concordam que a região apresenta uma série de atratividades culturais e patrimoniais que podem ser conectadas à prática da modalidade das águas bravas num contexto turístico. Contudo, nas suas perspetivas este é um cenário que não se vislumbra.

Ao longo dos últimos anos têm-se realizado alguns estudos que avaliam a situação dos municípios portugueses ao nível da qualidade de vida, dos negócios e da atividade turística. Estes trabalhos tentam representar através de *rankings* os resultados obtidos

facilitando a discussão do desenvolvimento económico e social dos 308 municípios portugueses.

O Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social (ODES) da Universidade da Beira Interior tem efetuado alguns estudos no âmbito da análise da qualidade de vida e desenvolvimento económico e social dos municípios. Em 2007 publicou o trabalho “Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: Proposta Metodológica com vista à sua Mensuração e Ordenação”; em 2009 “Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social ou de Bem-Estar dos Municípios do Continente Português” e em 2012 “Os Municípios e a Qualidade de Vida”. Estes estudos procuravam criar um indicador que permitisse quantificar e classificar os municípios em termos de qualidade de vida ou nível de desenvolvimento económico e social.

**Quadro 8 – Situação dos Municípios da área de estudo nos estudos realizados pelo ODES da Universidade da Beira Interior**

| Municípios           | Ranking Geral (2007) | Ranking Geral (2009) | Ranking Geral (2012) |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Amarante             | 142º                 | 197º                 | 281º                 |
| Chaves               | 162º                 | 191º                 | 214º                 |
| Cabeceiras de Basto  | 182º                 | 270º                 | 245º                 |
| Vila Pouca de Aguiar | 237º                 | 265º                 | 279º                 |
| Celorico de Basto    | 241º                 | 273º                 | 306º                 |
| Ribeira de Pena      | 244º                 | 276º                 | 236º                 |
| Montalegre           | 258º                 | 263º                 | 185º                 |
| Mondim de Basto      | 263º                 | 239º                 | 167º                 |
| Boticas              | 271º                 | 211º                 | 240º                 |

**Fonte:** Dados extraídos dos documentos oficiais “*Os Municípios e a Qualidade de Vida*” e “*Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: Proposta Metodológica com vista à sua Mensuração e Ordenação*”.

Levando em conta o universo de 308 municípios, em 2007 apenas Amarante se posicionava na primeira metade da tabela (142º), sendo mesmo este a melhor posição alcançada por qualquer município da área de estudo nos três *rankings* efetuados pelo ODES da Universidade da Beira Interior. Cabeceiras de Basto surge em 2007, como o município das Terras de Basto melhor classificado, situação que mudou nos estudos seguintes. O estudo de 2012 revela que a situação dos municípios, de uma forma geral,

piorou. Mondim de Basto ocupou a posição mais elevada (167º) da área de estudo, superando os maiores centros urbanos (Amarante e Chaves) que registaram quedas abruptas.

Em 2014 a “*Bloom Consulting*”<sup>82</sup> publicou o *Portugal City Brand 2014*, onde foram avaliados e ordenados os 308 municípios portugueses com base em três dimensões: Negócios (diretamente ligado ao desenvolvimento empresarial no município); Visitar (ponto dedicado à atividade turística no município, onde são tido em conta a taxa de ocupação hoteleira, a animação turística e a cultura); e Viver (relacionado com a qualidade de vida dos munícipes, à taxa de desemprego, à educação e poder de compra).

Este *ranking* apresenta a situação atual dos municípios da área de estudo nestes três parâmetros, verificando-se que a região de Basto ocupa o fundo da tabela. De acordo com o jornal local “O Basto”<sup>83</sup>, este estudo ao avaliar e classificar a eficácia dos municípios das Terras de Basto, evidenciou grandes dificuldades na consolidação da marca “Região de Basto” o que deve servir de alerta para as autarquias e associações locais.

**Quadro 9 – Situação dos Municípios da área de estudo no ranking *Portugal City Brand 2014***

| Municípios           | Ranking Norte |         |       |       | Ranking Geral Nacional |
|----------------------|---------------|---------|-------|-------|------------------------|
|                      | Negócios      | Visitar | Viver | Geral |                        |
| Chaves               | 40º           | 17º     | 20º   | 19º   | 61º                    |
| Amarante             | 29º           | 28º     | 19º   | 20º   | 62º                    |
| Montalegre           | 56º           | 26º     | 55º   | 41º   | 128º                   |
| Mondim de Basto      | 63º           | 44º     | 76º   | 57º   | 202º                   |
| Vila Pouca de Aguiar | 61º           | 55º     | 59º   | 59º   | 208º                   |
| Boticas              | 77º           | 46º     | 73º   | 62º   | 218º                   |
| Cabeceiras de Basto  | 38º           | 77º     | 50º   | 71º   | 259º                   |
| Celorico de Basto    | 43º           | 77º     | 62º   | 76º   | 269º                   |
| Ribeira de Pena      | 83º           | 77º     | 73º   | 84º   | 299º                   |

**Fonte:** Dados extraídos do documento oficial *Portugal City Brand 2014*

A análise do quadro permite evidenciar três situações diferentes. Do ponto de vista nacional, apenas dois municípios da área de estudo se evidenciam dos demais, Chaves e Amarante, os dois maiores centros urbanos da área. Em comparação aos dados obtidos

<sup>82</sup> Marca internacional com estudos publicados em diversos meios de comunicação internacional como o “*The Economist*”, o “*Forbes*” e “*CNN*”.

<sup>83</sup> Edição nº107 – 28 de Fevereiro de 2014

pelos estudos do ODES da Universidade da Beira Interior relativos a estes dois municípios, evidencia-se uma grande diferença nas classificações. Enquanto que para o ODES, Chaves e Amarante foram em 2012, respetivamente, os 214º e 281º municípios com melhor qualidade de vida e desenvolvimento económico e social, dois anos depois para a *Bloom Consulting* Chaves surge na 61ª posição e Amarante na 62ª. As classificações resultantes deste estudo parecem espelhar melhor a situação destes territórios porque para além de constituírem importantes centros urbanos na região Norte, são também no contexto da área de estudo, as áreas urbanas de referência com desenvolvimento turístico mais acentuado.

A segunda situação que se deve sublinhar é a de Montalegre que graças à vertente do turismo, mas também ao equilíbrio nos outros dois fatores, consegue uma posição razoável no ranking nacional, onde surge na primeira metade, mesmo não sendo um centro urbano de grandes dimensões. O turismo de Montalegre surge na 26ª posição na região Norte (86 municípios) sendo superada apenas por Chaves no panorama da área de estudo.

A terceira e última parte da tabela engloba as Terras de Basto e o Município de Vila Pouca de Aguiar. Quer os valores emergentes neste estudo, quer os resultantes dos estudos da ODES da Universidade da Beira Interior constituem uma situação alarmante para a região, pois espelham um conjunto de problemas socioeconómicos que merecem especial atenção das entidades locais. O desemprego na região aumentou ligeiramente entre os anos de 2012 e 2014 (Jornal O Basto)<sup>84</sup> acentuando a carência de poder de compra da população. Mondim de Basto, Boticas, Celorico de Basto e Ribeira de Pena apresentam valores preocupantes neste aspeto em que a qualidade de vida das populações são visadas. Ao nível dos negócios, Ribeira de Pena, que se apresenta em antepenúltimo lugar no ranking norte geral, evidencia um grave registo (83ª posição) assim como Boticas.

Relativamente ao segundo parâmetro, relacionado ao Turismo e com maior importância neste trabalho, Cabeceiras e Celorico de Basto juntamente com Ribeira de Pena devem rever as suas políticas de atração turística pois ocupam o 77º lugar num total de 86 municípios. É inegável que estes territórios têm potencial de atração turístico, mas este número mostra que as estratégias elaboradas pelo poder local não estão a funcionar. Mondim de Basto, neste parâmetro, posiciona-se no 44º lugar na região norte e no 4º na área de estudo e Boticas surge apenas 2 lugares acima de Mondim de Basto no Norte de

---

<sup>84</sup> Artigo disponível *online* em <http://www.jornalobasto.com/>

Portugal. Ao nível distrital é importante fazer alguns apontamentos. No ranking do distrito de Braga, liderado por Braga e Guimarães, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto respetivamente, posicionam-se nos últimos lugares graças aos fracos valores nas três categorias. O mesmo acontece com Ribeira de Pena, que preenche o penúltimo lugar do ranking de Vila Real superando apenas Murça.

É necessário que numa época de grandes dificuldades económicas, os atores locais percebam a preocupante situação da região relativamente ao turismo, olhem para o mapa e procurem entender porque é que territórios tão próximos e homogéneos são tão diferentes. Estes estudos devem constituir um alerta, ponto de partida para uma reflexão local e regional para potenciar o crescimento socioeconómico. É difícil para estes territórios interiores competirem com os grandes centros urbanos, pelas diferenças na variedade, acessibilidades, distâncias e alojamento. Mas é possível atingir uma posição mais “equilibrada”.

Uma análise à edição nº430 do Jornal “Ecos de Basto”<sup>85</sup> do dia 3 de Março de 2014 (26 páginas) permite identificar 17 notícias dedicadas a eventos culturais e desportivos com fins turísticos: caminhadas, passeios de motas e BTT, festa do fumeiro, fins-de-semana gastronómicos, feiras do livro, leilões de carnes, novas atrações culturais<sup>86</sup> e alusões à qualidade da restauração. Destaque ainda para a notícia acerca da promoção da Festa da Orelheira e do Fumeiro de Cabeceiras de Basto no Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

Esta edição do Jornal “Ecos de Basto” contradiz a informação avançada pelo estudo “*Portugal City Brand*”. Se existe variedade de eventos e ainda assim os números da *Bloom Consulting* são baixos é necessário identificar o problema e tentar resolvê-lo. Tendo em conta que grande parte das notícias avaliadas focam eventos no território concelhio de Cabeceiras de Basto, é pertinente levantar a questão: onde pernoitam os turistas e visitantes?

---

<sup>85</sup> Jornal trimestral que foca a atualidade das Terras de Basto, especialmente o concelho de Cabeceiras de Basto

<sup>86</sup> Descoberta de uma pintura de grandes dimensões (7,5 metros de altura e 2,9 metros de largura) da segunda metade do século XVIII e que cobre o altar-mor do Mosteiro de São Miguel de Refojos.

**Quadro 10 – Tipo de Unidade Hoteleiras e Número de Camas disponíveis nos Municípios das Terras de Basto<sup>87</sup>**

| Alojamento           | Mondim de Basto |             | Cabeceiras de Basto |             | Celorico de Basto |             | Ribeira de Pena |             |
|----------------------|-----------------|-------------|---------------------|-------------|-------------------|-------------|-----------------|-------------|
|                      | Quantidade      | Nº de Camas | Quantidade          | Nº de Camas | Quantidade        | Nº de Camas | Quantidade      | Nº de Camas |
| Hotéis               | 2               | 188         | 0                   | 0           | 0                 | 0           | 1               | 20          |
| Casas de Campo       | 4               | 20          | 1                   | 10          | 2                 | 53          | 1               | 8           |
| Agro-Turismo         | 1               | 14          | 0                   | 0           | 2                 | 20          | 0               | 0           |
| Parques de Campismo  | 1               | 150         | 2                   | 120         | 1                 | S/l         | 1               | S/l         |
| Turismo de Habitação | 0               | 0           | 16                  | 51          | 3                 | 48          | 1               | 4           |
| <b>Total</b>         | <b>8</b>        | <b>372</b>  | <b>19</b>           | <b>181</b>  | <b>8</b>          | <b>121</b>  | <b>4</b>        | <b>32</b>   |

**Fonte:** Portal *online* do Turismo do Porto e Norte de Portugal (acedido em 30/03/2014)

Os municípios das Terras de Basto têm alojamento de turismo rural espalhado pelas suas freguesias, mas para um turista que tenha preferência por alojamento em hotéis ou pensões, já são poucas as opções. Mondim de Basto tem, neste contexto, a vertente hoteleira mais desenvolvida. Para além da rede de casas de turismo rural, a vila de Mondim possui dois hotéis: o *Água Hotels Mondim de Basto* e o *Mondim Hotel & Spa*, 4 e 3 estrelas respetivamente e maior capacidade de satisfazer o turista com a variedade de opções de alojamento, cenário que não se repete nos outros concelhos. No caso de Cabeceiras de Basto, a vila de Mondim de Basto fica a uma distância de 21 quilómetros (cerca de 30 minutos de automóvel); Celorico de Basto apenas 9 quilómetros; e Ribeira de Pena, que tem um hotel (Hotel de Cerca, 2 estrelas) mas poucas opções de alojamento, distancia 32 quilómetros. É possível que turistas que visitem qualquer dos municípios da região optem pelos hotéis de Mondim, a alguns quilómetros de distância, em vez das suas pensões ou casas de turismo rural.

Este é um ponto que alguns entrevistados defendem, isto é, a insuficiência e incapacidade de alguns pontos da região em oferecer qualidade de alojamento aos visitantes. Cabeceiras de Basto detém, por exemplo, uma importante pista de pesca desportiva, em Cavez, que recebe provas oficiais e convívios anualmente e que incluem centenas de visitantes, que não têm muitas opções de alojamento.

<sup>87</sup> Relativamente aos parques de Campismo de Cabeceiras de Basto o número de vagas apresentado refere-se apenas ao Clube de Campismo Valsereno uma vez que se desconhece o do Parque de Campismo da Quinta da Alijó. O número de quartos apresentado no turismo de habitação de Cabeceiras de Basto apenas engloba 5 casas já que não se conhece o dos outros edifícios. Também não existem informações no portal do Turismo do Porto e Norte de Portugal sobre o número de vagas dos parques de campismo de Celorico de Basto e Ribeira de Pena.

Os entrevistados que não habitam na área de estudo referem que ocasionalmente passam o fim-de-semana na região do rio Tâmega, quase sempre em Mondim de Basto, optando por fins-de-semana com precipitação, pois o volume dos caudais aumenta nestes períodos. Embora visitem rios dos vários concelhos, Mondim de Basto é o município que maior número de camas e maior número de opções de alojamento apresenta (quadro 10), e onde os seus dois hotéis assumem uma posição privilegiada, o que tem um peso importante na tomada da decisão. O evento “Tamecanos”, que engloba dezenas de praticantes do Norte de Portugal mas também alguns de outras áreas do país e mesmo Espanha, permite que os visitantes pernoitem nas instalações do Bombeiros de Mondim de Basto. Mas outros optam por uma noite mais confortável, dada a exigência física da modalidade das águas bravas, escolhendo os hotéis de Mondim, que se aliam aos Tamecanos criando pacotes especiais e mais económicos. É portanto um conjunto de iniciativas que visam a atração de praticantes de várias modalidades mas também a satisfação da população local, que interligadas resultam em vantagens para todas as partes.

Também é opinião de alguns praticantes entrevistados que Mondim de Basto assume uma posição geográfica estratégica, central no panorama das Terras de Basto. O menor desenvolvimento da vertente hoteleira dos municípios vizinhos (que de acordo com a *Bloom Consulting* é um fator de avaliação muito importante no valor da classe *Visitar*) acaba por ser benéfico para os hotéis de Mondim de Basto e para o próprio município. Não só o turista passa a noite em Mondim, como forçosamente acaba por conhecer a área, acabando por despertar curiosidade e usufruir de outros serviços.

Relativamente às atividades culturais do praticante na área de estudo, de uma forma geral, é bastante ativa mas algo concentrada. Alguns dos praticantes mostraram algum interesse pela Etapa da Volta a Portugal em bicicleta que sobe o Monte Farinha referindo que a etapa é mesmo a “galinha dos ovos de ouro” do concelho de Mondim de Basto já que nestes dias a população de Mondim de Basto se multiplica, as unidades hoteleiras, parques de campismo e restauração ficam esgotados. Passando por vezes também por Cabeceiras de Basto, este segmento da Volta, que normalmente coincide com um fim-de-semana de Agosto (época em que emigrantes passam férias em Portugal), serve também de meio de propagação dos nomes destas localidades, levando-os a todo o país.

A gastronomia regional é outra das forças das Terras de Basto pelas suas características peculiares. Esta é “...uma região de campos férteis que produzem um forte

vinho verde.” (Ellingham, M et al. 2002:330), mas também o mel, o azeite, as carnes fumadas que têm direito a feira especial nos diferentes concelhos assim como a tradicional festa das papas em Cabeceiras de Basto. São variados os cozinhados típicos da região, que de acordo com os entrevistados merecem da parte das autarquias e das associações uma boa promoção perto dos grandes polos urbanos, para que estes não passem despercebidos.

Relativamente a exposições e museus os entrevistados responderam que mesmo existindo vários, são poucas as vezes que fazem visitas. Uma excelente oportunidade para a dinamização de alguns museus surgiu recentemente, a ecovia do Tâmega que tem um dos seus vértices no Núcleo Ferroviário do Arco de Baúlhe, parte do Museu das Terras de Basto. A ecovia deve ter um papel de conexão intermunicipal permitindo aos habitantes, mas também aos turistas, conhecer e aceder a espaços culturais dos diferentes concelhos, quer através de informação afixada ao longo do percurso quer através da transformação e requalificação das estações e apeadeiros desativados em novos espaços que reflitam a identidade local. O surgimento da ecopista, é segundo os praticantes entrevistados o surgimento de um novo desafio para todas as partes. Para eles mesmos, que de uma forma geral, ambicionam percorrê-la, mas sobretudo para as autarquias que a devem rentabilizar, conectando-a à totalidade das Terras de Basto.

#### **6.2.4 – Desafios e Aspetos a Melhorar**

O ordenamento do território tem um papel determinante no quotidiano das sociedades. Atualmente com o ciclo de reformas do Estado e menor intervenção nas economias por parte do mesmo, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, conseqüente globalização e mercados cada vez mais competitivos, os territórios estão perante um desafio mais exigente (Alves, 2008).

Tal como refere Lopes (2001) competitividade territorial é a capacidade de uma dada comunidade territorial para assegurar as condições económicas do desenvolvimento sustentado, que deve ter como pilares a inovação, a concorrência e estratégia e as TIC.

Portugal apresenta-se como um país com uma realidade socioeconómica assimétrica, com fortes contrastes Litoral/Interior mas também Norte/Sul (Silva e Ribeira, 2013). Não sendo exceção, a área de estudo, localizada numa zona de transição entre o litoral e o interior, está perante uma situação de contraste com o litoral. É com este

panorama que os atores do poder local têm de lidar, procurando tornar ou manter os territórios competitivos baseando-se preferencialmente em recursos e produtos locais.

A massificação do turismo de Sol, Praia e Mar em Portugal deve ser interpretado como uma oportunidade de levar o turista para zonas mais interiores, onde a densidade humana é inferior, o ambiente menos transformado e mais calmo e o contacto com a água e atividades de lazer são também possíveis, por exemplo nas praias fluviais. Este é para os entrevistados o grande desafio, atrair as pessoas para o rio, que pressupõe um conjunto de requisitos que dependem muito das políticas das autarquias locais, das associações e da própria população.

Um dos entrevistados afirmou que uma relação intermunicipal entre os concelhos das Terras de Basto deve ser chave. Um cenário em que há pouca interatividade entre os municípios é pouco producente. Um importante passo já foi dado com a construção da ecovia do Tâmega (em que os custos foram repartidos entre as diversas autarquias), se bem que os esforços devem acompanhar todas as iniciativas. Este praticante entrevistado, teve a iniciativa de fazer um levantamento das levadas<sup>88</sup> que serviram (e que algumas ainda servem) o regadio dos campos de cultivo dos concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Amarante. Quintal (2010:01-21) refere que as levadas são “ (...) uma expressão viva de como foi possível a intervenção humana sem criar ruturas significativas no funcionamento dos ecossistemas (...)” e que a sua transformação para percursos temáticos “ (...) permitirá ao turista um contacto mais enriquecedor com a diversidade da paisagem (...)”. O estado de conservação de algumas merecia especial atenção pela acentuada degradação mas uma requalificação poderia dar de novo vida àqueles canais que desaguam as suas águas no Tâmega e afluentes. De acordo com o mesmo, são muitos quilómetros de extensão e seria necessária uma limpeza devido a plantas invasoras e material acumulado em alguns pontos. A ideia final seria criar uma série de trilhos destinados ao pedestrianismo, um pouco à semelhança do que já acontece na Madeira, que cruzariam serras, vales e aldeias das Terras de Basto e Amarante. Levada a ideia até às entidades locais, as respostas surgiram, mas ainda não foi possível avançar com o projeto.

As acessibilidades a alguns pontos dos rios são um problema também. São sobretudo caminhos em terra batida, que no inverno se deterioram com precipitações. Alguns trechos do rio são apenas acessíveis a pé, o que para os praticantes da modalidade

---

<sup>88</sup> Canal construído para conduzir água para regadio ou moagem

das águas bravas é incomportável devido ao peso do equipamento, não permitindo mesmo o acesso de veículos de todo o terreno.

Relativamente às acessibilidades é importante que os próprios municípios apresentem uma rede de estradas em bom estado, situação que não se verifica em certos pontos da área de estudo. De acordo com o jornal mensal “O Basto” a ampliação da rede viária de Cabeceiras de Basto não tem sido acompanhada por uma adequada manutenção, sendo muitos os locais (incluindo estradas nacionais funcionam como portas de entrada para a região) em que os pisos apresentam um nível de degradação acentuado.

Em 1984, seis anos antes do encerramento da Linha Ferroviária do Tâmega, foi acordada a construção de uma via estruturante de vital importância para a Região de Basto entre a autarquia de Celorico de Basto e o então denominado Ministério do Equipamento Social. A variante viria compensar o encerramento da via-férrea do Tâmega porém, passados 30 anos, apenas 17 quilómetros estão concluídos (Amarante- Celorico de Basto) estando em falta cerca de 9700 metros, distância de Celorico de Basto ao Arco de Baúlhe. Os autarcas dos municípios da Região de Basto têm feito pressão para a conclusão da infraestrutura, e segundo Humberto Cerqueira, Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto a ligação é necessária e absolutamente fundamental. A variante terá uma ligação a Mondim de Basto (cerca de 3 quilómetros), município que de acordo com Humberto Cerqueira “está pior servido em termos de acessibilidades” e cujo desenvolvimento está dependente da conclusão da obra<sup>89</sup>. A Variante do Tâmega permitirá a ligação entre dois eixos rodoviários fundamentais do Norte de Portugal – o IP4 e a A7 -, com ligações a Espanha, e favorecerá as comunicações entre os Municípios das Terras de Basto<sup>90</sup> mas também aproximará a região aos principais centros urbanos. Um indivíduo que necessite de se deslocar a Mondim ou a Celorico não o pode fazer por autoestrada, pelo menos completamente porque os troços de saída da A7 na região são em Cabeceiras de Basto e Ribeira de Pena. Daí em diante a única opção é utilizar as estradas nacionais 210 para Celorico de Basto e 304 para Mondim de Basto, isto para quem sai em Cabeceiras de Basto. De Ribeira de Pena para Mondim de Basto a Estrada Nacional 312 é a melhor opção. A relação distância/tempo ainda é um problema para algumas localidades da região, principalmente para Celorico de Basto e Mondim que se vêm distanciadas das principais áreas urbanas do país, locais onde está o turista que importa atrair. Do ponto de vista de duas capitais de distrito, Vila Real e Braga estão a

---

<sup>89</sup> Informação disponível em <http://portocanal.sapo.pt/> e <http://www.radioregiaodebasto.com/>

<sup>90</sup> Informação disponível em <http://www.jornalobasto.com/>

uma distância aproximada destes municípios de 45 e os 75 quilómetros, respetivamente, e Guimarães, importante centro urbano e turístico, está a aproximadamente 50 quilómetros. São distâncias consideráveis, tomando em conta que o tempo para as percorrer. Deste modo, é importante que se continue a investir, melhorar e conservar as vias rodoviárias, sobretudo a conclusão da Via do Tâmega, aproximando assim os vários municípios da região aos grandes centros urbanos não só do Norte, mas de todo o país.

Alguns entrevistados referiram a importância que as associações podem ter na promoção da região, através da realização de eventos desportivos e culturais, à imagem de alguns já referidos como o “Tamecanos” e o “Paiva Fest”. É importante que as associações procurem o apoio das autarquias locais e de comerciantes com quem podem ser realizados protocolos e acordos com vantagens para ambas as partes.

As praias fluviais localizadas em vários pontos da rede hidrográfica do rio Tâmega atraem centenas de pessoas<sup>91</sup>, muitas das quais procuram um cenário aquático e um ambiente mais calmo do que as praias do litoral. Estas áreas constituem um motivo de atração de turistas que procuram ambientes mais calmos mas são pontos onde as populações locais e emigrantes se aglomeram e procuram o convívio e o lazer. Altamente procuradas, estes espaços devem estar providos de alguns equipamentos e infraestruturas complementares, como balneários, bares, mesas de merendas e todo um conjunto de objetos de apoio ao banhista. Seria interessante que utilizadores destes espaços sem experiência tivessem a oportunidade de experimentar embarcações, podendo despertar a vontade de aprender e praticar mais vezes. Contudo esta atividade teria de acontecer em trechos calmos pois uma praia com rochas no leito do rio, ou com um caudal forte e imprevisível pode representar perigo para o praticante.

Para além do já abordado problema do desenvolvimento hoteleiro na região, seria preciso olhar para a modalidade das águas bravas e as potencialidades que a região demonstra e inseri-las na atividade cultural da região. De acordo com alguns entrevistados seria interessante que o praticante que se dirigisse à região para utilizar o rio Tâmega ou os seus afluentes para a prática de águas bravas se sentisse motivado e atraído a experimentar outras atividades e participar na cultura regional, provando a gastronomia e sabores locais e convivendo nos eventos culturais. Tudo isto requer uma forte promoção da região e respetivas potencialidades nos maiores polos urbanos do norte de Portugal, não descurando o país na sua totalidade onde o nome da região de Basto deve também

---

<sup>91</sup> Informação disponível em <http://www.ecosdebasto.com/>

ser ouvido. Atualmente com as TIC num estado de desenvolvimento avançado, promover um produto, evento ou região é mais fácil e económico. Através das redes sociais é possível propagar um acontecimento por todo o país num curto espaço de tempo e chegar exatamente ao público-alvo, tarefa que há alguns anos significava grande esforço financeiro.

## 7- Conclusão

Ao longo dos tempos, desde as civilizações mais antigas até à sociedade contemporânea, a preocupação com o lazer e com o tempo-livre esteve sempre presente. O conceito de lazer e o direito a ele evoluiu ao longo dos séculos acompanhando as mudanças de mentalidades da sociedade, sendo apenas universalizado no final do século XIX quando a comunidade operária reclamou melhores condições laborais e mais tempo de repouso. A abrangência social do lazer e tempo-livre, passou de atividade comum apenas no seio das elites sociais para um direito de todos. Para esta transformação contribuíram numa primeira fase, os inúmeros estudos de diversos autores europeus e americanos, que criticavam o sistema de trabalho da época e depois os meios de comunicação social com um conjunto de mensagens e influências. “ (...) Até ao século XIX o trabalho marca a centralidade dos ritmos de vida, (...) e o seu final representa uma perda progressiva do mesmo, passando o tempo livre a ser gozado pela grande parte das camadas sociais.” (Teles, 2012:102)

A conquista do tempo livre por parte das classes trabalhadoras permitiu que se desenvolvesse a atividade turística. Surgiram grandes polos de afluência de turistas em vários pontos do planeta e o Turismo passou a ser fundamental para as economias de muitas nações. Em Portugal o turismo representa cerca de 10% do PIB nacional (IPDT, 2012). O turismo de sol, praia e mar é um dos setores com maior afluência turística, apresentando-se mesmo como um produto altamente massificado. Para o turista, a fuga a locais massificados, onde a pressão humana revela números exagerados, é já um ponto a ter em conta na tomada de decisão, e o turismo fluvial surge-lhe como alternativa com elementos semelhantes e capacidade de simular os mesmos ambientes aquáticos, mas com menor densidade humana.

A elaboração da presente dissertação pretendeu dar um contributo para o panorama nacional do Turismo Fluvial. Portugal é um país repleto de ambientes com potencialidades para o desenvolvimento do Turismo Fluvial, atividade que pode ser sustentável e integradora de outros elementos regionais e também potencializadora do desenvolvimento de territórios. A concentração da maior parte das praias fluviais no interior do país, pode significar uma oportunidade para a atenuação das acentuadas assimetrias territoriais com o litoral. Embora ainda esteja numa fase de crescimento, o Turismo Fluvial já se faz sentir em muitos rios portugueses, através de várias atividades.

Nem todas as atividades se adequam às especificidades dos rios, mas são as próprias características do rio que vão ditar que tipo de ação podem desenvolver. Em Portugal existem rios com condições ótimas para cruzeiros, como o rio Douro por exemplo<sup>92</sup>, mas devido ao largo caudal e profundo leito o rio não apresenta as características para a prática de uma prova de *kayak* mais exigente. O rio Paiva já se adequa mais a este último ponto mas já não suporta cruzeiros. É por isso necessário avaliar o rio e entender que género de atividade se pode criar, não esquecendo que o produto turístico deve ter em conta outros elementos territoriais e aspetos culturais, procurando fazer emergir dinâmicas turísticas na região.

O rio Tâmega, afluente do rio Douro, atravessa em Portugal importantes centros urbanos (Chaves, Amarante, Penafiel e Marco de Canaveses) mas também regiões fundamentalmente rurais (Terras de Basto) com défice de atividade turística, que resulta de vários aspetos. Embora a área de estudo seja abrangente aos municípios da bacia hidrográfica do rio Tâmega em Portugal, o meu trabalho teve um maior foco nas Terras de Basto (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena), não apenas porque no geral o território apresenta uma grande heterogeneidade mas também porque, Rui Calado (2005) apenas identifica percursos de interesse para as águas bravas nas Terras de Basto.

Localizada numa região central do Norte de Portugal, a Região de Basto assume um papel de transição entre o Minho e Trás-os-Montes, entre o litoral e o interior de Portugal. Os seus municípios têm como elemento natural e cultural comum o rio Tâmega e alguns afluentes, com características específicas e com potencial elevado para a prática da modalidade das águas bravas.

Este trabalho procurou estudar o rio num contexto turístico específico, analisando a modalidade das águas bravas, as suas características e exigências e junto dos canoístas do rio Tâmega, avaliar as potencialidades turísticas dos rios da rede hidrográfica. A canoagem e outros desportos de águas bravas estão a crescer consideravelmente em Portugal, e é ambição de qualquer praticante usufruir dos melhores e mais desafiantes caudais e percursos do país. O norte de Portugal, pelas suas características de relevo mais acidentado, concentra grande parte dos percursos de águas bravas<sup>93</sup>, cinco no rio Tâmega e oito nos seus afluentes, alguns adequados para um tipo de atividade em especial, outros com capacidade para vários.

---

<sup>92</sup> A este propósito ver dissertação de mestrado “Turismo Fluvial no Douro: rio, caminho de ontem atração de hoje” de Tânia Teles.

<sup>93</sup> A este propósito ver livro *Portugal Kayak* de Rui Calado.

As entrevistas realizadas permitiram conhecer melhor que tipo de dinâmica turística envolve os praticantes de canoagem e a própria região. Embora boa parte dos entrevistados tenham residência na área de estudo, são os próprios que conhecem a realidade do rio e a relação com o canoísta. Os entrevistados que não residem na área de estudo permitiram conhecer algumas perspectivas do turista na região: as dificuldades, as potencialidades, a relação com outros elementos turísticos da região e as expectativas em relação ao crescimento e desenvolvimento da canoagem na região.

Sendo os praticantes entrevistados, desportistas independentes, ou seja, que não recorrem a nenhuma empresa para efetuar descidas, treze visitam os rios (principalmente para fazer descidas em *kayak*) em média oito vezes por mês, normalmente duas vezes durante o fim-de-semana e aproveitando feriados, e destes, três praticam mais vezes por mês. É importante referir que destes praticantes, dez têm residência na área de estudo. Estes valores, contudo, ganham forma apenas nas épocas em que os caudais são mais volumosos, entre o Outono e a chegada do Verão, já que fora desta estação os caudais perdem volume naturalmente (principalmente os afluentes) e o número de descidas é também reduzido.

Mondim de Basto é, do grupo de municípios das Terras de Basto, o que melhor dinâmica turística apresenta, confirmando a posição avançada pelo *ranking* “*Portugal City Brand*” (ver quadro 9). O trecho do rio Tâmega, de acordo com os dados obtidos, mais visitados e percorrido pelos entrevistados é o trecho 4, com início na ponte de Mondim de Basto e término na Praia de Britelo, fora dos limites do concelho. O rio Cabril, afluente mais utilizado pelos entrevistados para descidas em águas bravas localiza-se no espaço concelhio de Mondim de Basto, reunindo 19 respostas do total de 22 entrevistados. O número de entrevistados residentes em Mondim de Basto e a proximidade ao rio (ver figura 14) têm influência nas escolhas dos rios ou trechos mas é unânime por parte dos entrevistados, que o trecho 4 do rio Tâmega e o rio Cabril, pelas suas características, são dos mais atrativos e desafiadores da região. O município de Mondim de Basto tem também um importante historial na canoagem graças ao Grupo Tamecanos de Mondim (com origens em 1996), responsáveis pelo evento anual “Tamecanos” que promove os rios e a região para espaços exteriores. Ao nível da hotelaria, os dois hotéis (*Aqua Hotel Mondim de Basto e Mondim Hotel & Spa*) permitem manter o município numa posição privilegiada em relação aos demais (ver quadro 10). Para além disso, o equilíbrio e a variedade de vários tipos de alojamento constituem um ponto a favor do município e do turista.

A participação no evento “Tamecanos 2013” mostrou a clara afluência de turistas à região, mas principalmente Mondim de Basto. Praticantes de todo o país e também de Espanha deslocaram-se para percorrer o rio Tâmega e outros afluentes, usufruindo da cultura em atividades de provas de produtos e refeições regionais e pernoitando nos alojamentos turísticos concelhios. Esta dinâmica deve-se sobretudo a uma harmonia e trabalho entre a autarquia local, associações e comércio local, criando-se assim uma relação com resultados positivos para todas as partes. Divulga-se o município e as suas potencialidades culturais, as associações ganham visibilidade e protagonismo e o comércio local consegue lucrar. As entrevistas permitiram concluir que esta dinâmica turística repetia-se várias vezes por ano numa fase anterior à atual crise financeira, mas viu-se forçosamente reduzida. Existe também um espírito cooperativo entre os praticantes de águas bravas, movimentando-se pelos principais rios do norte de Portugal participando e promovendo vários eventos de canoagem, oficiais da Federação Portuguesa de Canoagem ou abertos a toda a comunidade da canoagem.

A canoagem é então, numa perspetiva de turismo fluvial, uma oportunidade para a região, sendo que a cultura, natureza e outras atratividades turísticas do território devem estar-lhe sempre associadas. Criar um elo entre o turista que procura o rio Tâmega para o tempo de lazer e outros elementos turísticos, como a ecovia do Tâmega que percorre as margens e zonas adjacentes ao rio, as feiras do fumeiro cujo prestígio atrai anualmente milhares de pessoas, museus, exposições e outras atividades é essencial para que o turismo fluvial se desenvolva de forma sustentável e trazendo mais-valias para a região. Equilibrar a oferta hoteleira seria importante, criando instalações hoteleiras de vários segmentos que satisfizessem os vários tipos de turista. Cabeceiras de Basto, por exemplo, tem um excessivo número de unidades turismo de habitação (16) mas não possui um hotel ou pensão que mereça referência por parte do Turismo do Porto e Norte de Portugal. Mondim de Basto neste aspeto é o município das Terras de Basto com maior equilíbrio, suportando turistas que possam não ter como destino o município mas que dadas as proximidades podem pernoitar nas suas unidades hoteleiras.

O desenvolvimento do turismo fluvial na região depende obviamente de vários fatores. A capacidade hoteleira já mencionada, e com necessidade de equilíbrio; a envolvente cultural, que adiciona ao pacote turístico peculiaridades regionais de interesse turístico; as vias de comunicação, que embora tenham sido melhoradas na última década através da abertura da A7, se apresentam em alguns pontos importantes, desgastadas e “quase intransitáveis”. Para além disso, à região está prometida uma variante que

atravessará os vários municípios e a “aproximará” aos principais centros urbanos do Norte. Alguns trechos do rio são acessíveis, praticamente, apenas a pé dado o acentuado desgaste dos caminhos e a falta de limpeza das margens; a promoção da região, é fundamental para que o turista conheça os eventos e oportunidades à disposição e atualmente, as entidades têm ao seu dispor um conjunto de ferramentas com capacidade de propagar rapidamente informação, de forma gratuita e eficaz, nas redes sociais. O desenvolvimento do turismo fluvial deve assentar também num conhecimento do turista que se pretende atrair. Conhecer as suas áreas de influência e locais que visita pode fazer a diferença, procurando numa fase posterior criar uma ligação a essas áreas e reconduzir o turista para a região. Também a questão dos recursos humanos é importante para o crescimento e desenvolvimento do uso recreativo das águas fluviais. Os desportos fluviais devem ter vincadas uma componente educacional, através da sensibilização junto de escolas, instituições, em exposições, eventos e outras atividades, procurando não só desenvolver a vertente do desporto e do turismo fluvial, mas também informar acerca das normas de segurança, da preservação dos recursos hídricos e de outros conceitos importantes. As autarquias locais em conjunto com a ARH do domínio hídrico e com as associações locais e regionais devem ter um papel ativo nestas ações, enfatizando a sensibilidade dos recursos hídricos e a sua utilização de forma sustentável.

A paisagem natural é um atrativo e refúgio momentâneo para o turista urbano. O rio Tâmega cruza áreas de características naturais, atrativas do ponto de vista paisagístico, afirmando-se como uma imagem da região de Basto e parte da sua identidade, devendo constituir sempre um cartaz de visita.

Numa época em que os territórios precisam de ser competitivos para se poderem desenvolver e dar qualidade de vida ao Homem, os espaços devem fazer valer as suas potencialidades. O turismo fluvial surge para o interior como um “trunfo”, que bem aplicado pode gerar bons resultados. O poder local, as associações e a própria população devem fazer parte deste processo, atuando de forma harmoniosa e respeitando os princípios e regulamento dos recursos hídricos, visando sempre o desenvolvimento sustentável da região.

## Bibliografia

- Allen, P. (1903). *History of Expedition of Captains Lewis and Clark*. EUA.
- Almeida, P. (2006). *Evolução – A Jornada do Espírito*. Pp. 327-334. Editora Ibrasa. Porto Alegre.
- Alves, F.J.S., Blot, M.L.P., Rodrigues, P.J., Henriques, R., Alves, J.G., Diogo, A.M.D., Cardoso, J.P. (2005). Vestígios de Naufrágios da Antiguidade e da Época Medieval em Águas Portuguesas. *Comunicação ao Congresso do Mar*. Nazaré.
- Alves, F., Rieth, E. (2007). *As Pirogas 4 e 5 do rio Lima*. Trabalhos do CNANS; Instituto Português de Arqueologia; Lisboa.
- Alves, S. (2008). A Competitividade dos Territórios num contexto de Globalização: uma Utopia ou uma Realidade? *VI Congresso Português de Sociologia*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Associação Industrial de Portugal. (2009). *Carta Regional de Competitividade – Tâmega*.
- Avante. (2008). *Jornal Semanário do Partido Comunista Português*. Edição nº1783. 31 de Janeiro.
- Banco de Portugal, *Estatísticas da Balança de Pagamentos Abril de 2014*. (acedido em <http://www.bportugal.pt/> - 23/04/2014).
- Baptista, J. (2005). Embarcações Portuguesas do Minho ao Lima. *Revista Ardentia da Federação Galega da Cultura Marítima e Fluvial*; Edição n.º2; Pp. 24-31. Pontevedra.
- Barbosa, F. (2008). *Ângulos da Água: Desafios da Integração*. Editora UFMG; Belo Horizonte.
- Barreto, A. (2002). Mudança Social em Portugal. *Working Pappers*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Barrère, M. (1992) (coord.). *Terra Património Comum: a Ciência a serviço do Meio Ambiente e do Desenvolvimento*. Nobel. São Paulo.
- Bennett, J. (2001). *Manual del Kayakista de Águas Bravas*. Editorial Paidotribo; Barcelona.
- Bloom Consulting. (2014). *Portugal City Brand 2014*. (acedido em <http://bloom-consulting.com> - 26/02/2014) .

- Blot, M.L.P. (2003). *Os Portos na origem dos Centros Urbanos. Contributos para a arqueologia das cidades marítima e flúvio-marítimas em Portugal*. IPA, Lisboa.
- Brito-Henriques, E., Sarmiento, J., Lousada, M. (2010). *Water and Tourism, Resources management, Planning and sustainability*. Centros de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Calado, R. (2005). *Portugal Kayak*. Clube de Canoagem Aguas Bravas Portugal. Almada
- Cabrita, A., Veiga, J. (1994). *Os Mais Belos Rios de Portugal*. Verbo. Lisboa.
- Costa, C. (2005). Turismo e Cultura: Avaliação das Teorias e Práticas Culturais do Sector do Turismo (1990-2000). *Revista Análise Social*. Vol. XL (175). Pp. 279-295. Lisboa.
- Costa, F. (1999-2000). O Rio e a cidade: contributo para o estudo da qualidade ambiental do rio Tâmega na sua passagem pelo centro urbano de Amarante. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I série. Vol. XV/XVI. Pp. 79 – 95. Porto.
- Costa, F. (2009). O risco de inundação na cidade de Amarante (Norte de Portugal): Contributo Metodológico para o seu estudo. *Revista Territorium 16*. Pp. 99-111. Braga.
- Costa, F.R. (2009). *Turismo e Património Cultural: interpretação e qualificação*. Editora Senac. São Paulo.
- Cravidão, F., Santos, N. (2013) (coor). *Turismo e Cultura: Destinos e Competitividade*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Cunha, L., Cravidão, F. (1998). Notas para uma Geografia dos Desportos Radicais em Portugal. *III Congresso da Geografia Portuguesa*. Associação Portuguesa dos Geógrafos; Inforgeo. Porto.
- Daniel, A.C.M. (2010). Caracterização do Setor Turístico em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*. Vol.VIII. Nº14. Pp.255-276. Guarda.
- Daveau, S. (2003). Caminhos e Fronteira na Serra da Peneda – Alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na atualidade. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. 1ª Série. Vol. XIX. Pp.81-96. Porto.
- Dias, F. (2005). *Ó da Barca - Memória da Barca Serrana do Mondego*. Penacova.
- Dowbor, L. (2005). *Administrando a Água como se Importante: Gestão Ambiental e Sustentabilidade*. Editora Senac. São Paulo.
- Duarte, O. (2003). *A História dos Esportes*. 4ª Edição. Edições Senac Nacional. São Paulo.

- Duarte, T. (2001). Termas: da evasão à terapia. *Revista Consumidor*. Nº106 Junho. DGC. Lisboa.
- Ecos de Basto. (2014). Jornal Trissemanal Regionalista. Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto. Ano XIX. Edição n.º430. Cabeceiras de Basto.
- Ecos de Basto. (2014). Jornal Trissemanal Regionalista. Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto. Ano XIX. Edição n.º 431. Cabeceiras de Basto.
- EDP. (2009). Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico do Fridão. *Volume 2 do Relatório de Síntese*. Capítulo III, Pp. 1-70. (acedido em [www.pnbeph.inag.pt](http://www.pnbeph.inag.pt) – 12/11/2012).
- Ellingham, M., Fisher, J., Kenyon, G. (2002). *The Rough Guide to Portugal*. Rough Guides. EUA.
- Estado Eclesiástico. (1999). Discurso sobre o Incanamento do Rio Tâmega. Revisão por Aurélio Oliveira. *DOURO – Estudos & Documentos*. Vol. IV. Pp.101-135. Porto.
- Gaianima. (2008). *Crestuma e a Canoagem – Fomento de uma modalidade desportiva como trampolim para o desenvolvimento de uma região*. Vila Nova de Gaia.
- Gil, A. (2008). Contributos para a navegação Fluvial em Portugal - O aproveitamento dos principais rios portugueses. *Comunicação apresentada na Academia de Marinha pelo Membro Efetivo capitão-de-mar-e-guerra*. Lisboa.
- Goldstein, S. (2010-2011). *Caracterização ambiental de praias fluviais de Portugal Continental*. Departamento de Biologia Animal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Gomes, M., Plaza, M. (2006). Itinerários geoturísticos: um suporte aos percursos de barco nas albufeiras do Douro Internacional (Arribas do Douro). *Congresso Douro - Duero. Zamora*.
- Hecktheuer, L.F.A., Cruz, M.L.M., Silva, M.R.S., Valério, M.P., Silveira, T.T. (2009). *Políticas Públicas de Esporte e Lazer na cidade do Rio Grande*. Salisgraf Editora e Gráfica Lda. Rio Grande.
- Henriques, A. (2005). *O Programa Logístico Nacional*. FER XXI. Publicação nº30.
- Indicang Ifremer. (2005). *Bacia Hidrográfica do Rio Minho – Relatório de Etapa*. (acedido em [www.ifremer.fr](http://www.ifremer.fr) – 02/03/2014).
- ICNF. (2007). *Concessão de Pesca no Rio Tâmega*. (acedido em [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt) – 07/04/2012).

- Jennings, G. (2007). *Water-based Tourism, Sport, Leisure, and Recreation Experiences*. Elsevier. EUA.
- Júnior, W.C.S. (2004). *Gestão das Águas no Brasil: Reflexões, Diagnósticos e Desafios*. IEB. São Paulo.
- Kohnen, U. (1989). *Tudo sobre Caiaques*. Nobel. Câmara Brasileira do Livro; São Paulo.
- Lafargue, P. (1880). *O Direito à Preguiça*. (acedido em [www.ebooksbrasil.org](http://www.ebooksbrasil.org) – 03/04/2014).
- Lapa, V., Pereiro, X., Pardellas, X., Padín, C. (2002). *Turismo Termal e Desenvolvimento Local: Uma análise comparada do Ribeiro (Galiza) e do Alto Tâmega (Portugal)*. Universidade de Vigo e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- Lindsay, J. M. (1997). *Techniques in Human Geography*. Routledge. Londres.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios*. Celta Editora. Oeiras.
- Machado, A. (2005). *Ecoturismo: um produto viável – A Experiência do Rio Grande do Sul*. Edições Senac Nacional. Rio de Janeiro.
- Manso, J.R.P., Matos, A.F., Gonçalves, F. (2012). “*Os Municípios e a Qualidade de Vida*”. Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior. (acedido em <http://www.cm-viladerei.pt> – 21/04/2014).
- Manso, J.R.P., Simões, N.M. (2007). *Os Municípios e a Qualidade de Vida em Portugal: Proposta Metodológica com vista à sua Mensuração e Ordenação*. Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior. (acedido em <http://www.dge.ubi.pt> – 21/04/2014).
- Manso, J.R.P, Simões, N.M. (2009). Indicador Sintético de Desenvolvimento Económico e Social ou de Bem-Estar dos Municípios do Continente Português. Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior. (acedido em <http://www.dge.ubi.pt> – 21/04/2014).
- Marcellino, N. (1950). *Estudos do Lazer: uma Introdução*. 4ª Edição. Coleção Educação Física e Esportes. Campinas, São Paulo.
- Marcondes, M.E.R. (2005). (coord.). *Interações e Transformações: Hidrosfera – Fonte de Materiais*. GEPEQ. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Maricato, N.A.G. (2012). *O Turismo em Portugal: Tendências e Perspetivas*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado. Coimbra.

- Martins, M. (2009). Aglomerados Termais Portugueses – Proveitos da sua Revitalização na Competitividade Urbana. *Relatório de Projeto submetido para satisfação parcial dos requisitos do grau de Mestre em Engenharia Civil — Especialização em Planeamento do Território e Ambiente*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto.
- Marques, A.H.R.O. (2002). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Editorial Presença. P.p. 143. Porto.
- Ministério da Economia e do Emprego. (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Horizonte 2013-2015*. (acedido em <http://www.turismodeportugal.pt> - 22/04/2014).
- Monteiro, M. (2009). *As Origens e o Desenvolvimento do Desporto – A Canoagem no Marco de Canavezes*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado. Porto.
- Moreno, H. (1992). A navegação e a atividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. ISSN 0871-164X. Vol. 9 (1992), Pp.9-24. Porto.
- Nascimento, E., Conde, S. (2005). Paisagens e Cenários Urbanos para a Qualidade de Vida. *X Colóquio Ibérico da Geografia. Eixo Temático C – As cidades ibéricas entre o marketing e o bem-estar*. Évora.
- O Basto. (2014). *Jornal Mensal da ADBasto*. Ano X – Nº107. Janeiro. Cabeceiras de Basto.
- Peixoto, A. (2010). *Porto Belo, Santa Catarina (1600 - 1700) – Volume II – ABANDONO*. Cap. 1.5. Pp. 18- 22. 1ª Edição. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.
- Pinto, A.A.R.S. (1990). *Como eu atravessei África – volumes I e II*. Publicação Europa América. Mem Martins.
- Ponencia de Antropoloxía Cultural. (1997). *Antroploxía Mariñeira: Actas do Simposio Internacional in memoriam de Xosé Filgueira Valverde. Consello da Cultura Galega*. Pontevedra.
- Prideaux, B., Cooper, M. (2009). *River Tourism*. James Cook University e Ritsumeikan Asia Pacific University. Londres.
- Quintal, R. (2010). *Levadas da Madeira: Caminhos de Água, Caminhos de Descoberta da Natureza*. Centro de Estudos Geográficos. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Universidade de Lisboa. Lisboa.

- Romeno, F. (1995). *Las Embarcaciones y navegaciones en el mundo celta de la Edad Antigua a la Alta Edad Media*. Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago. Santiago de Compostela.
- Ruschmann, D.V.D.M. (1997). *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do Meio Ambiente*. 14ª Edição. Coleção Turismo. Papirus Editora. São Paulo.
- Sanches, F., Filch, G. (2005). As possíveis alterações microclimáticas devido a formação do lago artificial da hidrelétrica de Tucuruí – PA. *Revista Acta Amazônica*. Vol.35 (1). Pp.41-50. Manaus.
- Santos, M. (1982). *Silva Porto e os problemas da África Portuguesa do século XIX*. Coimbra Editora Lda. Coimbra.
- Santos, N. (2012). A Gestão das bacias hidrográficas e a valorização turística dos ambientes fluviais: o Rio Mondego. *Revista GEONORTE*. Edição Especial. Pp. 210-219. Manaus.
- Santos, N, Gama, A. (2008). (coor.). *Lazer: da Libertação do Tempo à conquista das Práticas*. Pp. 115-126. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Sarmiento, C. (2010). *A Cultural Popular Portuguesa e o Discurso do Poder: Práticas e Representações do Moliçeiro*. Centro de Estudos Interculturais. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto. Porto.
- Silva, J., Ribeiro, J. (2013). As Assimetrias regionais em Portugal: análise da convergência versus divergência ao nível dos municípios. *Documentos de Trabalho Working Paper Series*. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. Universidade do Minho. Braga.
- Solverde, S.A. (2013). *Relatório de Gestão de Contas 2012*. (acedido em <http://www.solveverde.pt> – 23/04/2014).
- Sousa, J.F., Fernandes, A., Carpinteiro, A. (2009). O Desenvolvimento das Atividades Náuticas de Recreio como Estratégia de Valorização Territorial: um olhar sobre o Estuário do Tejo. *15º Congresso da APDR*. Cabo Verde.
- Stoppa, E., Werneck, C., Isayama, H. (2001). *Lazer e Mercado*. Coleção Fazer/Lazer. Papirus. Campinas, São Paulo.
- Sweet, R. (2012). *Cities and the Grand Tour: the British in Italy C. 1690-1820*. Cambridge.

- Teles, T. (2012). *Turismo Fluvial no Douro: rio, caminho de ontem atração de hoje*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado. Coimbra.
- Turismo de Portugal. (2014). *Os resultados do Turismo: 4.º Semestre e ano de 2013*. (acedido em <http://www.turismodeportugal.pt> – 22/04/2014).
- Turismo do Porto e Norte de Portugal. (2012). *1º Guia Oficial do Alojamento Turístico do Porto e Norte de Portugal*. (acedido em [www.portoenorte.pt](http://www.portoenorte.pt) – 30/03/2014).
- Valverde, X. (2007). *Antropoloxía mariñeira: Actas do Simposio Internacional in memoriam*. Ponencia de Antropoloxía Cultural Pontevedra. Pontevedra.
- Vanhove, N. (2010). *The Economics of Tourism Destinations*. Cap. I, Pp. 1-20. Elsevier. Universade de Leuven. Bélgica.
- Vieira, J. (2003). *Gestão da Água em Portugal. Os Desafios do Plano Nacional da Água*. Pp.5-12. Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Braga.
- Vieira, S., Freitas, A. (2007). *O Que É Canoagem, Remo E Esqui Aquático*. Comité Olímpico Brasileiro. Casa da Palavra. Rio de Janeiro.
- Vorosmarty, C.J., Sahagian, D. (2000). Anthropogenic Disturbance of the Terrestrial Water Cycle. *Revista BioScience*. Vol. 50. Nº9 Setembro. Pp.753-765. Uberlândia.

## **Webgrafia**

- 20 Minutos – [www.20minutos.es](http://www.20minutos.es) (acedido em 24/06/2013)
- A Nossa Terra – [www.anossaterra.pt](http://www.anossaterra.pt) (acedido em 12/11/2013)
- Agência Portuguesa do Ambiente – [www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt) (acedido em 04/04/2012)
- American Whitewater – [www.americanwhitewater.org](http://www.americanwhitewater.org) (acedido em 20/05/2013)
- APRH – [www.aprh.pt](http://www.aprh.pt) (acedido em 07/04/2012)
- Aquavertical – [www.aquavertical.blogspot.pt](http://www.aquavertical.blogspot.pt) (acedido em 20/05/2013)
- Associação de Municípios do Baixo Tâmega – [www.baixotamega.pt/](http://www.baixotamega.pt/) (acedido em 11/11/2013)
- Banco de Portugal – [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt) (acedido em 23/04/2014)

Cabeceiras – Terra de Tradições e Mudanças – [www.cavezgrupo3.blogspot.pt](http://www.cavezgrupo3.blogspot.pt) (acedido em 12/11/2013)

Câmara Municipal de Celorico de Basto – [www.mun-celoricodebasto.pt](http://www.mun-celoricodebasto.pt) (acedido em 31/10/2013)

Câmara Municipal de Vila de Rei – [www.cm-viladerei.pt](http://www.cm-viladerei.pt) (acedido em 21/04/2014)

CCABP – [www.aguasbravas.net](http://www.aguasbravas.net) (acedido em 20/05/2013)

Central Penacova – [www.centralpenacova.blogspot.pt](http://www.centralpenacova.blogspot.pt) (acedido em 30/05/2013)

Centro de Formação de Canoagem – C.N. Crestuma – [www.cfcrestuma.blogspot.pt](http://www.cfcrestuma.blogspot.pt) (acedido em 13/04/2013)

CIMontemor – [www.canoagem.freeforums.org](http://www.canoagem.freeforums.org) (acedido em 21/10/2013)

Clube Fluvial Vilacondense – [www.clubefluvialvilacondense.pt](http://www.clubefluvialvilacondense.pt) (acedido em 13/04/2013)

Comité Olímpico de Portugal – [www.comiteolimpicoportugal.com](http://www.comiteolimpicoportugal.com) (acedido em 13/04/2013)

CP – [www.cp.pt](http://www.cp.pt) (acedido em 21/04/2014)

Curte a Vida – [www.curteavida.com](http://www.curteavida.com) (acedido em 30/10/2012)

Desportos Extremos – [www.deportesextremos.net](http://www.deportesextremos.net) (acedido em 24/06/2013)

DGE da Universidade da Beira Interior – [www.dge.ubi.pt](http://www.dge.ubi.pt) (acedido em 21/04/2014)

Diário As Beiras – [www.asbeiras.pt](http://www.asbeiras.pt) (acedido em 14/03/2014)

Diário da República Eletrónico – [www.dre.pt](http://www.dre.pt) (acedido em 22/04/2012)

Ebooks Brasil – [www.ebooksbrasil.org](http://www.ebooksbrasil.org) (acedido em 03/04/2014)

Ecos de Basto – [www.ecosdebasto.com](http://www.ecosdebasto.com) (acedido em 13/04/2012)

EDP Energias de Portugal – [www.a-nossa-energia.edp.pt](http://www.a-nossa-energia.edp.pt) (acedido em 12/11/2012)

ERSAR – [www.ersar.pt](http://www.ersar.pt) (acedido em 06/04/2012)

Expresso – [www.expresso.sapo.pt](http://www.expresso.sapo.pt) (acedido em 25/10/2013)

Fátima Missionária – [www.fatimamissionaria.pt](http://www.fatimamissionaria.pt) (acedido em 12/04/2014)

Federação Portuguesa de Canoagem – [www.fpcanoagem.pt](http://www.fpcanoagem.pt) (acedido em 17/03/2013)

FGCMF – [www.culturamaritima.org](http://www.culturamaritima.org) (acedido em 15/02/2013)

Fugas – [www.fugas.publico.pt](http://www.fugas.publico.pt) (acedido em 22/04/2014)

GTM – [www.tamecanos.blogspot.pt](http://www.tamecanos.blogspot.pt) (acedido em 20/07/2012)

Guia de Portugal – [www.guiadeportugal.pt/](http://www.guiadeportugal.pt/) (acedido em 12/11/2013)

International Canoe Federation – [www.canoeicf.com](http://www.canoeicf.com) (acedido em 23/06/2013)

ICNF – [www.icnf.pt](http://www.icnf.pt) (acedido em 07/04/2012)

IFREMER – [www.ifremer.fr](http://www.ifremer.fr) (acedido em 02/03/2014)

INE – [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (acedido em 16/04/2012)

IPDT – [www.ipdt.pt](http://www.ipdt.pt) (acedido em 04/04/2014)

ISCET – [www.iscet.pt](http://www.iscet.pt) (acedido em 21/04/2014)

Jornal de Notícias – [www.jn.pt](http://www.jn.pt) (acedido em 02/11/2013)

KayakSpainGuide – [www.kayakspainguide.com](http://www.kayakspainguide.com) (acedido em 24/06/2013)

Lifecooler Revista – [www.lifecooler.com](http://www.lifecooler.com) (acedido em 04/12/2012)

LusoRafting – [www.lusorafting.pt](http://www.lusorafting.pt) (acedido em 03/03/2013)

Marão Online – [www.radioonline.com](http://www.radioonline.com) (acedido em 31/10/2013)

Mondim Online – [www.mondimonline.bruno-ferreira.com](http://www.mondimonline.bruno-ferreira.com) (acedido em 12/11/2013)

Museu Terras de Basto – [www.museuterrasbasto.wordpress.com](http://www.museuterrasbasto.wordpress.com) (acedido em 21/04/2014)

O Basto – [www.jornalobasto.com](http://www.jornalobasto.com) (acedido em 11/04/2012)

O Novo Norte – [www.novonorte.qren.pt](http://www.novonorte.qren.pt) (acedido em 30/10/2013)

Página Oficial *Facebook* GTM – [www.facebook.com/TamecanosGTM](http://www.facebook.com/TamecanosGTM) (12/02/2014)

Panoramio – [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com) (acedido em 14/03/2014)

Parque Pedras Salgadas – [www.parquepedrassalgadas.com](http://www.parquepedrassalgadas.com) (acedido em 26/10/2013)

Pedrestrianismo e Percursos Pedrestres – [www.pedestrianismo.blogspot.pt](http://www.pedestrianismo.blogspot.pt) (acedido em 12/11/2013)

Pela Natureza – [www.pelanatureza.pt](http://www.pelanatureza.pt) (acedido em 12/07/2013)

Pena Aventura – [www.penaaventura.com.pt](http://www.penaaventura.com.pt) (acedido em 27/02/2013)

PNBEPH – [www.pnbeph.inag.pt](http://www.pnbeph.inag.pt) (acedido em 12/11/2012)

Portal da Água – [www.portaldaagua.inag.pt](http://www.portaldaagua.inag.pt) (acedido em 04/04/2012)

Portal de Basto – [www.portaldebasto.com](http://www.portaldebasto.com) (acedido em 13/11/2013)

Porto Canal – [www.portocanal.sapo.pt](http://www.portocanal.sapo.pt) (acedido em 20/02/2014)

Portugal Tours – [www.portugaltours.com.pt](http://www.portugaltours.com.pt) (acedido em 12/04/2014)

Projeto Raposinho – [www.projettoraposinho.blogspot.pt](http://www.projettoraposinho.blogspot.pt) (acedido em 21/04/2014)

PT Radical – [www.ptradical.com](http://www.ptradical.com) (acedido em 12/02/2014)

Publituris – [www.publituris.pt](http://www.publituris.pt) (acedido em 16/07/2012)

Radio Região de Basto – [www.radioregiaodebasto.com](http://www.radioregiaodebasto.com) (acedido em 12/01/2014)

Record – [www.record.pt](http://www.record.pt) (acedido em 26/02/2014)

REFER Património – [www.referpatrimonio.pt](http://www.referpatrimonio.pt) (acedido em 25/10/2013)

Revista da Marinha – [www.revistademarinha.com](http://www.revistademarinha.com) (acedido em 12/01/2013)

SNIRH – [www.snirh.pt](http://www.snirh.pt) (acedido em 18/05/2012)

Sol – [www.sol.sapo.pt](http://www.sol.sapo.pt) (acedido em 11/11/2013)

Solverde – [www.solveverde.pt](http://www.solveverde.pt) (acedido em 23/04/2014)

Termas de Portugal – [www.termasdeportugal.pt](http://www.termasdeportugal.pt) (acedido em 26/10/2013)

Tribo Fishyak – [www.tribofishyakforum.forumeiros.com](http://www.tribofishyakforum.forumeiros.com) (acedido em 11/11/2013)

Turismo de Portugal – [www.turismodeportugal.pt](http://www.turismodeportugal.pt) (acedido em 24/10/2013)

Turismo do Porto e Norte de Portugal – [www.portoenorte.pt](http://www.portoenorte.pt) (acedido em 30/03/2014)

UFLA – [www.uflajr.com.br](http://www.uflajr.com.br) (acedido em 15/02/2014)

União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras –  
[www.freguesiadevidago.com](http://www.freguesiadevidago.com) (acedido em 26/10/2013)

Visão – [www.visao.sapo.pt](http://www.visao.sapo.pt) (acedido em 26/02/2014)

### **Legislação:**

Decreto-lei nº 93/90 de 19 de Março, publicado em Diário da República nº65. série I.

Decreto-lei nº 187/1993 de 24 de Maio publicado em Diário da República nº 140. série I-A.

Decreto-lei nº 191/1993 de 24 de Maio publicado em Diário da República nº120 série I-A.

Decreto-lei nº 58/2005 de 29 de Dezembro publicado em Diário da República nº 249. Série I- A.

Decreto-lei nº50/2006 de 29 de Agosto publicado em Diário da República nº166. 1ª série.

Despacho nº4898/2007 de 15 de Março publicado em Diário da República nº53. 2ª série.

Decreto-lei nº207/2006 de 27 de Outubro publicado em Diário da República nº 208. 1ª série.

Decreto-lei nº 226-A/2007 de 31 de Maio publicado em Diário da República nº105. 1ª série.

Decreto-lei nº89/2009 de 31 de Agosto publicado em Diário da República nº168. 1ª série.

Despacho nº16143/2013 de 12 de Dezembro publicado em Diário da República nº241. 2ª série.

# **ANEXOS**

## **Anexo I**

### Programa do Evento Tamecanos 2013

Dia 22 de Março - Sexta - Feira

- 21h30- Receção e confirmação das inscrições (Café Prego a Fundo)
- 23h00- Convívio / Retrospectiva do ano de 2012 (Café Prego a Fundo)

Dia 23 de Março- Sábado

- 9h00 - Receção e confirmação das inscrições (Bombeiros Mondim de Basto)
- 9h00 - Pequeno-almoço (Bombeiros de Mondim de Basto)
- 10h30 - Concentração e Briefing Matinal (Bombeiro de Mondim de Basto)
- 11h00 – Partidas para as diferentes atividades:

1. Kayak Extremo (Rio Cabril – Mondim de Basto) (Possibilidade para todos os participantes verem a prova)

2. Descida à escolha ou uma das seguintes atividades:

- Rio Tâmega – Atei – Mondim Classe II-III (para principiantes e para quem quiser disfrutar de uma descida sossegada)

- Rio Cabril – 7 Km IV
- Rio Louredo – 12 km IV/V
- Rio Beça – 10 km IV
- Rio Olo – 25 km III/IV
- Rio Cávado – 4 km IV/V
- Rio Peio – 15 km III/IV/V

- Caminhada "Pela Linha do Tâmega"

- Descida de Rafting do Rio Tâmega \*\*

- 18h30 - Banho Quente – Pavilhão Municipal
- 19h00 - Prova de Mel e Broas de Milho
- 20h30 - Jantar Regional
- 22h30 - Entrega de Prémios Prova Kayak Extremo
- 23h30 - Kayak Party (Pagas 1 / 1 Grátis)

Dia 1 de Abril – Domingo

9h30 - Pequeno-almoço

11h00 – Partida para as diferentes atividades:

1. Descidas à escolha:

- Rio Tâmega – 30 km II/III/IV
- Rio Cabril – 7 Km IV
- Rio Louredo – 12 km IV/V
- Rio Beça – 10 km IV
- Rio Olo – 25 km III/IV
- Rio Cávado – 4 km IV/V
- Rio Peio – 15 km III/IV/V

2. Participação no Mini-Trail Castroeiro da Sr<sup>a</sup> da Graça

(<https://www.facebook.com/AssociacaoTrailRunningPortugal/posts/562616087101840>)

Inscrições Online até dia 22 de Março: 2 dias /20 euros; 1 Dia/15 euros

Inscrições no dia 23 de Março: 2 Dias/22 euros; 1 Dia/17 euros

\*\* Opção Raft : Preço Encontro + 5 Euros [inclui material + barco + guia] –  
indicar no ato da inscrição

Inscrição inclui:

- T-Shirt Encontro
- Dormidas Gratuitas Pavilhão do Bombeiros Mondim de Basto
- Seguro de Participação
- Reforço Energético (2 dias)
- Pequeno-almoço (2 dias)
- Prova de Mel e Broas de Milho (Sábado)
- Jantar Sábado e Lanche Domingo)
- Inscrição no Trail Sr<sup>a</sup> da Graça
- Bebidas Grátis na Kayak Party

Alojamento Quarto Duplos ou Múltiplos:

Residencial Carvalho - 255 381 057 - 10€/pessoa/noite

Residencial Arcadia - 255 381 410 - 10€/pessoa/noite

Aqua Hotel Mondim de Basto - 255 389 040 (desde 50 euros quarto duplo - 4 estrelas)